

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas**

DISSERTAÇÃO

**Prefeitura do Rio de Janeiro, a Sebastiana e um
Carnaval de Dados: a gestão de uma folia
(2009/24)**

Bruno Holanda Moura Alencar

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

BRUNO HOLANDA MOURA ALENCAR

Sob a Orientação da Professora

Lucia Helena Pereira da Silva

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de mestre em
Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas, no curso de
pós-graduação
em Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas, área de
concentração
em
Desenvolvimento Regional e
Políticas Públicas

Seropédica,
RJ Março
de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A368p Alencar, Bruno, 1989-
 Prefeitura do Rio de Janeiro, a Sebastiana e um
 Carnaval de Dados: a gestão de uma folia (2009/24)
 / Bruno Alencar. - Rio de Janeiro, 2024.
 134 f.: il.

 Orientadora: Lucia da Silva.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2024.

 1. Carnaval. 2. Rio de Janeiro. 3. Política
 Pública. I. da Silva, Lucia, 1963-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
 TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

BRUNO HOLANDA MOURA ALENCAR

dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, no curso de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas

Documento assinado digitalmente
 LUCIA HELENA PEREIRA DA SILVA
Data: 30/09/2024 15:03:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dissertação aprovada em _16/_08/_2024.

Lucia Helena Pereira da Silva (orientadora)
PPGDT/UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 ALDENILSON DOS SANTOS VITORINO COSTA
Data: 30/09/2024 18:52:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr. Aldenilson Costa

PPGDT/UFRRJ 
Documento assinado digitalmente
VINICIUS FERREIRA BAPTISTA
Data: 30/09/2024 16:04:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr Vinicius Baptista

PPGDT/UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 ROGERIA DA SILVA MARTINS
Data: 20/08/2024 22:50:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Rogéria da Silva Martins

UFJF

Para uma Mãe que desfilou nos momentos difíceis da vida com um sorriso de Avenida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço pela oportunidade que me foi dada pelo Programa de Pós-graduação em Política Pública e Território e seus funcionários e professores, que compartilharam seu trabalho e conhecimento comigo.

À minha orientadora, Lucia Helena Pereira da Silva, sou grato pela orientação, paciência e incentivo. Suas sugestões e experiência foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de incentivo e momentos de descontração necessários para manter o equilíbrio durante essa jornada. Em especial à Alexandre Gonçalves, por me incentivar desde a graduação e estar do meu lado nos momentos em que precisei de seu conhecimento para formar o meu, à Isadora Berenguer, por não largar a minha mão nas pressões do dia a dia e a João Botelho, amigo que tenho a obrigação de representar em vida.

À minha família, especialmente à minha mãe, Allisson Holanda, minha avó, Laura Holanda e minhas tias Andréa Moura e Margarida Maria, pelo amor incondicional, apoio e compreensão ao longo de toda a minha vida acadêmica. Vocês sempre foram minha base e meu alicerce, e nada disso seria possível sem vocês.

Por fim, agradeço a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação. A todos vocês, o meu mais sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Esta dissertação examina a atuação do Estado na gestão do carnaval de rua do Rio de Janeiro no período entre 2009 e 2024, com ênfase na relação da prefeitura do Rio de Janeiro com a Liga SEBASTIANA, uma associação de blocos carnavalescos. A análise destaca a evolução das práticas de gestão do evento, abordando a disciplinarização dos desfiles, a eficiência organizacional e a transformação do carnaval em um ativo mercadológico, promovido pela prefeitura no período tratado. A dissertação utiliza o conceito de política pública top-down para explorar as tensões e resistências entre a centralização governamental e a participação dos organizadores dos blocos e propõe uma abordagem híbrida, combinando controle centralizado com participação ativa dos blocos, porém o foco está na análise da gestão pública mais eficiente e colaborativa do evento cuja efetividade envolve uma multiplicidade de agentes

Palavras chaves: Carnaval, Sebastiana, Prefeitura, Gestão Pública

ABSTRACT

This dissertation examines the role of the State in managing Rio de Janeiro's street carnival between 2009 and 2024, with an emphasis on the relationship between the Rio de Janeiro city hall and the SEBASTIANA League, an association of carnival blocks. The analysis highlights the evolution of event management practices, addressing the regulation of parades, organizational efficiency, and the transformation of the carnival into a marketable asset promoted by the city hall during this period. The dissertation uses the top-down public policy concept to explore the tensions and resistances between governmental centralization and the participation of block organizers. It proposes a hybrid approach, combining centralized control with active participation of the blocks, focusing on a more efficient and collaborative public management of the event, whose effectiveness involves a multiplicity of agents.

Keywords: Carnival, Sebastiana, City Hall, Public Management

LISTA DE ABREVIASOES, SIGLAS OU SÍMBOLOS

CET-RIO: Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
COMLURB: Companhia Municipal de Limpeza Urbana
DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
FAETEC: Fundação de Apoio à Escola
Técnica FJG: Fundação João Goulart
GM: Guarda Municipal
ISS: Imposto Sobre
Serviços PM: Polícia
Militar
PPGDT: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
RIOLUZ: Empresa Municipal de Energia e Iluminação
RIOTUR: Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SEOP: Secretaria Especial de Ordem Pública
SETUR: Secretaria de Turismo
SMS: Secretaria Municipal de
Saúde
SNI: Serviço Nacional de Informações

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1 Agenda dos Megablocos 2020 e 2024	86
Gráfico 1 Características do Público no Sambódromo (% do total)	87
Gráfico 2 Movimentação da economia do Rio de Janeiro durante o carnaval em Bilhões	90
Gráfico 3 Arrecadação de ISS de Serviços Relativos à Hospedagem, Turismo, Lazer e Arte – Média de Cada Mês no Período 2011 – 2019 (milhões de R\$)	91
Quadro 2 Subvenções em municípios do estado do Rio de Janeiro nos anos 2022/2024	110

Lista de figura

Fig 1. Grande Sociedade “Democráticos”, abre-alas, 1948.	30
Fig 2. Os fundadores do Cordão da Bola Preta	32
Fig 3. Rancho Ameno Resedá, Corte de Belzebuth, 1911	35
Fig 4. Princesas do Bafo da Onça	37
Fig 5. Pirâmide humana no Cacique de Ramos	39
Fig 6. Grupo Fundo de Quintal	40
Fig 7. Bloco Chave de Ouro	41
Fig 8. Construção do Sambódromo	43
Fig 9. Séries anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro	45
Fig 10. João Nogueira e o Clube do Samba	48
Fig 11. Greve de Fome de 1979 no Presídio Frei Caneca	49
Fig 12. Primeiro desfile do Simpatia é Quase Amor - Avenida Vieira Souto	50
Fig 13. Concentração do primeiro desfile do Suvaco de Cristo em 1986	53
Fig 14. Desfile do Bloco das Carmelitas com sua Boneca de Freira	55
Fig 15. Alfredinho no bar Bip-Bip	58
Fig 16. Abre-Alas dos Escravos da Mauá	59
Fig 17. Estandarte do Bloco de Segunda	60
Fig 18. Desenho da primeira camisa do Bloco Meu Bem Volto Já, de 1994	61
Fig 19. Desfile do Bloco Meu Bem Volto Já e sua bateria 1994	62
Fig 20. Balão Heróis da Liberdade	69
Fig 21. Desfile Heróis da Liberdade	69
Fig 22. Construção do sambódromo 2	71
Fig 23. Mapa da distribuição geográfica dos desfiles de blocos por subprefeituras.	87
Fig 24. Localização da área de estudo: Projeto Porto Maravilha 2019	113
Fig 25. Baile pré-carnavalesco da Cidade do Rio de Janeiro	118
Fig 26. Capa da carta da Desliga	121
Fig 27. Principais Megablocos	123
Fig 28. Ação Especial MegaBlocos	124

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
CAPÍTULO 1	25
1.1 O Surgimento do carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro	25
1.2 Carnaval de rua em meados do século XX	34
1.3 Carnaval de rua no século XXI	41
CAPÍTULO 2	61
2.1 A disciplinarização do carnaval: da Ditadura Vargas à Militar	62
2.2 Os Decretos Municipais responsáveis por normatizar o carnaval de rua	73
2.3 O Carnaval de Dados	82
CAPÍTULO 3	95
3.1 O que é a Sebastiana	95
3.2 Uma Liga de bloco e a Prefeitura	104
3.3 Por que a Sebastiana?	113
CONCLUSÃO	125
BIBLIOGRAFIA	130

INTRODUÇÃO

O carnaval de rua do Rio de Janeiro é uma das manifestações culturais mais vibrantes e dinâmicas do Brasil, desempenha um papel fundamental na identidade cultural da cidade e do país. Este fenômeno não é apenas uma celebração anual, mas também reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram a história da cidade do Rio de Janeiro. O carnaval, entre muitas coisas, retrata como a sociedade carioca se organiza em cada momento, por isto tem uma série de práticas heterogêneas entre os grupos sociais, genericamente marcada pela cor de pele e pela classe social.

O objetivo deste trabalho é analisar a relação da prefeitura do Rio de Janeiro com os blocos de carnaval de rua da cidade, organizados sob a Liga SEBASTIANA com seu trabalho na zona sul e centro. O carnaval de rua do Rio de Janeiro se inicia na zona portuária, localizada na região central da cidade. A escolha do tema está intrinsecamente ligada à relevância do carnaval de rua como objeto de estudo acadêmico e à sua capacidade de revelar aspectos cruciais da cultura e da sociedade brasileira, para além do uso político das representações culturais de um povo. O carnaval de rua do Rio de Janeiro oferece uma janela privilegiada para compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão social, no que tange às políticas públicas voltadas para a cultura, e as estratégias de resistência e adaptação das tradições populares em um contexto urbano em constante mudança.

Carnaval brasileira é uma manifestação cultural de muitas influências. Com a vinda dos portugueses durante o período do colonial, algumas festas e tradições foram trazidas nas caravelas. Uma dessas tradições era a brincadeira de entrudo, uma festividade popular de origem europeia, que se caracterizava por brincadeiras muitas vezes agressivas, onde as pessoas jogavam água, farinha, e até objetos como limões de cheiro umas nas outras. Essa prática, comum em Portugal, encontrou no Brasil um ambiente propício para se enraizar, especialmente no Rio de Janeiro, onde se misturou com elementos culturais locais e africanos, ganhando grande popularidade entre as camadas mais pobres da sociedade.

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, em sua obra “Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile” (2006), discute a importância e a violência do entrudo no contexto do carnaval carioca. Ela menciona:

"Os entrudos, festas populares de origem portuguesa, caracterizavam-se pelo lançamento de água, limões de cheiro e outras substâncias, numa interação lúdica que, frequentemente, resvalava para a violência. Essas práticas, bastante difundidas no Rio de Janeiro do século XIX, eram vistas com maus olhos pelas elites, que as consideravam grosseiras e incivilizadas" (Cavalcanti, 2006, p. 57).

A representatividade no carnaval de rua do Rio de Janeiro pode ser entendida, à luz da leitura da obra de Roberto da Matta (1997), como um processo de inversão ritualizada das hierarquias sociais, onde as classes populares encontram um espaço para expressar suas identidades e resistências. Em sua obra "Carnavais, Malandros e Heróis", Da Matta argumenta que o carnaval permite uma subversão temporária da ordem estabelecida, onde os marginalizados podem se tornar protagonistas, ainda que por um breve momento.

Da Matta sugere que o carnaval é uma arena onde as tensões sociais são expostas e negociadas, permitindo que as classes populares desafiem simbolicamente as estruturas de poder que as oprimem. Esse processo de inversão revela a natureza contraditória da sociedade brasileira, onde a igualdade ritualizada do carnaval contrasta fortemente com as desigualdades sociais do cotidiano. No caso do carnaval de rua, a representatividade das camadas populares se manifesta na ocupação do espaço público e na expressão de uma cultura que, apesar de reprimida, continua a existir e a resistir.

Essa perspectiva sobre a representatividade no carnaval de rua destaca como o entrudo e outras formas de expressão carnavalesca serviram não apenas como festas, mas como instrumentos de afirmação e contestação social. Ao trazer as práticas populares para o centro da análise, conforme sugere Da Matta, podemos compreender o carnaval como uma manifestação cultural que, longe de ser apenas uma celebração, funciona como um espelho das relações sociais, onde as lutas por reconhecimento e legitimidade se tornam visíveis.

Pensando diretamente no objeto do trabalho, há um recorte territorial que revela um sentido e uma forma de organizar a cidade, seja no carnaval ou não. As regiões escolhidas são a do centro e da zona sul da cidade, locais de atuação da Liga SEBASTIANA. Os blocos de algumas regiões da cidade como a zona oeste e zona norte não tem representação na Liga e em boa parte, nem se interessam em ter. A disputa da SEBASTIANA com a prefeitura em relação a normatização da festa faz sentido em um contexto institucional onde há ação fiscalizatória do Estado. Os bairros mais afastados do

centro da cidade acabam sendo negligenciados pela ação da prefeitura em muitos momentos, e no carnaval não seria diferente. Uma atuação sobre a normatização, institucionalidade ou legitimidade de representação do Estado não estão em voga em determinadas áreas da cidade onde a prefeitura não se faz presente com o seu aparato normativo. Se não há fiscalização para fazer valer a norma, não há por que haver disputa sobre como esta legislação deve ser organizada.

A forma com que os gestores da prefeitura trabalharam os diferentes territórios ao longo da história, também se apresenta no contexto do carnaval. O espaço urbano privilegiado pela prefeitura é o local onde se concentram os grupos sociais detentores do capital político, simbólico e financeiro da cidade. A relação do poder público com as áreas mais carentes é distante seja na prestação do serviço público de qualidade, seja no papel de se fazer cumprir os regramentos definidos pelo Estado.

Nesse processo, o carnaval se apresenta, segundo Roberto da Matta, como um espaço de inversão simbólica e de resistência, para além de uma forma de representação de relações sociais. Nesse momento, as regras sociais prontamente estabelecidas no dia a dia, são subvertidas para uso dos próprios grupos de resistência cultural e social. Se o Estado não está presente para fiscalizar e prestar os serviços públicos ao longo do ano, não o fará durante o carnaval, gerando espaços territoriais em que as normas pensadas pelos gestores não serão seguidas. Regras próprias de convívio se criam em diferentes relações comunitárias a depender da distância que esses espaços estão das áreas de maior poder aquisitivo concentrado na cidade, ou onde o Estado não atua como fiscalizador.

Ao pensarmos nos territórios da cidade, é imprescindível entendermos como cada grupo social em cada território se relaciona com o poder público, sendo mais ou menos afetado pela burocracia estatal vigente. No caso do Rio de Janeiro, a inversão ocorre não só em termos de classe, mas também em termos de territorialidade: a população das periferias, que no dia a dia, é esquecida pelo Estado, encontra no carnaval uma oportunidade para expressar suas identidades culturais e resistir também à exclusão urbana.

Nesse trabalho focaremos nas regiões onde há a relação entre os blocos de carnaval e o Estado em busca de resolução política, pois de um lado há uma demanda por apoio logístico e financeiro da prefeitura e do outro há uma busca por controlar esse processo em nível burocrático.

O carnaval, segundo DaMatta, é um momento de "desordem" que permite a expressão das camadas populares, especialmente as marginalizadas, que no cotidiano são controladas e excluídas das esferas de poder. Ao pensarmos no carnaval de rua e em suas representações, conseguimos perceber como há uma diferente relação a depender do território. Regiões da cidade em que há maior presença do aparato estatal, grupos sociais se uniram em ligas institucionalizadas, como a SEBASTIANA, a fim de influenciar possíveis decisões políticas. Há disputa entre grupos socialmente reconhecidos. Já nas regiões periféricas, pulam o carnaval de forma mais orgânica, extrapolando os papéis sociais e se expressando ao romper com as regras do dia a dia no convívio social.

A maior participação do Estado em determinadas áreas aparece como uma forma de controle e dominação da população, com o objetivo de organizar a vida social em regras que possam ser seguidas visando um cotidiano que seja previsível para os gestores das instituições políticas. Ao padronizar, através das regras, os gestores municipais, podem também criar um produto que seja vendável para possíveis investidores, buscando com isso aumentar a circulação financeira pela cidade durante o período da festa.

Max Weber, em sua teoria sobre os tipos de dominação, descreve a dominação legal-racional como aquela baseada em regras impessoais, leis e regulamentos. Esse tipo de dominação é característico das burocracias modernas e se expressa por meio de decretos, normas e políticas públicas que organizam a vida social e garantem o controle do Estado sobre diferentes esferas da sociedade. A dominação legal-racional, nesse sentido, visa à imposição da ordem e à previsibilidade das relações sociais por meio da aplicação de regras. Os decretos que se iniciam em 2009 criados pela prefeitura do Rio de Janeiro para normatizar o carnaval de rua, através de regras para os desfiles de blocos, visam organizar a festa e mitigar problemas como o caos urbano, o excesso de lixo e o desrespeito às normas de convivência. Esse processo de regulamentação é um exemplo clássico da dominação legal-racional descrita por Weber, na qual o Estado utiliza de normas burocráticas para impor a ordem e controlar manifestações populares. A normatização busca impor limites ao que, na visão do poder público, seria uma "desordem" potencial, associada ao carnaval.

Enquanto o carnaval, na perspectiva de DaMatta, representa um espaço de inversão das normas sociais, onde as camadas populares podem desafiar o controle e a hierarquia das elites, os decretos de 2009 refletem a tentativa do poder público de restringir e regular essa inversão simbólica. Os gestores municipais buscam, através das

normas, conter a "desordem" do carnaval, transformando uma manifestação que historicamente simboliza resistência e liberdade em um evento mais controlado e previsível, porém os espaços aos quais o Estado não se faz presente normalmente, continuam de fora desta realidade durante o carnaval. É possível pensar que reside daí, o motivo pelo qual os blocos de áreas periféricas da cidade não participarem da SEBASTIANA ou não terem criado uma outra grande liga institucionalizada para representar seus interesses perante o Estado.

A tensão entre a inversão simbólica do carnaval e a normatização estatal reflete um conflito entre o espontâneo e o regulamentado. DaMatta argumenta que o carnaval é um momento de "suspensão" das regras cotidianas, onde a expressão popular toma as ruas, mas os decretos municipais, inspirados na racionalização burocrática de Weber, visam submeter essa expressão popular a um controle formal. Assim, a normatização tenta transformar o carnaval em um evento disciplinado, em contraste com sua essência desordenada e subversiva.

Do ponto de vista weberiano, o Estado, ao impor regras, tenta reafirmar sua autoridade e o monopólio do uso legítimo da força (incluindo a força regulatória). Esse controle, através de decretos, pode ser visto como uma maneira de limitar a inversão simbólica que o carnaval representa, ao estabelecer normas que padronizam os eventos, removendo o caráter espontâneo e a subversão das hierarquias sociais que fazem parte da essência do carnaval, segundo DaMatta.

Porém, esse processo tem limitações. Há uma resistência que vem das zonas periféricas que não segue as regras do processo legal. Há uma parte da população que é invisibilizada em outros momentos e que usa dessa capacidade de se tornar invisível para transpor as regras do Estado e fazer o carnaval a sua maneira. O embate entre essas visões de organização social demonstra a complexidade do carnaval de rua do Rio de Janeiro, com outros atores, outras regras e culturas a depender do CEP em que se está localizada a discussão.

A previsibilidade e a estabilidade econômica são fatores essenciais para que a Prefeitura do Rio de Janeiro atraia investidores e gere um maior volume de capital circulando pela cidade, o que vai além da simples arrecadação direta de impostos. De acordo com o Relatório Carnaval de Dados de 2021, o Carnaval seguinte movimentaria aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, com um impacto direto na geração de empregos temporários e no aumento da renda local. Embora a prefeitura não consiga arrecadar

100% do que seria possível com todo o dinheiro que circula durante eventos desse porte, o aumento da atividade econômica beneficia indicadores importantes, como a geração de postos de trabalho e o incremento da renda média do cidadão. Na carta de apresentação do relatório, o prefeito Eduardo Paes destacou a consolidação da cidade como referência na organização de eventos de grande porte, o que fortalece sua imagem internacional e, em longo prazo, posiciona o Rio como um exemplo de sucesso e atratividade econômica (Rio de Janeiro, 2021)

Ainda pensando o Estado nas diferentes formas de tratamento entre as regiões e os territórios da cidade, há que se compreender o território e a forma como o fluxo de pessoas ocorre. Seja durante o carnaval ou no resto do ano, existem muros invisíveis que separam esses territórios que, ao menos nos mapas físicos, não são percebidos.

Henri Lefebvre é uma das principais referências para discutir o conceito de direito à cidade. Em seu livro “O Direito à Cidade” (2001), Lefebvre define o direito à cidade como o direito de todos os cidadãos, especialmente os marginalizados, de participar plenamente da vida urbana e de moldar os espaços em que vivem. Esse direito inclui o acesso ao espaço público, o uso dos recursos da cidade, e o poder de influenciar as decisões urbanas. No contexto do carnaval, o direito à cidade se manifesta na ocupação das ruas por blocos populares, como uma forma de resistência contra um possível monopólio do espaço público via uma regulamentação que busca excluir ou controlar essas manifestações.

Esse direito à cidade é claramente tolhido quando se aumenta a burocracia para se poder desfilar na cidade com o bloco, dando prioridade aos blocos que arrastam multidões e deixando os blocos menores apenas nas áreas periféricas, onde essas populações já residem, quase que numa tentativa de que eles permaneçam por lá e não atrapalhem a festa da elite ou da economia da cidade. A própria relação de custos atrapalha que se tenha um bloco legalizado em certos locais da cidade. O alto custo e as exigências da prefeitura acabam por extinguir os blocos que tentem se legalizar em regiões que estão fora da zona de interesse financeiro na cidade. “Blocos das Zonas Norte e Oeste têm a dificuldade ainda maior. Nos últimos anos, muitos deixaram de desfilar por conta da queda no interesse de patrocinadores.” (Rodrigues, Globo Online, 11/11/2023). Com essa reflexão, podemos argumentar também sobre os péssimos serviços prestados pelo Estado em relação à transporte público, o custo das passagens e a dificuldade de se chegar a

determinados locais do Rio de Janeiro, caso se viva em uma área periférica ao longo de todo ano, não só no carnaval.

O geógrafo britânico David Harvey privilegiou aspectos diferentes do de Lefebvre em sua discussão sobre a população ter direito à cidade ao utilizar os processos de apropriação e produção do espaço. Ele argumenta que as elites econômicas e políticas frequentemente moldam as cidades para atender aos seus próprios interesses, resultando na exclusão de grupos mais pobres. No caso do carnaval no Rio de Janeiro, a normatização imposta pela prefeitura pode ser vista como uma forma de garantir que o espaço urbano seja utilizado de maneira controlada, favorecendo os interesses comerciais e turísticos do evento, enquanto os blocos populares, principalmente das áreas periféricas, enfrentam maiores dificuldades para acessar o "direito à cidade". (Harvey, 2012, p.73- 89,)

Ao nos depararmos com essas diferentes leituras de processos sociais feitas pelos autores supracitados, é possível inferir que a gestão da prefeitura do Rio de Janeiro, ao iniciar os processos de promulgação dos decretos para normatizar o carnaval de rua, buscava garantir uma dominação burocrática da festa, gerando uma previsibilidade para atrair possíveis investidores e potencializar a arrecadação e a geração de emprego temporário na cidade. Contudo, apenas as regiões mais centrais da cidade acabam sendo afetadas por essa decisão política, já que a prefeitura se relaciona de forma diferente com os diversos territórios da cidade. A população das regiões periféricas é marginalizada e, devido à falta de interesse mercadológico, perde o direito de acesso à cidade como um todo, afastando e separando as diversas formas de se pulsar o carnaval no Rio.

Essa população marginalizada utiliza de subversões da norma cotidiana, de forma ritualizada, para expor as tensões sociais presentes no dia a dia, com sambas irônicos e ações que rivalizam com a tentativa de normatização do Estado, que não se apresenta nessas regiões da mesma forma com que faz nas zonas central e sul da cidade. Só o fato de os blocos saírem sem registro formal na prefeitura e sem horário e itinerário definido nas áreas periféricas, já confronta o formato organicista que se implementa nas áreas onde o Estado se faz presente.

É importante salientar que neste trabalho, o recorte está voltado à relação da liga SEBASTIANA e a prefeitura, onde temos uma tensão ao cumprimento ou não da legislação implementada a partir de 2009. A Liga é muitas vezes citada na mídia como representante dos blocos de carnaval de rua e a mais antiga associação que junta esses

blocos no Rio de Janeiro, porém seus membros são todos do centro ou da zona sul da cidade.

Para além da festa de rua, as escolas de samba foram aparecendo no cenário carnavalesco carioca. Com a introdução da televisão e a apresentação dos desfiles em rede nacional, o carnaval carioca passou a se apresentar como um evento que serve como reafirmador da nacionalidade brasileira, com temas amplos sobre a cultura do país, imigração, africanidade e demais conteúdos nesse sentido. (Rio de Janeiro, Carnaval de Dados, 2021)

O apelo popular e turístico do carnaval do Rio de Janeiro se tornou tão grande, que a festa passou a ter importância econômica para a arrecadação da cidade. O carnaval do Rio movimenta mais de 4 bilhões de reais e gera uma grande quantidade de empregos formais e informais, fora os postos de trabalho que se mantém ininterruptos para a organização dessa indústria cultural. Dos mais de 10 milhões de foliões que pulam a festa por toda a cidade 2,1 milhões são turistas. No Sambódromo isso é ainda mais evidente. Do público que compra ingressos para ver os desfiles na Marquês de Sapucaí, 55,6% são turistas nacionais e 32% moradores da cidade. Grande parte dos turistas que visitam o Rio de Janeiro no carnaval é brasileira, o que confirma a ideia de que o desfile de escola de samba carioca representa uma cultura mais nacional do que algo apenas da cidade, diferente do carnaval de rua, que tem mais símbolos próprios da cultura carioca, com blocos de bairros tradicionais e ações regionalizadas. (Rio de Janeiro, Carnaval de Dados, 2021, p 22 e p 40)

Para trazer uma análise do carnaval de rua nos parâmetros propostos no objeto, ou seja, a relação entre a SEBASTIANA e a Prefeitura do Rio, a partir de 2009, momento do primeiro decreto de organização do carnaval de rua, o texto foi construído a partir da utilização de um conjunto de metodologias. No primeiro capítulo foi usado o método descritivo com o intuito de detalhar contextualmente o aparecimento do carnaval de rua na cidade e interpretar os significados que estariam embutidos nas mudanças deste fenômeno, desde, como por exemplo a perseguição aos entrudos e a preferência por outras formas de “pular o carnaval”, como uma representação elitizada da festa, com sociedades carnavalescas e seus membros de famílias tradicionalmente ricas.

Durante todo o trabalho, recortes de jornais e revistas foram usados, porém no primeiro capítulo, graças a característica menos institucionalizadas das agremiações da época, o uso dessas fontes jornalísticas e de imagens ilustrativas foi o recurso mais

utilizado. O aspecto político cultural do carnaval de rua é intrínseco ao fenômeno em seus diversos formatos e contextos sociais e territoriais, porém para que o trabalho atingisse o principal objetivo do capítulo, aquele voltado à apresentação do contexto que potencializou socialmente o aparecimento dos blocos que deram origem à Liga SEBASTIANA, foi apresentada a descrição da trajetória das brincadeiras populares ao longo do tempo até o aparecimento dos blocos de rua com o formato nos quais surgiram os blocos membros da Liga. Os doze blocos fundadores da liga têm características políticas e locais parecidas, com a sua fundação ocorrendo durante a redemocratização do país e todos se localizando na região do centro e zona sul da cidade. Com o uso dos recortes de jornais, foi possível trazer esse momento histórico facilitando a compreensão desse processo social que não foi estático e nem apareceu ao acaso.

Alguns textos foram cruciais para compreender o contexto cultural de aparecimento dos blocos da Liga. A publicação “Meu bloco na rua: Barbas, Simpatia e Suvaco na retomada do Carnaval de Rua da Zona Sul do Rio de Janeiro” escrita pela presidente da SEBASTIANA, Rita Fernandes, trouxe luz sobre os blocos que fundaram a associação. No texto dela, compreendemos o contexto social em que os blocos fundadores da SEBASTIANA surgiram. O trabalho acadêmico foi lido levando-se em consideração que a autora é uma pessoa que atuou ativamente nesse processo, com detalhes e relatos que apenas alguém que participou dos momentos cruciais, como a reunião de fundação da Liga, pode trazer. Foi fundamental para termos uma visão institucional, através de uma fonte direta.

Já o segundo capítulo visa apresentar os decretos que normatizaram o carnaval de rua a partir de 2009 e dois relatórios de dados sobre o carnaval da cidade, sendo um a pedido da prefeitura em 2021 e outro a pedido do governo federal em 2018, com o intuito de compreender as ações da prefeitura para controlar a festa e a tornar um produto previsível e rentável. Além dos decretos e dos estudos sobre os diversos aspectos que envolvem a organização do carnaval, o texto apresenta um histórico de intervenções do Estado no carnaval, apresentando alguns exemplos de ações do governo federal, do estado e da prefeitura para contextualizar o crescimento da ingerência do poder público na festa de rua, desde a criação do sambódromo até os decretos de 2009 que institucionalizavam as formas de brincar o carnaval. Esse objetivo de gerenciar o carnaval, apontava para a transformação da festa em um evento para se “pular de forma ordeira”, em uma tentativa de dominação legal racional do espaço público durante o período da festa.

Buscando divulgar o Rio de Janeiro para a iniciativa privada e reforçar a capacidade da cidade de organizar grandes eventos, o governo federal e a prefeitura do Rio encomendaram dois estudos e boa parte do segundo capítulo se baseou na análise e interpretação dos dados dispostos nesses relatórios públicos. O primeiro estudo é demandado pelo governo federal, em 2018, executado pela Fundação Getúlio Vargas e se chama “Rio de Janeiro a Janeiro”, que tem o objetivo de mostrar o potencial da cidade para a organização de grandes eventos. Esse estudo foi feito em um contexto daquilo que genericamente ficou conhecido como período dos grandes eventos na cidade, com o retorno do Rock in Rio, a organização da Rio +20, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo e a Olimpíada do Rio. O projeto RIO de Janeiro a Janeiro já vinha produzindo materiais desde o fim da Olimpíada, com relatórios sobre o Réveillon da cidade e em março de 2018 lança um documento sobre o carnaval carioca, com a intenção de manter a cidade no radar dos grandes investidores culturais.

O segundo estudo é feito pela Fundação João Goulart sob encomenda da prefeitura do Rio de Janeiro, com dados econômicos sobre o carnaval, feito apenas para o ano de 2020 e se chama “Carnaval de Dados”. Este documento tem como objetivo dialogar diretamente com o mercado financeiro para trazer investimento privado para o carnaval, demonstrando que a festa é lucrativa e movimenta financeiramente a cidade. Como objetivo secundário, há uma visão política da prefeitura para justificar os esforços e o investimento público na festa em um contexto político-social que esses investimentos vinham sendo questionados pela gestão do prefeito anterior, Marcelo Crivella, que havia cortado verbas do carnaval das escolas de samba, usando o argumento de que a cidade lucrava pouco com o evento, porém o seu objetivo pode ter sido de cunho religioso e não financeiro.

O relatório “Carnaval de Dados” apresenta toda a estrutura da prefeitura usada para o carnaval, citando quais secretarias e quantos funcionários estão diretamente ligados à festa, para além do material usado, como caminhões de coleta de lixo, entre outros. Em uma visão simples, podemos dizer que esses dados demonstram friamente o aparato da prefeitura utilizado no carnaval, mas politicamente há uma mensagem por trás da demonstração estatística. Além de dizer o óbvio em números, a gestão do prefeito Eduardo Paes parece querer mostrar para a iniciativa privada que a prefeitura controlará a festa, tornando o investimento nela mais seguro e apresentando a diferença entre o seu governo e a gestão anterior, com melhores índices econômicos projetados para o futuro.

Esse capítulo tem seu ápice na análise dos decretos municipais a partir de 2009, destacando especialmente o Decreto Municipal nº 30.453 de 09 de fevereiro daquele ano, que inaugurou uma nova fase na regulação da festa. O objetivo da análise é compreender as medidas tomadas pelo poder público para controlar a festa de forma mais eficaz, tornando o evento mais seguro e vendável para turistas. A regulamentação visou resolver problemas de trânsito, segurança pública e conservação da cidade, aspectos que se tornavam cada vez mais desafiadores com o crescimento dos blocos de rua.

Através de uma abordagem descritiva e analítica, a dissertação investiga como a prefeitura estabeleceu um conjunto de regras, delineadas pelos decretos, que buscavam estruturar a festa para atender tanto as demandas operacionais quanto logísticas, além de aumentar a capacidade de atrair investimentos externos. Contudo, essa normatização, feita de forma centralizada e sem a ampla participação dos blocos, gerou tensões, evidenciando um modelo de política pública de cima para baixo (Top-Down), no qual decisões são tomadas por um pequeno grupo sem consulta efetiva aos agentes diretamente envolvidos, como os blocos de carnaval.

Entre os muitos textos teóricos lidos para este capítulo, dois foram os mais importantes pois estruturaram uma forma de interpretar o processo apresentado. O artigo “Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: A Critical Analysis and Suggested Synthesis” de Paul A. Sabatier, que apresenta de forma clara as diferenças entre as abordagens Top-Down e Bottom-Up na introdução de políticas públicas, fazendo com que pudéssemos compreender a estrutura em que a política pública para gerenciamento da festa de rua no carnaval carioca fosse estruturada.

Para compreender os fatores mercadológicos das ações da prefeitura na cidade para o carnaval, o texto “O Blocódromo está na rua: a apropriação mercadológica e os blocos de carnaval da cidade do Rio de Janeiro” dos autores Ribeiro e Ferreira (2019) foi usado, facilitando a compreensão de uma visão mercantilista da festa, onde o poder público busca arrecadar com a festa no espaço público comum a todos.

Essa análise revela que a prefeitura do Rio de Janeiro utilizou o carnaval como um ensaio para a organização de grandes eventos futuros, implementando normas que visavam não apenas o controle da festa, mas também sua comercialização. Nesse sentido, o estudo dos decretos também busca entender como o aparato estatal foi utilizado para transformar o carnaval em um produto vendável, mas ao custo de conflitos com os blocos e demais atores sociais.

A análise dos decretos municipais é um exemplo claro de forma de dominação, onde o poder se manifesta por meio de normas impessoais e sistemáticas, garantindo previsibilidade e controle sobre as atividades sociais, como o carnaval e a relação da Sebastiana com a prefeitura é permeada por uma dominação burocrática

A dominação burocrática, segundo Weber, caracteriza-se pela obediência à ordem legal, sustentada por um corpo de normas formalmente estabelecidas e aplicadas por funcionários que agem de acordo com procedimentos definidos. No caso da normatização do carnaval de rua, observa-se que o poder público, representado pela prefeitura, adotou um conjunto de regulamentos que, de maneira racional e formal, buscavam organizar e disciplinar a festa. O objetivo dessa normatização, tal como Weber descreve, é a busca pela eficiência e previsibilidade no controle dos eventos, atendendo a demandas como segurança, conservação urbana e fluxos de trânsito. Esse processo burocrático legitima-se pela legalidade das regras impostas e pela expectativa de que todos, inclusive os blocos de carnaval, submetam-se a elas.

A dissertação destaca, como hipótese, que a lógica burocrática aplicada ao carnaval, refletida nos decretos, impôs um modelo de gestão que priorizou o controle administrativo sobre o evento, ao mesmo tempo em que buscava torná-lo um produto vendável para o mercado turístico. A prefeitura, por meio de sua administração pública, estabeleceu essas normas com base na autoridade racional-legal, assumindo o papel de coordenadora e reguladora da festa. No entanto, conforme Weber descreve em seus estudos sobre o funcionamento da burocracia, essa estrutura de poder gera tensões quando confrontada com agentes sociais que possuem suas próprias tradições e formas de organização. No caso do carnaval, a centralização burocrática evidenciada nos decretos e o afastamento da participação efetiva dos blocos de rua, principais atores culturais fora do grande centro, causaram resistências e conflitos onde em regiões com maior presença Estatal gerou ligas e representações institucionais como a SEBASTIANA que buscam negociar com o poder público, enquanto em alguns territórios simplesmente foi ignorado, pela falta de fiscalização da prefeitura que, por não se colocar presente nesses espaços, é incapaz, seja intencionalmente ou não, de fazer impor suas regras.

O caráter impessoal e formal da dominação racional-legal se reflete nos processos pelos quais a prefeitura organiza a festa. A análise mostra que o aparato estatal visa transformar o carnaval em um evento lucrativo, operando dentro de uma lógica de racionalização própria das sociedades modernas. Isso se alinha ao conceito de Weber de

que o desenvolvimento da burocracia é uma forma de dominação voltada para a eficiência, organização metódica e controle da ação social por meio de normas gerais. Entretanto, o conflito surge quando essa forma de dominação burocrática colide com as práticas culturais espontâneas e descentralizadas dos blocos de rua, cuja organização tradicional resiste à padronização imposta pelos decretos

O terceiro capítulo concentra-se na análise da relação entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a Liga Sebastian, uma associação de blocos de carnaval, abordando as dinâmicas de poder, controle e resistência. Esse capítulo é fundamentado pelos conceitos de dominação racional-legal e pela burocracia, conforme proposto por Max Weber, para explicar como o poder público exerce controle sobre os blocos e como a Liga Sebastian atua como um intermediário no cenário burocrático.

A prefeitura, por meio de sua estrutura administrativa, utiliza-se de decretos e regulamentações para gerenciar o carnaval, o que reflete a aplicação de uma dominação burocrática, cujos atores atuam em conformidade com um sistema de normas para assegurar o funcionamento da festa dentro dos parâmetros desejados pelo poder público. A Liga Sebastian, ao reunir blocos importantes, torna-se um interlocutor privilegiado, mediando as tensões entre o governo e os blocos e adotando uma postura de cooperação com a administração pública para garantir a sobrevivência e a organização dos blocos.

Esse capítulo examina como a Sebastian adota as práticas e o discurso burocrático para dialogar com o poder público, legitimando-se como representante formal de blocos perante as autoridades. O conceito de capital social e cultural, conforme discutido por Pierre Bourdieu (1986), complementa a análise ao indicar que a liderança da Liga Sebastian, através de sua presidente Rita Fernandes, constrói um poder simbólico que a posiciona como uma figura capaz de negociar com a prefeitura de igual para igual, utilizando sua posição social e acadêmica para conquistar reconhecimento institucional (Bourdieu, 1986). Isso reflete o papel da Sebastian na gestão do carnaval de rua como uma entidade que opera dentro do arcabouço burocrático, mas que também precisa equilibrar-se entre os interesses dos blocos, frequentemente resistentes à crescente burocratização imposta pela prefeitura e mercantilização da festa.

Este capítulo, portanto, contribui para a compreensão das estratégias de poder e resistência que permeiam a gestão do carnaval de rua. Utilizando uma metodologia que combina a análise documental e revisão de literatura, a dissertação investiga como a dominação burocrática é imposta e como os agentes sociais, organizados em torno da

Liga Sebastianas, reagem e se adaptam a esse processo. A pesquisa dialoga com estudos de política pública e gestão cultural, explorando a tensão entre a ordem burocrática do Estado e as demandas culturais locais, conforme ilustrado por autores como Sabatier (1986), que discute a implementação de políticas públicas em um modelo Top-Down, e Ribeiro e Ferreira (2017), que abordam a mercantilização das manifestações culturais no Brasil.

Dessa forma, o terceiro capítulo busca ampliar o debate sobre a articulação entre a burocracia e a cultura popular no contexto do carnaval carioca, utilizando o modelo weberiano para iluminar as relações de poder e as estratégias de negociação entre a prefeitura e os blocos de carnaval, por meio da atuação da Liga Sebastianas e de outros grupos organizados.

Para finalizar, é essencial destacar que esta dissertação busca compreender a complexa relação entre a gestão pública e as manifestações culturais populares, utilizando o carnaval de rua do Rio de Janeiro como objeto de estudo. Ao longo do trabalho, a análise dos decretos municipais e a atuação da Liga Sebastianas evidenciam as tensões entre o controle burocrático imposto pelo Estado e a resistência cultural dos blocos de carnaval. Ao adotar o referencial teórico de Max Weber e outros autores relevantes, propõe-se uma reflexão crítica sobre a instrumentalização da cultura pelo poder público, bem como as respostas sociais diante dessas imposições.

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DO CARNAVAL DE RUA DO RIO DE JANEIRO

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar uma breve descrição do carnaval de rua carioca e apresentar as características de suas principais fases. Veremos o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro desde o seu início com os entrudos populares e os bailes de clube de alta sociedade, passando pelos Cordões e Blocos de Embalo, até chegarmos aos modernos blocos que se fazem presentes na Liga da SEBASTIANA, a principal representação organizada de blocos de carnaval da cidade do Rio de Janeiro.

Para atingir os objetivos do capítulo, serão utilizados uma série de materiais jornalísticos selecionados, como fotos, recortes de revistas e de periódicos jornalísticos, além de textos acadêmicos que abordam o assunto, visto que o objetivo é uma descrição panorâmica sobre o carnaval de rua do Rio de Janeiro. O capítulo está dividido em três partes, cada uma correspondendo a um período/fase do carnaval de rua, segundo a historiografia lida.

1.1 O Surgimento do carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro

Durante o século XIX e o início do século XX, diferentes manifestações culturais surgem para que grupos sociais distintos se expressem durante o carnaval. Desde as regiões mais ruralizadas e mais pobres até as áreas mais aristocráticas e urbanas tinham seu jeito de expressar suas formas de brincar o carnaval na cidade.

As mudanças ocorrem na cidade do Rio de Janeiro, que deixava de ser uma cidade pequena, escravagista e colonial para aos poucos se transformar num grande centro urbano, com adensamento populacional e infraestrutura com estética de feições europeias, convivendo com áreas onde a maioria da população descendia diretamente de escravizados e sem estrutura urbana, influenciando diretamente em como o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro era brincado.

Uma cidade que comportava realidades tão opostas, com grupos sociais muito ricos, com luxos condizentes como às existentes nas cortes europeias e grupos paupérrimos, só com condições básicas de sobrevivência, só poderia ser palco de diversas formas de brincar o carnaval. Grupos de elite à moda europeia, com bailes de máscara em

clubes fechados e festas populares no meio da rua, com o objetivo de pregar peças nos transeuntes desprevenidos eram as formas mais concretas de expressão carnavalesca na centúria de 1800.

Com o intuito de modernizar a cidade no final do século XIX, o poder público no Rio de Janeiro promoveu uma série de reformas na estrutura urbana, gerando impacto social e dividindo ainda mais a sociedade carioca entre negros pobres e ricos brancos (Chiavari, 1985). Com uma sociedade heterogênea, só poderiam surgir formas diferentes de se brincar o carnaval. Uma separação entre o que era espaço particular e o que era público também foi determinante para o crescimento e a diferenciação destes novos tipos de experiência de carnaval.

O carnaval é uma das festas mais populares do Brasil e o carnaval do Rio de Janeiro em especial, é conhecido em todo o mundo por seus desfiles de escolas de samba, blocos de rua e festas em todos os cantos da cidade. Quando falamos de carnaval de rua, no entanto, articulamos ao aparecimento dos entrudos.

O entrudo foi uma festa popular que surgiu no Brasil no século XIX. A celebração era realizada durante o carnaval e tinha como objetivo principal a diversão e a folia das famílias e empregados, escravizados ou não, de suas fazendas e casas. Durante o entrudo, os foliões jogavam água, farinha, tinta e outros objetos uns nos outros.

O entrudo começou a ser praticado no Rio de Janeiro por volta de 1840. A festa era muito popular entre as classes mais baixas da sociedade, que aproveitavam o momento para se divertir e extravasar. As ruas do Rio de Janeiro ficavam tomadas por foliões. A brincadeira era tão intensa que muitas vezes as pessoas acabavam se machucando.

O objetivo geral do entrudo era pregar peças nos desavisados, porém, muitas vezes, a brincadeira passava dos limites aceitáveis para a época, com o lançamento de excrementos, lama e urina nos descuidados. Os entrudos eram brincados em toda a cidade, inicialmente usando vários tipos de água e vários tipos de pó, como polvilho, o pó de sapato, o vermelhão e o alvaiade. (Ferreira, 2004, p. 80)

Com o tempo, as munições para a brincadeira foram evoluindo para limões de cheiro, que basicamente eram bolas de cera com algum líquido perfumado. No entanto, apesar dos líquidos terem se tornado bem cheirosos, a violência aumentava, a ponto de o poder público começar a vigiar mais de perto a brincadeira.

Com pressão de parte da sociedade e do poder público da época, novas formas, consideradas mais sofisticadas e menos violentas de se brincar o carnaval surgiram. Para começar, a alta sociedade carioca importou o formato de baile de máscaras para os salões da cidade, tendo a intenção de trazer os ares de uma Paris moderna e charmosa da *Belle Époque*. Com influências europeias e numa tentativa de separar as brincadeiras de carnaval mais rústicas e populares da forma de celebrar a festa das famílias mais ilustres e abastadas da cidade, os bailes de máscara começaram a surgir nos salões de festas e clubes exclusivos.

A tradição das máscaras e das fantasias passaram a somar as outras formas de festa e as classes mais abastadas da sociedade carioca começam a se organizar em torno da festa. Mais uma vez o carnaval carioca passaria por uma “mutação” desdobrando-se em novos formatos:

“É, nesse período, meados do século XIX, que as camadas médias da sociedade brasileira e a elite começam a introduzir um jeito mais “organizado” de brincar o Carnaval. Surgem as sociedades carnavalescas, que vão ocupar principalmente as ruas centrais como a do Ouvidor, a região do Passeio Público, a Praça da República e, depois da virada do século XX, a nova Avenida Central.” (Fernandes, 2017, p. 35)

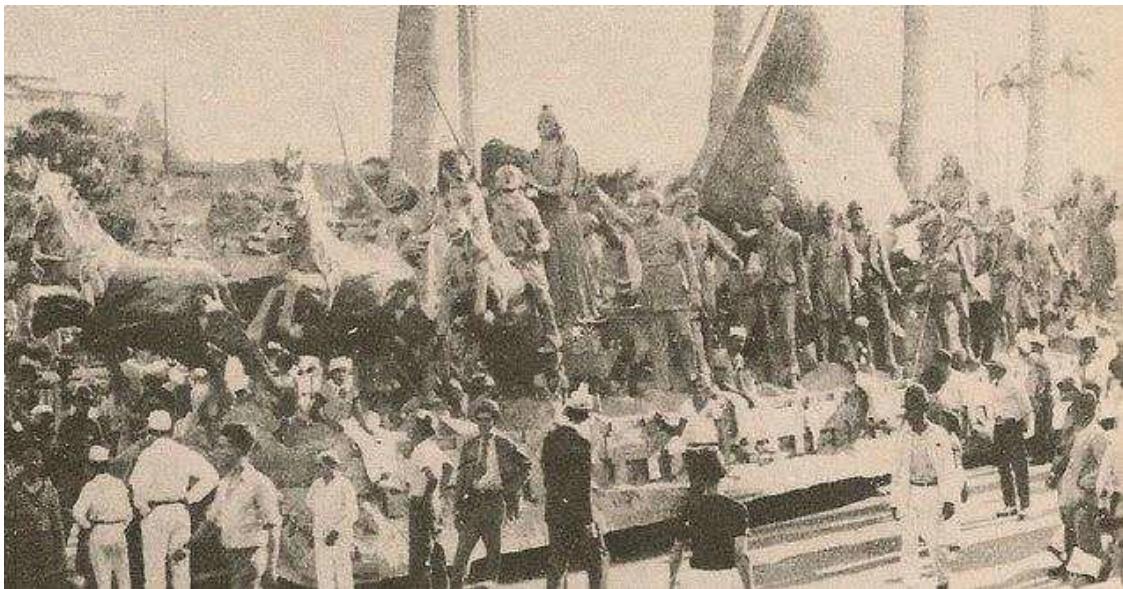
Com a ideia de rechaçar e contrapor os entrudos mais agressivos, e outras formas mais populares de se brincar o carnaval, a elite carioca que já iniciava seus bailes de máscaras exclusivíssimos, ganharia a rua, com pessoas em belas fantasias e desfilando em carruagens que os levavam aos bailes. Esse momento marcou o início do que seria o carnaval de rua propriamente dito, no Rio de Janeiro

Em 1855 o famoso escritor José de Alencar, escreveu na *Gazeta Mercantil* sobre o que viria a ser o primeiro desfile de uma sociedade carnavalesca, uma nova forma da elite brincar o carnaval no Rio de Janeiro. O Congresso das Sumidades Carnavalescas, cujo próprio escritor era associado, desfilou no domingo de carnaval na rua Primeiro de Março, em direção à praça Tiradentes. Em seu texto do dia 14 de janeiro de 1855, José de Alencar escreveu assim:

“Muitas coisas se preparam este ano para os três dias de Carnaval. Uma sociedade criada no ano passado e já perto de 80 sócios, todas pessoas de boa companhia, deve fazer no domingo a sua grande promenade pelas ruas da cidade. Na tarde de segunda-feira, em vez do passeio pelas ruas da cidade, as máscaras se reunirão no Passeio Público e aí passarão a tarde como se passa uma tarde de Carnaval na Itália, distribuindo flores, confetes e intrigando conhecidos e amigos.” (Alencar, 1855. *Apud* Fernandes, Almeida, 2017, p. 36).

Com o tempo, uma série de sociedades carnavalescas surgiram, tendo as maiores com seus “passeios” definidos em alas e extremamente estruturados de forma temática e com belas fantasias.

Fig 1. Grande Sociedade “Democráticos”, abre-alas, 1948.



Fonte: O Globo online, Memória, 1948.

Dentre todas as manifestações culturais provindas do carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro, os cordões, blocos e ranchos foram os mais populares após os entrudos, que acabaram sendo deixados de lado devido a escalada de violência na brincadeira.

Com os pés fincados na zona portuária da cidade, área com a maior população negra do Rio de Janeiro, os cordões e blocos se tornariam a expressão mais popular do carnaval, enquanto os bailes e sociedades carnavalescas eram frequentadas pela elite carioca. Os cordões e, especialmente, os ranchos, foram responsáveis por dar espaços populares para os negros, principalmente migrantes da Bahia, no carnaval de rua. O protagonismo das chamadas “Tias Baianas”, como Tia Ciata ou Tia Sadata, dona da casa onde foi escrito o primeiro samba registrado na Biblioteca Nacional em 1916, uma das fomentadoras do primeiro rancho no Rio de Janeiro. (Fernandes, 2017)

Os ranchos saiam às ruas com fantasias, enredo próprio e estandartes, porém diferente das grandes sociedades carnavalescas, eram compostos em sua maioria de negros e suas fantasias eram feitas pelas próprias comunidades. Os instrumentos de percussão, com um maestro e seu apito, era também uma novidade naquele momento do carnaval. Os cordões também surgiram nessa época e diferente dos ranchos, que deram

origem às Escolas de Samba, os cordões deram origem aos blocos de carnaval de rua modernos. Com características parecidas com os ranchos, por possuírem enredo próprio, estandartes e fantasias, os blocos se diferenciavam por não terem objetivo de competição, apenas de festa.

Com o crescimento das escolas de samba, de 1930 em diante, os ranchos foram perdendo espaço gradativamente, até que as Escolas de Samba tomassem esse espaço na cultura do Carnaval. (Ferreira, 2004)

O cordão mais famoso e o único que se mantém até hoje, sendo considerado o bloco mais antigo da cidade, foi fundado em 1918. O nome desse cordão fica na memória de todos os cariocas, gostem ou não de carnaval, morem ou não no Rio de Janeiro. O Cordão do Bola Preta é o mais famoso, mais antigo e ainda arrasta multidões pela cidade.

O Cordão do Bola Preta foi fundado por um grupo de amigos, a partir de uma dissidência de outro grupo carnavalesco, segundo uma entrevista concedida pelo atual presidente do Cordão (cordaodobolapreta.com.br), os fundadores do Bola Preta seriam Álvaro Gomes de Oliveira, conhecido como Kaverinha, Francisco Brício Filho, o Chico Brício, Eugênio Ferreira, João Torres e os três irmãos Oliveira Roxo, Jair, Joel e Arquimedes, que resolveram sair do Clube dos Democráticos e criar seu próprio cordão. Nascendo assim, o Cordão do Bola Preta, um dos maiores símbolos culturais carnavalescos do Brasil.

Fig 2. Os fundadores do Cordão da Bola Preta



Fonte: Acervo Cordão da Bola Preta (online).

Com um uniforme tradicional de roupa branca com bolinhas pretas, o Bola Preta sempre desfilou na Avenida Rio Branco, até a construção do Veículo Leve Sob Trilhos (VLT), quando teve que se mudar para a Avenida Primeiro de Março.

Apesar de outros cordões e ranchos usarem composições inéditas todos os anos, o Bola Preta tem seu hino e principal marchinha de carnaval, de Nelson Barbosa e Vicente Paiva. É impossível passar um carnaval pelos blocos do Rio de Janeiro sem escutar a famosa marchinha “Quem não chora, não mama, segura meu bem, a chupeta, lugar quente é na cama, ou então no Bola Preta”

Durante seus mais de cem anos, o Bola Preta viveu dias de glórias e dias de dificuldades. Mesmo arrastando multidões pelo centro do Rio de Janeiro em todos os carnavais, o Cordão do Bola Preta acumulava dívidas e dificuldades no final dos anos noventa e no início dos anos dois mil. Juntando dívidas de IPTU, aluguel e condomínio de sua sede histórica, o bloco tinha cerca de 1,5 milhões de reais em dívida até 2009, quando foi despejado do seu endereço tradicional, na rua 13 de Maio, onde se estabelecia desde o ano de 1949.

“A sede do bloco, que ocupava 24 salas no Edifício Municipal, na Rua 13 de Maio, no Centro do Rio, foi leiloada no dia 13 de fevereiro de 2007. Na época, a agremiação contava com cem contribuintes e um quadro com 360 sócios proprietários, que não pagam qualquer taxa. No mesmo mês, o clube ganhou da prefeitura o título de patrimônio cultural carioca. A sede foi arrematada pelo próprio condomínio, que é o principal credor do clube. Em 2007, a Bola Preta

reuniu 400 mil pessoas na Avenida Rio Branco, no Centro.” (Jornal Extra online de 14/12/10)

Dois anos depois, em 2009, o Bola Preta anunciava uma nova sede, ainda na região centro da cidade do Rio de Janeiro e perto da antiga sede na rua 13 de Maio. A nova sede, localizada na rua do Lavradio, fica no bairro da Lapa e conta com espaço para shows, restaurante e bar temático. O terreno foi cedido em regime de comodato e gerou problemas entre o Cordão e o Sindicado de Policiais Civis do estado do Rio de Janeiro, que ocupava anteriormente o local.

Algo que chama atenção é como uma instituição com o tamanho do Cordão do Bola Preta tem dificuldades em monetizar suas atividades apesar da multidão que o cerca. Segundo reportagem do jornal Extra (Extra online de 10/12/2010) o Bola Preta arrastou mais de um milhão de foliões naquele ano. Em 2014, segundo dados do próprio Bola Preta e da prefeitura do Rio de Janeiro, foram 2,2 milhões de pessoas brincando o carnaval atrás do Cordão do Bola Preta.

No ano de seu despejo, o Bola Preta se tornou patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro e levou 400 mil pessoas para as ruas, tendo apenas cem sócios contribuintes e 360 sócios proprietários que são isentos de contribuição. Dois anos depois, o Bola Preta colocava um milhão de pessoas em seu cortejo e mesmo assim não conseguia recursos para pagar suas contas e reformar sua nova sede.

Em um cenário como esse, se fazia necessária uma gestão profissional dos recursos do Cordão do Bola Preta, até para assegurar sua existência. Um movimento social que arrasta uma massa de pessoas inebriadas com sua música, com a capacidade de mobilização de milhões de foliões durante dois dias, não conseguia manter um quadro societário que pudesse lhe conferir saúde financeira durante o resto do ano.

A prefeitura do Rio de Janeiro, com o então prefeito Eduardo Paes, tentou ajudar de algumas formas, inclusive com a já citada transformação do cordão em patrimônio cultural da cidade, o que, em tese, facilitaria a busca por financiadores e patrocínios e o isenta de uma série de taxas a serem pagas para o poder público.

O terreno foi cedido ao Cordão do Bola Preta pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que, com ajuda da prefeitura, revitalizou o prédio que também era histórico e até 2012 corria risco de desabamento. (jornal O Globo online de 04/04/2012)

Dentre todas as formas de se brincar carnaval no Rio de Janeiro e apesar de uma série de dificuldades financeiras que o mercado cultural passa por falta de investimentos estatais e patrocínios privados, em uma cidade com outras mazelas e políticos com outros focos, o Cordão do Bola Preta se mantém existindo. Sua organização segue aos “trancos e barrancos”, com diversos problemas financeiros e estruturais, como o seu problema crônico em arcar com os custos da sede e de aumentar o salário de seus músicos. O poder público e a mídia apenas se lembravam do Bola Preta em momentos de festas, deixando o cordão no ostracismo durante o resto do ano, sem um número adequado de sócios para financiá-lo ou o apoio do governo para que ele pudesse funcionar em sua sede.

Desde 2012, novos movimentos do poder público, tentam reaver a beleza do Cordão do Bola Preta e trazer sua capacidade de engajamento social para o ano todo e não apenas para os dias de desfile, já que sua importância para o carnaval e para a história do Rio de Janeiro é inimaginável. O Cordão do Bola Preta é um bem imaterial, é a “cara da cidade”, a foto em movimento da alma carioca.

Diferente dos entrudos e até mesmo dos cordões, os ranchos foram bem recebidos pela “mídia” do início do século XX, momento em que surgiu. Assim como as sociedades carnavalescas, os ranchos eram voltados para a classe mais alta e tocavam trechos de óperas e música erudita europeia. O rancho mais famoso foi o Ameno Resedá, que teve sede no bairro do catete, onde seu casarão se mantém de pé até hoje.

A fundação do Ameno Resedá, em 1907, marca o auge dos ranchos, tendo em seu primeiro desfile uma banda com vinte instrumentos de sopro e um coro de vozes femininas que tocavam operas brasileiras, como “O Guarani” de Carlos Gomes e se vestiam com fantasias luxuosas. (Fernandes, 2017 p. 44)

O sucesso do Ameno Resedá e a tentativa do poder público de prestigiar essa forma de brincar carnaval em detrimento de outras, como os cordões e entrudos, chegaria em seu ápice no ano de 1911, quando o presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, recebeu o rancho no Palácio Guanabara, no bairro das Laranjeiras, para a apresentação do enredo “A corte do Belzebu”.

Fig. 3. Rancho Ameno Resedá, Corte de Belzebuth, 1911



Fonte: EFEGRÊ, Jota. Ameno Resedá: o rancho que foi escola. Documentário do carnaval carioca. RJ: FUNARTE, 2009

Os ranchos eram aceitos pela “mídia” e pelo poder público, por serem uma representação da festa feita pela elite e com uma série de elementos ligados aos grupos mais ricos da sociedade, como as fantasias luxuosíssimas e as orquestras durante o desfile. Já os entrudos e os cordões eram populares entre a população negra e os mais pobres da cidade e não tinham a mesma organização e homogeneidade, o que fazia com que fossem ligados às brigas e confusões, segundo conta a autora Maria Rita Fernandes:

“Os cordões não eram grupos homogêneos, como os ranchos. Muitos eram relacionados à violência, cujos registros em jornais relatam as tensões, como o episódio que noticiado em 11 de fevereiro de 1902 pelo Jornal do Commercio e que teve grande repercussão na mídia. Do embate entre os foliões do cordão Estrela dos Dois Diamantes e os do Flor de Primavera, acabariam resultando dois mortos” (Fernandes, 2017, p 46)

Panoramicamente, os entrudos e cordões eram manifestações mais populares e brincada, em sua maioria, por uma população mais pobre e negra, enquanto os ranchos e sociedades carnavalescas eram de maioria branca, pertencentes a elite e recebiam uma aceitação maior da “mídia” e do poder público. Territorialmente essas manifestações eram separadas também, já que os entrudos e cordões se concentravam nos bairros do centro,

mais próximos a zona portuária enquanto os principais ranchos e sociedades carnavalescas se concentravam nos bairros de elite, como Catete e Flamengo.

1.2 Carnaval de rua em meados do século XX

Em meados do século XX, outro fenômeno apareceu com força no carnaval. Os chamados Blocos de Embalo ou Blocos de Empolgação, a partir da década de quarenta nos subúrbios do Rio de Janeiro. Diferente das Escolas de Samba, que foram transformando seus desfiles na Praça Onze e depois na Avenida Rio Branco, os blocos de embalo eram criados em bairros, em sua maioria da zona norte do Rio de Janeiro, como Ramos, Irajá e Engenho de Dentro.

Os desfiles dos blocos de embalo eram animados e voltados para sua própria comunidade, onde eles desfilavam. Com o tempo e o seu aumento, o poder público decidiu movê-los para a Avenida Rio Branco, onde desfilariam durante o carnaval, no coração da cidade. Desde 1940 muitos blocos de embalo surgiram e desapareceram, porém alguns foram importantes e merecem destaque neste trabalho. São eles: o Bafo da Onça, os Bohemios do Irajá, o Cacique de Ramos e, para fechar, o Chave de Ouro.

O bairro do Catumbi está localizado no centro do Rio de Janeiro, foi terra fértil para os grupos carnavalescos. Surgiram na localidade os ranchos "União dos Caçadores", multicampeão do carnaval carioca, o Unidos da Cunha e o Inocentes do Catumbi, para além dos blocos Astória Futebol Clube e Vai Quem Quer.

Entretanto, o mais famoso, fundado em 12 de dezembro de 1956, o Bafo da Onça tinha seu nome inspirado em seu fundador e líder local, Sebastião Maria, o Tião Carpinteiro, um ex-policial que desfilava fantasiado de onça pintada pelo bairro, durante o carnaval. Membros fundadores alegam que o nome do bloco veio graças ao forte hálito de cachaça que Tião Carpinteiro ficava durante a festa, já que era famoso por começar a beber no Dia dos Reis e terminar apenas na Quarta-Feira de Cinzas. (pedromigão.com.br, 2010)

Inicialmente como um bloco de bairro, com poucos membros e fundado em um botequim de hábitos higiênicos reprováveis pela vigilância sanitária, localizado no bairro do Catumbi, o Bafo da Onça se expandiu e transformou-se em uma das maiores atrações do carnaval de rua do Rio de Janeiro entre os anos sessenta e oitenta, com festas, brigas,

farras e brincadeiras. Devido ao seu tamanho, o bloco foi movido do bairro tradicional para a Avenida Rio Branco, onde chegou a desfilar com milhares de pessoas.

O grupo contava com grandes personalidades do carnaval de rua como Sargentelli e suas Mulatas e o intérprete Dominginhos do Estácio, assim como Osvaldo Nunes, além da madrinha do samba, Beth Carvalho, que lançou em um compacto a música “Amor, Amor, Amor.”, uma composição do bloco que atingiu grande sucesso na voz da intérprete. (Martins, 2022)

Fig 4 Princesas do Bafo da Onça



Fonte: CN1 Brasil. Disponível em
<https://cn1brasil.com.br/rj-o-tradicional-bloco-bafo-da-onca-completa-66-anos/>

Outro bloco importante surgido no período foi o Cacique de Ramos, fundado no bairro de Ramos, na zona norte do Rio de Janeiro, o Cacique dividia com o Bafo da Onça, os foliões como em um estádio de futebol, com direito a torcida e rivalidade. Suas fantasias de índio e seu desfile vibrante chamaram a atenção da população que lotava o bairro para ver o bloco. Com apenas dois anos de existência, o bloco foi mudado para o centro da cidade, começando a fazer parte do carnaval de rua que contava com a estrutura do poder público da época, como carro de som, organização de horário para o desfile e policiamento ostensivo.

Um dos destaques do Cacique de Ramos era a sua participação em competições ligadas ao samba, como concursos de miss, competições de música e afins. Para além

disso, o bloco se sobressaiu por ter lançado discos próprios e ter conseguido se organizar em uma sede própria no início dos anos setenta.

Em sua sede, o Cacique de Ramos realizou uma série de rodas de samba com seus membros, o que facilitou que sua fama fosse aumentasse, já que cantores já consagrados começaram a participar e a regravavam o grupo. O destaque vai para a cantora Beth Carvalho, que seria conhecida como a madrinha do samba por revelar compositores do grupo e lançar seu LP chamado “De Pé no Chão” em 1978. (Cacique de Ramos, 2023)

A partir daí, muitos nomes ligados ao samba foram aparecendo do Cacique de Ramos. Importantes compositores como Arlindo Cruz, Bira Presidente, Zeca Pagodinho, Jorge Aragão, João Nogueira, Almir Guineto e Sereno passaram pela quadra do Cacique e redefiniram o que seria a roda de samba. O papel de Beth Carvalho para esse sucesso é inegável, já que ela foi responsável por gravar os primeiros sambas da maioria desses grandes nomes, hoje consagrados, da música carioca. Dois sambas se destacam nesse momento de início do Cacique de Ramos e que deram o grande sucesso ao grupo, o samba “Vou Festejar”, gravado em 1978, e o samba “Caciqueando”, gravado em 1983. (Fernandes, 2017)

O Cacique de Ramos se tornou ícone do carnaval de rua da cidade e acabou ganhando o título de patrimônio cultural carioca em 2005, embora sua verdadeira homenagem tenha vindo em 2012, quando o bloco se tornou samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira, com o título “Vou Festejar, Sou Cacique, Sou Mangueira”.

Dentre tantos emblemas e crenças, o Cacique de Ramos tem como patuá da agremiação uma árvore que distribui axé ao grupo e muito capital simbólico. A Tamarineira plantada em sua sede é o símbolo máximo da ligação entre o samba e a religiosidade de matriz africana do grupo, que lhe rende homenagem e que colocou uma placa em suas raízes com a seguinte frase: “Todas as pessoas que por aqui passarem, forem boas de coração e tiverem dotes especiais colherão frutos”. (Barbosa, 2020)

Fig 5. Pirâmide humana no Cacique de Ramos



Fonte: Arquivo Nacional, disponível em
<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/68-historia/133-porque-e-carnaval.html>

O Cacique de Ramos e o Bafo da Onça, os blocos mais tradicionais dos anos setenta e oitenta, entravam em constante atrito. Porque eram os maiores, sua rixa era fortíssima e, com frequência, seus membros brigavam ou arranjavam confusões nos arredores dos desfiles. Uma luta pelo protagonismo da festa, com um pouco de violência, muito samba e malandragem.

Do Cacique surgiu o grupo Fundo de Quintal, um dos mais influentes grupos de samba e formador de uma série de conceitos que hoje são consagrados em uma roda de samba. A introdução de instrumentos como o banjo, o tantã e o repique de mão nas rodas de samba, são obra do grupo que era formado por Bira Presidente, Ubirany, Jorge Aragão, Sereno, Sombrinha, Neoci, Arlindo Cruz, Almir Guineto entre outros que entraram e saíram da formação original.

Fig 6. Grupo Fundo de Quintal



Fonte: Acervo do Bloco Cacique de Ramos

Os desfiles do Bafo da Onça e do Cacique de Ramos arrastavam multidões e exaltavam ânimos na Rio Branco. Para que não houvesse brigas, era necessário que algo ficasse entre o desfile de um e de outro. Assim se posicionava o Bohêmios de Irajá no carnaval de rua da Avenida Rio Branco, desfilando entre o Bafo e o Cacique para separar as brigas e reinar a paz na avenida.

Fundado em 13 de fevereiro de 1967, em Irajá, na zona norte do Rio de Janeiro, o Bohêmios de Irajá tem como cores o vermelho e o branco e como estandarte um malandro com seu chapéu em pleno passo de dança. O principal nome a frequentar o bloco era Zeca Pagodinho, cujo tio, Beto Gago, foi um dos fundadores.

Assim como o Bafo da Onça e o Cacique de Ramos, o Bohêmios do Irajá foi transferido do seu bairro tradicional para desfilar na Avenida Rio Branco, exatamente entre os desfiles do Bafo e do Cacique. Essa mudança e os problemas financeiros que vieram em sequência, parecem ter afetado esse e outros blocos de embalo que foram criados próximo à década de sessenta e setenta.

O governo do estado e a prefeitura do Rio de Janeiro, começaram a investir muito nas Escolas de Samba a partir dos anos oitenta, esvaziando cada vez mais os blocos de embalo e deixando a míngua certos grupos, que já estavam afastados de seus bairros desde a década de sessenta e sem apoio estatal.

Outro famoso bloco de embalo é o Chave de Ouro, que foi criado no ano de 1943, quando os blocos eram proibidos e os foliões presos por brincarem, sendo soltos apenas na Quarta-Feira de Cinzas, aproveitando assim para festejar no último dia e “fechar com chave de ouro”, vindo daí o nome. (Blocosderua.com, 2019)

Fig 7 Bloco Chave de Ouro



Fonte - (Foto Luiz Pinto/Agência O Globo) – 1973

O bloco foi criado no bairro de Engenho de Dentro, na rua Adolpho Bergamini. Desde o seu aparecimento, o Chave de Ouro era alvo de repressão policial, também sendo proibido e perseguido pela Ditadura Civil Militar Empresarial com seu aparato de opressão. As confusões e brincadeiras seguiam o bloco que tinha como objetivo afrontar e resistir a repressão policial.

“Os foliões desfilavam, normalmente, ao meio-dia da Quarta-Feira de Cinzas, duramente reprimidos por policiais e tendo, muitas vezes, contra o desfile, comerciantes, que perderiam a clientela, graças à confusão com a polícia, e teriam seu patrimônio depredado.

Com o endurecimento da censura e o controle dos meios de expressão popular, na década de 1960, típicos de regime autoritário, o período ditatorial brasileiro tem em si inserida a fragilidade cultural e política de seu governo.” (Caetano, Giuliana, 2015, p. 46)

O bloco se manteve funcionando na clandestinidade e fugindo da polícia de 1943 (também período de ditadura, Estado Novo) até meados da década de 1980, quando após fazer um acordo com o delegado responsável pelo local, o bloco foi liberado. Com o

tempo, o bloco foi se esvaziando, já que, segundo seus membros, a graça já não estava mais presente.

“Nunca se soube ao certo porque a polícia reprimia o bloco, que sobreviveu até a década de 1980, mas que foi perdendo “a graça” e adesão dos foliões depois que o delegado de polícia autorizou o desfile na década de 1980, segundo as histórias narradas por antigos integrantes e descendentes dos fundadores em entrevista à autora durante reportagem para a Globo News, veiculada em 1 de março de 2017⁴¹. Bira do R, um dos poucos fundadores ainda vivos, conta que a graça do bloco estava justamente em fugir da polícia: “Era gato e rato, um correndo atrás do outro.” (Fernandes, 2017, pag 61)

Este segundo momento foi marcado pelo surgimento dos blocos de embalos, mas também de repressão durante a ditadura, não só ao Chave de Ouro, que já havia sido perseguido durante a ditadura Vargas, mas outros, fazendo com que houvesse diminuição da população nas brincadeiras de carnaval de rua. Autores como Marina Bay Frydberg e Alex Kossak (2016), Micael Herschmann (2013) consideram esse momento como de retração da brincadeira e por isto chamam atenção para uma possível retomada do carnaval de rua nos anos 80

Na década de 1980, as Escolas de Samba se tornam cada vez mais importantes no carnaval, desfilando com milhares de membros e com carros alegóricos imensos em plena Avenida Presidente Vargas. Com o crescimento desse fenômeno, o governo do estado do Rio de Janeiro, resolve tomar uma decisão, por ideia de seu vice-governador, o antropólogo Darcy Ribeiro e inicia em 1984 a obra do Sambódromo, projeto realizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer que visava construir arquibancadas definitivas na Avenida Marques de Sapucaí, no centro da cidade.

O nome oficial do Sambódromo é Passarela Darcy Ribeiro, em homenagem ao seu idealizador, porém inicialmente chegou a ter nomes como Passarela do Samba e Avenida dos Desfiles. O nome Sambódromo foi dado pelo próprio Darcy Ribeiro que juntava o prefixo de samba com o sufixo grego dromo que significa correr. (Novabrasilfm.com.br, 2023)

Fig 8 Construção do Sambódromo



Fonte: Diário do Rio; Disponível em <https://diariodorio.com/historia-do-sambodromo-do-rio/>

Com a inauguração do Sambódromo e a criação da Liga das Escolas de Samba (LIESA), os desfiles de escola de samba foram alçados a patrimônio cultural da cidade, com um maior destaque em relação aos blocos de rua, ganhando espaço na mídia e maior investimento e interesse do Estado.

1.3 Carnaval de rua no século XXI

Quando pensamos nos blocos de rua do carnaval carioca, podemos dividi-lo em quatro períodos distintos, segundo Frydberg e Eiras (2015). O primeiro, vai do início do século XIX até o início do século XX com início do carnaval de rua, com os ranchos, os cordões, as sociedades carnavalescas etc. O segundo, entre as décadas de sessenta e setenta, momento em que surgem os blocos de embalo, no centro e no subúrbio do Rio de Janeiro, blocos que mudaram a forma de se levar o samba, como o Bafo da Onça e o Cacique de Ramos. Já o terceiro e o quarto períodos do carnaval de rua, podem ser consideradas como retomadas, já que são precedidos por momentos de retração da festa.

Para o que cabe aqui, esta divisão não é pertinente, pois focamos na atuação da Sebastiana com a prefeitura após a promulgação do decreto de 2009. Neste sentido entendemos que o terceiro período começa com a redemocratização, momento em que surgem os blocos que farão parte da Liga e estes não sofrem retração durante os Anos Noventa. Ao contrário do que pensam os autores citados, estes blocos crescem e se consolidam durante a década de noventa, tanto que acabam por demandar uma Liga ou

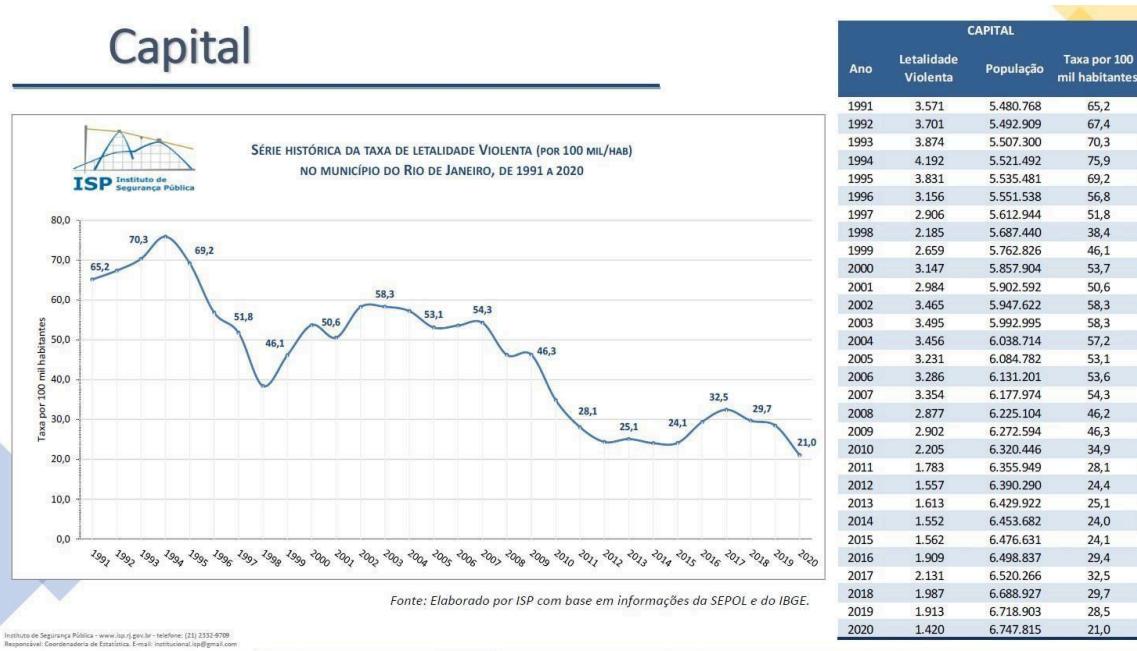
Associação que os ajudassem a se organizar, já que estavam em pleno crescimento, ainda que desordenado.

No início dos anos noventa, momento visto como retração pelos autores, em função da violência, havia pouca mobilidade da população nos dias de carnaval, a cidade do Rio de Janeiro era palco da guerra entre as facções criminosas pelo controle dos pontos de drogas e a sensação de insegurança na cidade atingiu seu ponto máximo naquele período. Durante os anos 1980 e 1990, a taxa de letalidade violenta na cidade aumentou, gerando uma grande sensação de insegurança. Nesse cenário, os foliões não se movimentavam pela cidade à procura de blocos, mantendo as festas mais localizadas. Foi nesse período que os blocos da Zona Sul passaram a receber maior visibilidade da imprensa, por isso cresceram, aproveitando-se dos foliões não se deslocavam para brincar em outras regiões por conta da violência.

Segundo dados divulgados pelo relatório de março de 2021 do Instituto de Segurança Pública (ISP), a taxa de letalidade violenta entre 1991 e 2020 da cidade do Rio de Janeiro, aponta a primeira metade da década de noventa como a mais violenta do período. Os anos de 1993, 1994 e 1995 com 70,3, 75,9 e 69,2 mortes violentas a cada cem mil habitantes, chamam a atenção nesta série histórica.

Fig 9 Séries anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões

Capital



Fonte: ISP, 2021

Os blocos de rua começaram a se espalhar pela cidade, desorganizados e com pouca estrutura, sem banheiros químicos nos dias de desfiles e com policiamento insuficiente. A festa era feita com pouco dinheiro, a saída dos blocos acabava quase sempre gerando estresses e problemas, como caos no trânsito e ruas muito sujas. Nesse cenário, tornava-se necessário que os blocos se unissem para que pudessem sair nos dias de carnaval, fazendo com que alguns dirigentes se reunissem para organizar os desfiles dos blocos no Rio de Janeiro.

“A história começa com uma reunião realizada no Bar Bip Bip, conhecido reduto de sambistas, jornalistas e músicos em Copacabana. O motivo era uma entrevista conjunta para o Jornal do Brasil. Estavam lá representantes do Simpatia é Quase Amor, Suvaco do Cristo, Bloco do Barbas, Bloco de Segunda, Imprensa Que Eu Gamo, Escravos da Mauá, Carmelitas, Meu Bem Volto Já, Bip Bip e Clube do Samba.” (Sebastiana, 2023)

Nessa reunião, realizada no ano de 2000, ficou claro para os membros presentes que os blocos precisariam se unir para participar das discussões sobre o carnaval de rua com o poder público. Muitas tratativas e tentativas de organização estavam na pauta da prefeitura naquele momento e os blocos precisavam ter força política para serem ouvidos.

Outro fator importante para a associação dos blocos em uma Liga era a possibilidade de buscar patrocínios em empresas privadas e financiadores com maior facilidade. A SEBASTIANA inicia suas atividades com esse intuito direto, podendo assim facilitar a sobrevivência dos blocos durante o período festivo e fora do carnaval.

Muitos blocos criados até os anos de 1970, como o Bola Preta e o Bafo da Onça, tiveram dificuldade com a manutenção de suas sedes e com o financiamento de seus desfiles exatamente por falta de força política para barganhar com a prefeitura em função da pouca capacidade de união. Nos anos oitenta, uma nova onda de blocos aparece, sendo fundada por músicos e intelectuais da zona sul e centro da cidade e no início dos anos 2000 fundam a Liga SEBASTIANA de blocos de rua, trazendo outros desafios para os organizadores e para o poder público. A SEBASTIANA busca desde sua fundação uma diminuição dos conflitos internos, gerando uma maior articulação entre seus membros.

Pauta importante para a SEBASTIANA é a luta contra a “baianização” do carnaval de rua na cidade do Rio de Janeiro, que permitiria a venda de abadás ou cordões de isolamento de áreas *VIP*, para o financiamento dos blocos. Uma luta importante para a SEBASTIANA é a defesa do carnaval de rua como uma manifestação cultural e menos como uma mercadoria, dando limites para as exigências dos patrocinadores e para o processo de construção de cercadinhos ou qualquer forma de segregação de espaço nos blocos. A postura crítica da SEBASTIANA em relação a mudanças nas formas tradicionais dos blocos se organizarem e quanto a forma de patrocínio adotada é bem clara e consta nos meios de comunicação da liga, como no site e nas redes sociais.

Em parte, isso afetou os blocos mais tradicionais, como o Bafo da Onça, Bola Preta e Chave de Ouro, que não conseguiram se organizar antes dos anos oitenta. Com a chegada da SEBASTIANA e a unidade do discurso de alguns blocos, a pressão nos entes públicos por mais investimento em estruturas como banheiros químicos e policiamento e a defesa do discurso da manutenção das tradições da festa na cidade, fez com que a prefeitura agisse em prol do modelo de carnaval que articulasse a manifestação cultural à geração de lucro para a cidade. O carnaval de rua do Rio de Janeiro não separa áreas *VIP* ou vende abadás que distinguem compradores, ele é inclusivo. Essa é a prática da SEBASTIANA.

Com a força do discurso e seu impacto no meio do carnaval de rua, a SEBASTIANA levou para o IPHAN (Instituto para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), um pedido para que o carnaval de rua carioca fosse transformado em Patrimônio Imaterial do Brasil, preservando assim, sua maneira de brincar e sua forma de ser organizado.

“Nosso segundo movimento, foi esse de levar a ideia pro IPHAN pelo seguinte: quando começa este momento de comercialização do Carnaval e de certa

banalização do tema porque o tema está banalizado. Nós não estamos gostando disso. Está banalizado na mídia, na própria ação dos blocos. A gente começou a achar que precisávamos fazer um movimento ideológico pra que a gente preservasse o Carnaval na sua essência e nas suas características originais. Daí surgiu a ideia do IPHAN. “Vamos pedir pra transformar em patrimônio, em patrimônio imaterial do Rio e depois do Brasil”. Como a gente já (es)tava juntando material pra memória, vimos que era o mesmo caminho. (Rita Fernandes, Presidente da Sebastiana e do bloco Imprensa que eu gamo, entrevista para pesquisa” Entrevista realizada em 22 de junho de 2014. in Frydberg, 2017, p 8)

Para se falar do Carnaval a partir dos blocos que surgem nos anos 80 e que se tornam referência do que é brincar no século XXI, temos que apresentá-los para dar entendimento àquela reunião organizada pelo Jornal do Brasil em 2000, e que gerou a criação da SEBASTIANA.

Dos blocos que começaram esse processo da cidade do Rio de Janeiro no fim dos anos de 1970, o Clube do Samba é o precursor, tendo desfilado a primeira vez em 1979. O Clube do Samba nascia como roda de samba no quintal da casa do cantor e compositor João Nogueira em 1975, quatro anos antes do seu primeiro desfile, com o propósito de reunir músicos e pensadores em um momento político no qual o país ainda sofria com a ditadura militar.

Fig 10 João Nogueira e o Clube do Samba



Fonte: Revista Veja online <https://vejario.abril.com.br/coluna/rita-fernandes/homenagem-joao-nogueira>

Há ligação entre o Clube do Samba e outro bloco fundador da SEBASTANA, o Bloco dos Barbas, fundado em um bar em Botafogo em 1981, bem longe do quintal de João Nogueira, no Méier, zona norte da cidade, porém o bloco foi criado pelos mesmos músicos que frequentavam o Clube do Samba. Seu nome surge do próprio bar em que os músicos frequentavam, o Bar dos Barbas.

A história do Bar do Barbas não pode ser desvinculada da luta pela redemocratização. Dois dos cinco sócios de sua fundação eram militantes de esquerda que haviam sido presos pelo regime militar no presídio Frei Caneca e foram libertados depois de uma histórica greve de fome dos presos políticos do país inteiro. Os militantes eram Nelsinho Rodrigues, filho de Nelson Rodrigues e Manoel Henrique Ferreira. Os demais sócios eram Sérgio Henrique, o Tchetcha, Carlos Eduardo, o Dado e Mário Dias Rodrigues. O bar do Barbas juntaria um grupo de intelectuais e artistas e seria frequentado pelo Clube do Samba, gerando assim o Bloco do Barbas que desfilaria em 1981.

Fig 11: Greve de Fome de 1979 no Presídio Frei Caneca



Fonte: Paulo Jabur/Jornal do Brasil. Nelsinho Rodrigues e Manoel Henrique Ferreira, terceiro e quarta sentados a partir da esquerda.

O bairro de Ipanema, famoso pela Bossa Nova e sua Garota de Ipanema, de Tom e Vinícius, também foi palco da criação de um dos blocos mais famosos do carnaval carioca dos dias de hoje, o Simpatia é Quase Amor. Com um clima elitizado e bebendo da Bossa Nova para sua inspiração, o Simpatia, foi crescendo e sendo frequentado pela alta burguesia carioca do bairro de Ipanema, orla da zona sul que, ao longo dos anos, se tornou referência de sofisticação no mundo, o Simpatia é Quase Amor, vai levando milhares de foliões para pular o carnaval na beira da praia. Com a vantagem da beira da praia e dos bares de Ipanema, os foliões brincam no Simpatia, com seus sambas que englobam a paisagem da zona sul carioca e seu bem viver.

Fig 12. Primeiro desfile do Simpatia é Quase Amor - Avenida Vieira Souto



Fonte: Arquivo Simpatia, 1985

O bloco fez seu primeiro desfile em 9 de fevereiro de 1985, saindo da praça General Osório e indo pela Vieira Solto, até a Visconde Pirajá, assim surgiu o Simpatia é Quase Amor, que em relatos de Aldir Blanc, publicado nas redes sociais oficiais do bloco, tinha também inspiração no Bafo da Onça, o bloco que o compositor desfilava em sua juventude e que o fez se apaixonar pelo carnaval de rua. O próprio Aldir Blanc teria dado o nome ao bloco, segundo relatos apurados pelos organizadores do bloco hoje. O bloco chegou a reunir mais de 250 mil pessoas em dois dias de desfile.

SIMPATIA GERAL (primeiro samba)

No nosso Bloco a ordem é folia
 Seja noite ou seja dia
 Quem ficar parado vai se arrepender
 Se embole com a gente
 E venha curtir o prazer, que é
 geral É geral,
 Esse abraço tão gostoso eu quero mais
 Chega pra cá, meu bem,
 Descola um carinho.
 Por que não? Isso é tão bom,
 Carnaval é alegria
 E o importante é
 Simpatia. Simpatia é
 Quase Amor Nossa bloco
 vai passar Ipanema é
 Simpatia
 E tem muito amor pra dar
 (Gustavo Mello 1985)

Já o Sovaco do Cristo é um bloco que desfila no bairro do Jardim Botânico, onde ficaria uma linha imaginária, bem debaixo da axila da famosa estátua do Cristo Redentor,

símbolo do Rio de Janeiro e do Brasil para o mundo, embora o bloco não tenha começado no Jardim Botânico e sim na praia, como uma série de outras manifestações culturais da cidade.

Na década de oitenta, após a abertura política ocorrida com o fim da Ditadura Militar e com as eleições, a praia de Ipanema, mais precisamente na altura do Posto 9, seria o ponto de encontro de uma série de artistas, jornalistas, músicos e poetas. A praia era o espaço onde se encontravam grandes nomes da política como Fernando Gabeira, recém-chegado do exílio, nomes da música como Cazuza e outros ícones da cultura carioca, como jornalistas, escritores, poetas e celebridades em geral.

O país vinha de uma fissura social e política e estava se recuperando do período de governo militar sem eleição direta. Naquele momento, a eleição para a prefeitura de São Paulo ocorria, com o então progressista Fernando Henrique Cardoso liderando as pesquisas. O que ninguém esperava era uma virada repentina. A figura que havia marcado os anos sessenta da política brasileira, renunciando ao cargo de presidente da república, em um ato que se tornaria crucial para o golpe dado pelos militares no ano de 1964, virava o jogo e levava a eleição da cidade. Jânio Quadros era eleito prefeito da maior cidade do país.

Antes dos resultados da eleição, por estar na frente nas pesquisas, Fernando Henrique se deixou fotografar sentado na cadeira de prefeito, que era de Mário Covas. No dia seguinte, ao sair o resultado, Jânio Quadros fez questão de tirar outra foto desinfetando a mesma cadeira, fato que foi divulgado amplamente pela imprensa do país. O compositor Jards Macalé, aproveitando seu dia de sol na praia, se rebela ao ver aquela a notícia no jornal com a foto de Jânio Quadros e se junta a seus amigos mais exaltados para discutir a política do país. Por algum motivo (que a autora abaixo não explica), essa discussão se transformou na iniciativa de montar um bloco de carnaval, que a princípio sairia pela praia.

“Por sugestão do poeta Xico Chaves, o novo bloco teria o nome de “O Tamanho do A”. Estavam reunidos na Praia de Ipanema nesse dia da confusão, além de Xico e Macalé, o ator e diretor de tevê José Lavigne, o produtor cultural Perfeito Fortuna, o sociólogo e poeta Arnaldo Chaim e o médico João Avelleira, entre outros. Nenhum deles sabe dizer atualmente como a tal discussão levou à ideia da criação de um bloco de Carnaval. Mas, para aquele grupo de poetas e artistas, isso também não tinha a menor importância, como afirma, no filme dos 20 anos do Suvaco, José Lavigne.” (Fernandes, 2017, p 161.)

Assim, o Suvaco aparece na praia a partir de uma discussão política, o bloco mudou de nome e endereço, saindo da praia de Ipanema para o Jardim Botânico e mudando de nome para Suvaco do Cristo. Como destaca Fernandes (2017), o bloco teve em seu samba de 2001 uma autobiografia em forma de poesia e música.

2001: UMA ODISSÉIA NO SUVACO

Na idade da pedra
 No Clube dos Macacos
 Começou a lendária
 Odisseia do Suvaco
 Como tudo que se locomove
 Tudo começou no Posto Nove
 Num dia de lua psicodélica
 Uma galera da Rua Maria Angélica
 Chegando em casa teve um estranho visual
 Olhou pro alto extasiada e disse: uau!
 Sobrevoando um enorme
 monolito Um suvaco muito lindo
 Abençoava o carnaval
 Do Joia ao Condomínio
 Aí a bateria esquenta
 Subindo a Lopes Quinta
 Descendo a Pacheco
 Leão Tantas vezes
 campeão
 Com sambas de Bráulio e Lenine
 Suvaquenses do primeiro time
 Teve alguns perrengues com a cúria
 Que em sua fúria não queria entender
 Ora bolas! Que um Cristo sem
 suvaco A Maria não poderia
 conceber
 E a moçada que não sabe o que é deprê
 Foi parar lá na décima quinta depê
 Subiu desceu girou rodou rodopiou
 E hoje o seu canto
 ecoa Numa boa lá na
 Lagoa 2001 noites
 De orgias das arábias
 Pro meu Suvaco se acabar
 (Barreto/ Nanico/ Chacal,
 2001)

Após a praia, os membros do grupo tinham como costume se encontrar em um prédio na rua Maria Angélica, onde faziam o que chamavam de pós praia. Ali moravam alguns dos principais membros da fundação do Suvaco, como o presidente do bloco, o diretor de televisão José Lavigne. O bloco nesse momento ainda mantinha seu antigo nome, “O Tamanho do A”.

“A tal “galera da rua Maria Angélica” cantada nos versos morava nesse endereço e era composta pelo médico João Avelleria, presidente do Suvaco até hoje; o diretor de tevê José Lavigne, com quem João dividia apartamento; o poeta Xico Chaves; o sociólogo Arnaldo Chaim; e as produtoras culturais Sylvia Gardenberg e Sonia Matos, primeira porta-bandeira do bloco.” (Fernandes, 2017, p 162.)

O nome Tamanho do A acaba não “pegando” e outro nome aparece com muita força. Com inspiração direta em uma entrevista de Tom Jobim, na qual ele afirmava ter tudo mofado em casa por morar debaixo do Sovaco do Cristo, no bairro do Jardim Botânico.

“Eu tinha lido uma entrevista do Tom Jobim, acho que na revista de Domingo do Jornal do Brasil, que era jornal que nós líamos naquela época. Ele falava do sovaco do Cristo. Eu não sabia que era parte de um poema dele, mais tarde fui saber que era o poema “Chapadão”. Ele dizia que mofava porque morava no “verdadeiro sovaco do Cristo”. Então Tom Jobim, sem saber, foi nosso padrinho, e foi dessa história que veio o nome do bloco. (João Avelleira em entrevista à autora em 22 de abril de 2017 in Fernandes, 2017, p 164)

O Suvaco de Cristo foi fundado em 1986 e teve seu primeiro desfile saindo da rua Maria Angélica no Carnaval daquele ano, ainda com poucas pessoas, apenas um grupo de amigos com o intuito de brincar, saindo do seu ponto de encontro favorito do que chamavam de “pós-praia”.

Fig 13: Concentração do primeiro desfile do Suvaco de Cristo em 1986



Fonte: Acervo pessoal João Avelleira

Durante o segundo semestre do ano de 1990, um grupo de “peladeiros”, que jogavam futebol no bairro de Santa Teresa, ao lado do Parque das Ruínas, decidiu criar um bloco em homenagem a Laurinda Santos Lobo, antiga dona da mansão que hoje é o Parque das Ruínas e anfitriã das principais festas das socialites do início do século XX. Já em 1991, o bloco desfilava em dois dias da folia, abrindo e fechando o Carnaval de rua, primeiro na sexta-feira de Carnaval e depois na terça-feira, antes do fim da festa.

O grupo se encontrava no Bar do Serginho, em Santa Tereza, e o nome do bloco foi criado e aceito de forma unânime. Ao pensar no bairro como criado entorno do convento das Carmelitas, os membros se inspiraram no estabelecimento religioso não só para o nome, mas para o tema do bloco.

CARMELITAS! 20 ANOS DE FOLIA NOS 100 ANOS DE NOEL!

É carnaval! Felicidade!
 Hoje tiro o chapéu (ponho o véu!)
 Pros 20 anos de folia, nos 100 anos de Noel!
 Peço o silêncio de um minuto, nosso bonde sai do luto,
 vai curar o que passou
 Tem Pierrot apaixonado, pastorinha tem gingado
 Quantos beijos, meu amor!
 Mas a filosofia hoje me auxilia a me decidir
 Com que roupa eu vou, meu amor, pra depois você despir!
 Com que roupa eu vou, meu amor
 Pra depois você despir!
 Nem tudo é conversa de botequim.
 Meia e cueca, escondendo o
 dindin
 Onde está a honestidade? onde está a nossa raiz?
 Privatizar nosso trilho?
 Meu Deus, que palpite infeliz!
 Santa Teresa é só alegria! explode bateria!
 De peito aberto meu povo grita
 Modéstia à parte, meu senhor
 Sou Carmelitas
 (Roni, Gabriel, 2010)

Dentre os fundadores, destacavam-se o Zulu, naquele ano estava trabalhando para a Mocidade Independente de Padre Miguel, o Jorge Crespo, que era bonequeiro e foi o responsável por fazer a grande boneca da freira, usando os restos de material trazido por Zulu e Serginho, o dono do bar onde os ensaios eram feitos.

Fig 14: Desfile do Bloco das Carmelitas com sua Boneca de Freira



Fonte: catracalivre.com.br disponível em
https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2014/01/carmelitas_foto1.jpg

O bairro de Santa Tereza é um local da cidade com um número expressivo de favelas, como as comunidades do Fallet, Fogueteiro, Prazeres, Escondidinho e Coroa, sendo representadas na fundação do Carmelitas, nos membros da bateria e em seus foliões. Como o bloco acabava abarcando boa parte das comunidades do bairro, a população local acabou se aproximando do bloco e de sua atividade carnavalesca.

“O Bloco das Carmelitas saiu pela primeira vez no segundo semestre de 1990 para homenagear Laurinda Santos Lobo, socialite cuja casa abrigou as mais badaladas festas do Rio de Janeiro, no bairro de Santa Teresinha, nas primeiras décadas do século XX. Composto inicialmente por peladeiros que jogavam futebol no terreno ao lado da referida casa de Laurinda (hoje o Parque das Ruínas), no ano seguinte o bloco já abriu e fechou a folia no bairro, com duas saídas – uma na sexta que antecede o Carnaval e outra na terça-feira gorda – (<https://www.blocodascarmelitas.com.br>)

O bloco das Carmelitas foi fundado com o nome pensado em homenagear o convento das Carmelitas, que teve importância no surgimento do bairro. Os membros fundadores do bloco, em especial o dono do bar do Serginho, usou de um boato do bairro de que uma freira do convento pulava o muro para brincar o carnaval e que para facilitar sua fuga, todos deveriam se fantasiar de freira, ficando assim impossível ela ser reconhecida. Além disso, o bloco deveria desfilar duas vezes, para que a freira pudesse pular de volta para o convento, voltando a se dedicar à vida religiosa.

“Como Santa Teresa surgiu a partir da fundação do Convento das Carmelitas, os foliões e amantes do bairro deram o nome de **Carmelitas** ao bloco e criaram a lenda de que, todo ano uma freira pula o muro do convento para brincar o Carnaval na sexta e volta para a clausura na terça, virando tradição no bloco homens e mulheres vestirem hábitos de freira na cabeça, para que a “fujona” possa brincar em paz, sem ser facilmente reconhecida. Além das fantasias de freiras, passou a fazer parte do bloco também uma grande boneca, que se apresenta para o público como a carmelita mais animada.” (bloco das carmelitas, 2023)

O bloco Unidos das Carmelitas sempre teve uma posição política em relação à desigualdade social e foi ativo em uma pauta identitárias e ligadas à melhoria da qualidade de vida da população das favelas, principalmente as do bairro. Já que o bloco é criado pela mistura de um grupo intelectual e cultural do bairro de Santa Tereza e os moradores das comunidades locais que lutavam por melhoria de vida da população do bairro, o bloco se posiciona de várias formas em relação às questões ligadas ao social e ao carnaval, seja pelos perfis de internet, como seu site oficial, seja em sua aba no site da SEBASTIANA.

No ano de 2000, assim que a reunião proposta pelo Jornal do Brasil, inicialmente para uma entrevista coletiva dos blocos, levou a criação de uma Liga de blocos, o Carmelitas aderiu e participou ativamente de suas ações, tal como cita em seu site oficial.

“No início dos anos 2000, o Carnaval de rua do Rio de Janeiro cresceu extraordinariamente e o Carmelitas, preocupado com os problemas que o sucesso começou a trazer, se uniu a outros blocos para fundar a Sebastiana, Associação de Blocos do Centro, Zona Sul e Santa Teresa, pioneira na colaboração com as autoridades e associações de moradores para que o Carnaval não perdesse o charme nem roubasse a paz das ruas que o abrigavam. Tal demonstração de responsabilidade chamou a atenção também de empresas e meios de comunicação, que passaram a apoiar os blocos sobrecarregados com custos inimagináveis quando eles surgiram.

Sem perder a espontaneidade, hoje o **Carmelitas** e os outros blocos da Sebastiana realizam desfiles organizados e aproveitam para dizer com bom humor o que pensam sobre a sociedade e a cidade e para dar exemplos de sustentabilidade, como a proposta do Carnaval Límpo, que consiste em contratar equipes para recolher o lixo acumulado durante os cortejos.” (bloco das carmelitas, 2023)

O bar Bip-Bip em Copacabana, foi o local da primeira conversa que levou a criação da SEBASTIANA, no que deveria ser uma entrevista para o Jornal do Brasil. Famoso pela boemia da cidade, o bar Bip-Bip é local de música e encontros, foi fundado no dia em que a ditadura militar escrevia uma das piores páginas da história do Brasil, em 13 de dezembro de 1968, dia em que foi assinado o Ato Institucional número 5, ou mais conhecido como AI-5. O Bip-Bip é um bar pequeno e mesmo assim sua importância é imensa para a cultura do carnaval e do samba da cidade.

No bar tocaram artistas como Beth Carvalho, Moacyr Luz, Nelson Sargent, Paulinho da Viola, entre outros grandes nomes da música e da cultura carioca. A música ressoa em um bar pequeno, de apenas 18 metros quadrados, sem microfones ou amplificadores, tudo acústico e informal. Essa informalidade e a proximidade do metrô e da praia ajudaram o bar a conseguir sucesso entre os sambistas cariocas. O bar fica localizado na rua Almirante Gonçalves, 50, no largo do Alfredinho, em Copacabana. O largo tem esse nome em homenagem ao antigo proprietário do bar, Alfredo Jacinto Melo, o Alfredinho.

Alfredinho assumiu o bar em 1984 e ficou à frente do empreendimento até o dia de sua morte, no sábado de carnaval de 2019, tendo falecido com 75 anos, no ano em que o bar completou 50 e recebeu homenagem na sala Baden Powell. Alfredinho foi famoso por ter regras no bar em defesa dos músicos e ter uma opinião política voltada à esquerda libertária. Não aceitava que se colocasse amplificadores ou microfones no bar, os músicos deveriam ser reverenciados e gritos e palmas altas eram proibidos pelo proprietário.

O bloco Bip-Bip foi formado em frente ao bar, por clientes que se aglomeravam e ficavam em suas imediações puxando marchinhas e cantando até meia-noite, momento em que Alfredinho fechava as portas do bar independente do que houvesse lá fora e assim o bloco partia pela rua e depois voltava ao bar, que não era reaberto.

Durante a Pandemia, mesmo após a morte de Alfredinho, o bar gravou mais de 700 horas de lives de samba e chorinho, mantendo sua tradição de berço cultural em Copacabana. Com o seu já famoso slogan “Bip-Bip, a serviço da amizade” estampado na entrada, o bar de 18 metros quadrados virou Patrimônio Cultural Carioca em 2012, mantém suas atividades.

Fig 15: Alfredinho no bar Bip-Bip



Fonte: O Dia Oline de julho/2018

Outro membro fundador da Sebastiana foi o bloco Escravos da Mauá, fundado em 1992 por funcionários do Instituto Nacional de Tecnologia, era sediado na Praça Mauá, zona portuária do Rio de Janeiro. Acabou em 2023

O primeiro desfile ocorreu em 1993 e percorreu o bairro da Saúde, que abrigou o cais do Valongo, região conhecida como “Pequena África” e local de maior desembarque de escravizados das Américas. O local era muito degradado e esquecido pelas políticas públicas dos diversos governos que passaram pela prefeitura e pelo Estado do Rio de Janeiro. O local era escuro por estar abaixo da via Perimetral, tinha muito lixo acumulado e pessoas em situação de rua vivendo de forma degradante.

“Apesar do abandono da região e do desconhecimento que afugentava a visitação por lá, história e patrimônio cultural viviam ali juntos, de mãos dadas, desde sempre, para quem se dispusesse a conhecê-los, de certa forma preservados pelo abandono. No casario antigo do Largo da Prainha, nos sobrados do Morro da Conceição, das ruas Sacadura e do Livramento, nos becos e colinas da Saúde e da Gamboa; nas pedras do cais antigo, pisadas por muitos outros antes de nós; na memória sofrida de tantos trabalhadores escravizados que construíram a maior parte das coisas que ainda hoje estão lá. (Escravos da mauá.com.br, 2023)

O bairro é parte da história do samba, do Rio de Janeiro, do Brasil e da África e foi, por trinta anos, bandeira de luta do bloco Escravos da Mauá, que em seus sambas lembrava a história dos escravizados e dos símbolos do samba que viveram na “Pequena África”.

Ao completar 30 anos, em 2022, o bloco fez seu último desfile, tendo anunciado em carta oficial em seu site que em 2023 não iria mais desfilar no carnaval, por entender que a região que antes precisava ser foco de luta por melhoria nas estruturas públicas e visibilidade, hoje recebe a atenção devida do poder público e teve uma mudança urbanística importante com a derrubada da Perimetral e a construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã.

“Entendemos que vem aí – que precisa vir! – um tempo de grande transformação. Entendemos que devemos nós também ser parte desta transformação.

Com base nesse sentimento de esperança no “futuro que sonhamos e cantamos, mas que, no duro, nem ainda começou”, fecharemos – com festa neste 17 de setembro e lançamento do site que registra essa longa caminhada – esse ciclo de 30 anos de desfiles do bloco Escravos da Mauá no calendário do carnaval carioca.” (<https://www.escravos>)

Com suas cores azul e branco e seu característico abre-alias de pernas de pau, o bloco usava de métodos circenses e teatrais para defender pautas ligadas a manutenção da tradição do carnaval carioca e orgulho negro.

Fig: 16: Abre-Alas dos Escravos da Mauá



Fonte: Veja Rio online, 09/09/2022

Fundado em 1990, o Bloco da Segunda saía, como o nome diz, na segunda-feira de Carnaval. O bloco foi fundado por artistas gráficos, sambistas e alguns profissionais liberais, além do arquiteto Carlos Fernando e o compositor Xico Chaves. Seu primeiro desfile foi no 7 de setembro e, com muita irreverência, colocava em seu enredo a

possibilidade de trocar o então presidente da república, José Sarney, pelo ex imperador Don Pedro I.

O bloco se concentrava nos bares da Cobal do Humaitá e faz seu caminho seguindo a rua Voluntários da Pátria até virar na rua São Clemente e voltar para seu ponto de origem. Formado por grupos ligados a esquerda e a centro-esquerda, tinha como objetivo sambas com críticas sociais e personificadas em governantes ou políticas neo-liberais. Em 2001 teve como enredo o samba “O X é a solução”, devido à tentativa fracassada da Petrobras em mudar seu nome para Petrobrax. (Albin, 2006)

Fig 17: Estandarte do Bloco de Segunda



Fonte: Boadiversão.com.br

Fundado em 1994, tendo Elke Maravilha como Rainha de Bateria e Ted Boy Marino como um de seus principais fundadores, o Bloco “Meu Bem Volto Já” começa seu desfile na rua Princesa Isabel e invade o bairro do Leme. A ideia inicial era organizar um bloco para o mês de julho de 1994, em homenagem ao centenário do bairro do Leme e para que fosse brincado durante a copa do mundo. Camisetas foram confeccionadas com o desenho do artista plástico, Elso Arruda.

Fig 18: Desenho da primeira camisa do Bloco Meu Bem Volto Já, de 1994



Fonte: meu bem volto já online de 28/10/2021

No ano de sua fundação, os organizadores do bloco conseguiram vender 100 camisas para um grupo de 50 amigos, a fim de ajudar a custear o cortejo, porém o carro que traria as camisas acabou por ser roubado no momento da entrega, junto com as camisas, que nunca foram encontradas.

MEU BEM, VOLTO JÁ

Querida, estou de saída
 Um beijo de
 despedida...oi
 MEU BEM VOLTO JÁ (volto
 já) Vou visitar uns amigos
 Se demorar eu aviso
 Não tenho hora de chegar
 Vou buscar a fantasia
 Me preparar, me concentrar para a folia
 Nosso bloco tá no ar
 Hoje a alegria é geral
 Vou beber minha cerveja
 E ficar muito doidão (tô doidão)
 Espantar qualquer tristeza
 Esquecer minha dureza
 E o preço do feijão
 Vou pular a noite inteira

Mas não quero confusão
 Vou brincar em plena
 rua Sob o brilho dessa
 lua Sem gastar o meu
 tesão O meu tesão
 Eu vou segurar
 Me espera meu
 benzinho Que eu volto
 já.

Autores: Galdinão e Serginho. 1994

Hoje com 29 anos, os organizadores do bloco Meu Bem Volto Já preparam uma festa para comemorar os trinta anos do bloco no Carnaval carioca.

Fig 19: Desfile do Bloco Meu Bem Volto Já e sua bateria 1994



Fonte: Meu bem volto já online

A descrição do surgimento de todos os blocos que participaram da reunião que deu origem a SEBASTIANA, visa compreender o perfil e o processo que permitiu ao grupo se organizar em uma Liga. Para além da defesa cultural da festa, os blocos fundadores da SEBASTIANA também se preocuparam com as questões de infraestrutura e defesa dos interesses dos colaboradores, como músicos, bonequeiros e demais funcionários e voluntários, para além dos foliões, a Associação unindo forças em busca de tornar a festa sustentável, dialogando com o poder público e com empresas privadas, que ao longo dos anos 90 ganham força política e passam demandar da prefeitura maior atuação

CAPÍTULO 2

AS INTERVENÇÕES DO ESTADO E UM CARNAVAL DE DADOS

O Carnaval é uma grande expressão da cultura brasileira e no Rio de Janeiro se realiza o maior desfile de escolas de samba do mundo. “O maior espetáculo da terra” tem sede no Rio de Janeiro, mas fala de Brasil e tem toda uma nação de olhos na folia, seja como turista, seja pela televisão. No entanto, o Carnaval não é apenas uma festa, mas também um fenômeno social, político e econômico, que sofreu diversas intervenções e regulações por parte do Estado ao longo de sua história.

Neste capítulo, vamos analisar como o Carnaval foi objeto de políticas públicas nas diferentes fases da República, desde a Era Vargas, passando pela Ditadura Militar e chegando na redemocratização; assim como a municipalidade. O foco na atual gestão municipal e sua atuação e políticas públicas será feito via análise do Decreto Municipal nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009 e os demais relatórios e dados oficiais fornecidos pela prefeitura. Examinaremos o relatório Carnaval de Dados, elaborado pela prefeitura do Rio de Janeiro, que apresenta uma série de indicadores sobre os impactos socioeconômicos do carnaval na cidade, tanto positivos quanto negativos.

O objetivo deste capítulo é compreender como o Carnaval se constitui em um campo de disputas e negociações entre os diversos atores sociais envolvidos na festa, e como ele reflete e transforma a sociedade brasileira. O Carnaval se mostra uma ferramenta de transformação de realidades e de manutenção de uma cultura pungente e capaz de se adaptar aos diversos momentos políticos de um país.

A relação entre a SEBASTIANA e a prefeitura do Rio de Janeiro, destacando a colaboração e os conflitos que moldaram o carnaval de rua, principalmente no que tange questões como regulamentação, financiamento e logística, ilustrando a complexidade de organizar um evento de tal magnitude em uma metrópole. A repressão estatal e a disciplinarização do espaço público também fazem parte das ações do Estado para criar uma maneira de “pular o carnaval de forma ordeira”.

Dividido em três partes, o capítulo tem o objetivo de descrever a atuação do Estado sobre o carnaval na Era Vargas assim como no contexto da ditadura militar, através da

censura e do aparato repressor do governo federal agindo para coibir a liberdade de expressão da festa. A segunda parte apresenta os decretos que visavam normatizar o carnaval, buscando transformar o carnaval em uma festa “ordeira”. Enfim, a última parte apresenta dados, mapas e questões referentes à administração pública e o aparato estatal usado na festa, a partir do relatório carnaval de dados.

2.1 A disciplinarização do carnaval: da Ditadura Vargas à Militar

O carnaval de rua do Rio de Janeiro foi alvo de uma série de ações do Estado, numa tentativa de racionalizar e organizar o ato cultural realizado/ experenciado pelos habitantes da cidade. Desde seu surgimento, o Carnaval foi controlado por diversos setores da sociedade que viam a forma como a população de baixa renda brincava como perigosa e desrespeitosa.

Ao nos depararmos com a história mais recente do Brasil, durante o Estado Novo, na Era Vargas, a tentativa de disciplinarização da festa fica claro, quando marchinhas de carnaval eram censuradas se criticassem o governo e eram incentivadas quando exaltavam características que o governante queria.

Vários compositores foram censurados, sendo o mais famoso deles Lamartine Babo, responsável por compor o hino do América Futebol Clube e dos grandes clubes de futebol do Rio de Janeiro à época, Fluminense, Flamengo, Vasco, Botafogo, América, Bangu, Madureira e São Cristóvão, por exemplo.

Uma série de músicas de Lamartine Babo foram censuradas, por serem satíricas ou conterem críticas. Uma das mais famosas é a marchinha “Parei Contigo”, em que Lamartine usa de um tom debochado e satírico para falar de eleições.

“Tu és o tipo
do sujeito indefinido,
carcomido que só quer tirar
partido
Meu Deus, mas é isto
que se chama ser
amigo?
Parei contigo! Parei
contigo! Nas eleições foi o
diabo pois tu eras o meu
cabo
e votaste no inimigo (...)
Já vou-me embora, cruz!
Vou disparando
Senão tu furtas a canção
que eu estou cantando” (Lamartine Babo, 1935)

Porém, as músicas que enalteciam o governo ou o próprio Getúlio eram usadas como ferramenta de propaganda de uma imagem política ou na construção de uma identidade nacional. A letra da música GêGê, composta por Eduardo Souto e Getúlio Marinho em 1932, acaba por ser usada por apoiadores do presidente, devido ao uso do apelido que Vargas receberia posteriormente à música. No período que Vargas assumiu o governo, na revolução de 30, recebeu muitos pedidos de empregos públicos, porém essas nomeações demoravam e essa marchinha satiriza de forma leve o ocorrido. O cômico é que o apelido de GêGê ainda não era usado por Vargas, sendo o GêGê citado na música, um dos compositores, Getúlio Marinho, que esperava ser nomeado para um cargo público.

Tenha calma, Gegê
 Tenha calma, Gegê
 Vou ver se faço
 Alguma coisa por
 você Não se aborreça
 Nem é preciso chorar
 Güenta um pouco meu
 amor Que as coisas vão
 melhorar O seu pedido
 Já foi, meu bem, despachado
 O decreto já saiu
 É na enxada e não no machado (Eduardo Souto e Getúlio Marinho, 1932)

O mais interessante é que esse apelido gerou outra marchinha, no ano de 1950. Composta por João de Barro e José Maria de Abreu, a marchinha “Ai Gêgê, Ai Gêgê” ficou famosa e foi usada como peça de propaganda na eleição daquele ano, que trouxe Getúlio Vargas eleito e de volta ao Palácio do Catete. O refrão da marchinha dizia “Ai Gêgê, Ai Gêgê. Que saudade que nós temos de você”. Em tempos em que o rádio era a grande ferramenta de comunicação, controlar a produção musical e usá-la como peça de propaganda era fundamental para se ganhar uma disputa política e para gerar maior popularidade. O Estado, ao mesmo tempo em que buscava disciplinar, utilizava-se da manifestação cultural

Uma das ferramentas mais poderosas do governo Vargas para o controle do carnaval e da narrativa cultural do país era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Criado em dezembro de 1939 por meio de decreto, o DIP tinha como função censurar informações consideradas subversivas e organizar a propaganda oficial do governo. Um dos papéis importantes do DIP era o de promover a ideologia do governo e criar um sentimento de patriotismo entre as camadas populares da sociedade brasileira em pleno Estado Novo.

O carnaval não ficaria fora de seu escopo, tendo letras de marchinhas e sambas-enredo censuradas por terem sido consideradas depravadas ou subversivas. Neste contexto, as letras usadas no carnaval eram sarcásticas e satíricas, muitas vezes “tirando sarro” da elite política do Rio de Janeiro. Um exemplo que a intenção de controle era anterior à criação do DIP, foi a marchinha “Aí, se Mé” que satirizava o então candidato à presidente Arthur Bernardes, no ano de 1922.

O DIP também organizava concursos com juízes indicados pelo governo e financiava assuntos que deveriam ser abordados pelos blocos e escolas de samba, controlando assim, o tema que seria popularizado nas ruas durante os cortejos. A criação de heróis nacionais e letras que exaltassem símbolos patrióticos eram muito valorizadas nesse período pela estrutura governamental vigente.

O Departamento foi o primeiro exemplo de atuação direta estatal no controle do carnaval, visto que organizava bailes (como o baile da cidade das meninas, da primeira-dama Darci Vargas) controlava concursos e censurava músicas. Em 1941, das 507 canções enviadas ao DIP, 375 foram censuradas (Silva, 2006, p. 204). Grande parte da eficácia do DIP ocorria em função da minucia do controle (ou pelo menos tentativa)

Não será permitido o uso de máscaras
 Em portaria de ontem, o coronel Alcides Etchegoyen baixou as seguintes instruções sobre o carnaval:
 1. Os bailes públicos, banhos de mar a fantasia e passeatas, blocos, cordões, ranchos e outros agrupamentos só poderão ser realizados se autorizados para tal fim pela chefatura de polícia mediante previa identificação dirigentes..... (Correio da Manhã, 02/03/1943, p 1)

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi extinto em maio de 1945, após muita ingerência no cotidiano da população e censura. O carnaval teve naquele período censura e obrigatoriedade de temas a ser desenvolvido pelas escolas, inclusive com repressão policial, porém não seria o último momento de coerção estatal no carnaval do Rio de Janeiro.

O período da Ditadura Civil Militar Empresarial no Brasil foi repleto também de histórias de repressão política e social, afetando diretamente a criação artística e o fomento da cultura no país. Assim como na era Vargas, os jornais e revistas tinham membros da máquina pública que censuravam diretamente os editoriais e controlavam o que seria apresentado por jornais e revistas. Naquele período da história brasileira, não havia espaço para a opinião pública nem liberdade para o que fosse publicado.

Se no governo de Getúlio, o DIP era o órgão responsável por exercer o papel de controle da imprensa e de censurar o que deveria ser veiculado, e para o que cabe aqui, como os foliões deviam brincar, no governo militar outros órgãos tiveram esse papel. Criado no ano do golpe, em 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI) era responsável por disseminar informações que apoiassem as causas do governo e por coordenar a repressão aos opositores do regime. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1967 e representava o braço policial da repressão, com o papel de investigar e prender pessoas consideradas subversivas ou contrárias ao governo e/ou suas pautas. O DOPS foi uma das principais forças de repressão do governo militar, sendo denunciado por uma série de violações aos direitos humanos e desaparecimentos durante o período. Já os Departamentos de Operações Interna (DOI) e Centros de Operações e Defesa Interna (CODI) que foram criados em 1969, eram unidades militares, sob responsabilidade do SNI, que tinham como objetivo aumentar o controle da informação e subjugar os indivíduos que fossem contrários ao regime, operacionalizando a cooperação entre os diversos órgãos de repressão que o Estado tinha naquele momento.

Com todo esse contexto de coerção social, o Carnaval não ficaria de fora. Tendo um histórico de festa considerada subversiva e inapropriada pelas elites políticas e sociais do país, sofrendo com intervenções que buscavam diminuir a influência popular/negra e focar nas manifestações eruditas/aristocráticas da folia, o carnaval do Rio de Janeiro foi novamente alvo das ações do Estado.

Os editoriais dos principais jornais e revistas do país eram controlados pela censura da ditadura, fazendo com que poucos recortes de notícias da época possam ser encontrados, em comparação com o volume das ações do governo para realizar um controle social no carnaval da cidade.

A história do carnaval carioca mostra que a festa foi, de fato, promovida pelas massas populares e apresentava resistência ao controle estatal, desde os entrudos e seus limões de cheiro, até os grandes desfiles modernos das escolas de samba com carros alegóricos sofisticados e samba-enredo reativo. O carnaval de 1967 trouxe tensão entre o governo militar e os foliões da escola de samba do Salgueiro. Com o samba-enredo “História da Liberdade no Brasil”, a escola foi alvo do monitoramento do DOPS, que considerava o samba, que exaltava os movimentos de resistência à opressão, uma crítica ao governo. O samba falava sobre a Inconfidência Mineira, o Quilombo dos Palmares, o Combate aos Emboabas, a Chacina dos Mascates, entre outros momentos históricos em

que grupos populares mostraram resistência à um poder central. O desfile foi liberado, mas sofreu censura e restrições.

No ano de 1969 também teve tensão, o momento de maior repercussão política e “midiática” do desfile de carnaval durante o governo militar aconteceu com o desfile da escola Império Serrano, com o enredo “Heróis da Liberdade”, já que se referia a liberdade em um ambiente político e social em que não havia.

Em 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional de número 5, que retiraria uma série de direitos políticos e consolidaria o governo militar como uma ditadura opressora. A censura e a perseguição política já aconteciam no país há tempos, não era algo novo, já que os brasileiros já haviam passado pelo Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o próprio governo militar já tinha criado o SNI e o DOPS, porém, com a promulgação do AI-5, o processo de censura, perseguição e opressão foi potencializado.

Poucos meses depois, no dia 16 de fevereiro de 1969, a Escola de Samba Império Serrano faria um desfile histórico, com seu enredo “Heróis da Liberdade”. Com uma letra que, assim como o samba do Salgueiro de 1967, exaltava os momentos históricos e os movimentos que lutaram contra o poder central, a escola foi perseguida e censurada pelo DOPS. Em uma parte do samba, a letra teve que ser mudada. Onde se dizia “É a REVOLUÇÃO em sua legítima razão” foi alterado para “É a EVOLUÇÃO em sua legítima razão”.

“No Rio de Janeiro, em plena vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Império Serrano escolheu um tema que se contrapunha à ditadura. Em 1969, desfilou com o enredo Heróis da Liberdade, composto por Silas de Oliveira, Mano Décio e Manoel Ferreira, que defendia a liberdade por meio de manifestações populares. Por isso, teve que se explicar aos agentes da censura, e os compositores tiveram que alterar a letra do samba” (agencia brasil)

Os compositores do samba, Silas de Oliveira e Mano Décio, foram levados ao DOPS para prestar esclarecimentos. Ao ser questionado pelos repressores, Silas de Oliveira, supostamente, teria respondido “Eu não tenho culpa de retratar a História. Não fui eu quem a escrevi”. (<https://www.brasildefatorj.com.br>).

Fig 20. Balão Heróis da Liberdade



Fonte: (<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/02/09/>)

A escola defendeu seu samba e desfilou com um tema que falava de liberdade, pouco mais de dois meses após o AI-5 entrar em vigor. O desfile foi memorável e talvez tenha sido o responsável pelo aumento do controle da ditadura sobre o carnaval, já que nenhuma outra escola teve temas políticos durante a década de 1970. As críticas ao governo e os gritos por liberdade, seja nos desfiles da Avenida Presidente Vargas, seja na Rio Branco, só voltariam a aparecer na década de 1980, com a Reabertura e a diminuição da repressão.

Fig 21. Desfile Heróis da Liberdade



Fonte: <https://www.hopeness.com.br>)

O desfile que afrontou a ditadura militar em período de implementação do aparato de coerção e censura mais famoso da história do país, gerou reações do governo e medo da população do samba, o que ajudou no controle social que a Ditadura desejava impor. O relato feito pelo membro da velha guarda da Portela, Newton de Oliveira, conhecido como Newton da Portela, para a pesquisadora Tamara Paola dos Santos Cruz, deixa claro o temor que foi instaurado nas escolas de samba, em especial a Portela, que é vizinha à Império Serrano.

[Tamara] como acontecia o carnaval no período da Ditadura Militar? O senhor lembra? [Newton da Portela] Normal... Normal com muita censura! Até foi gente presa no Império Serrano... **Prenderam todo mundo**, porque o Império Serrano trouxe o enredo Heróis da Liberdade... Mudaram o samba que era mais grave, que falava sobre a revolução da época, né?! Eles prenderam todo mundo, mandaram mudar a letra e tudo! É... tiveram censura na letra, prenderam os compositores, os carnavalescos, prenderam todo mundo lá..., mas depois soltaram... E você sabe que o samba é uma provocação, não é? (Cruz, 2009, p4, grifo meu)

Todo esse processo de cerceamento de liberdade criativa foi posto em prática pelo aparato repressivo do governo federal da ditadura militar, que perseguiu, proibiu, censurou e impediu que o carnaval tivesse soberania para escolher os temas sensíveis ao governo.

Mas a atuação do Estado sobre o carnaval pode ser vista de várias formas, não só repressão, pura e simples, existem maneiras de disciplinar as formas de brincar o carnaval. Em 1984 houve uma novidade no carnaval carioca. Naquele momento foi inaugurado o Sambódromo, que inicialmente se chamava Avenida dos Desfiles, mudando para Passarela do Samba e enfim, em 1987 recebendo seu nome oficial, passando a ser chamada de Passarela Professor Darcy Ribeiro, homenageando o antropólogo e idealizador do espaço. A obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada pelo então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Fig 22 Construção do sambódromo 2



Fonte: Diário do Rio online de 31/01/2024

Houve diversas mudanças no desfile das escolas, não só pelo novo espaço que condicionava a passagem das escolas, mas porque a partir dele outras mudanças também ocorreram, visto que passaram a desfilar em duas noites ao invés de uma. No ano de 2011, uma série de reformas foram feitas, especialmente nos camarotes, deixando a casa do carnaval mais confortável. Todo o projeto foi pensado com o propósito de uso social, com escolas estaduais funcionando embaixo das arquibancadas em turno integral, os chamados Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS). Desde a sua inauguração até o ano de 2011, três escolas e uma creche funcionavam no local. No período da redemocratização, as ações voltadas à disciplinarização do carnaval estavam articuladas ao discurso que valorizava os benefícios para coletividade

Após a reforma daquele ano, que derrubou o camarote da Brahma e reformou os demais espaços, com o intuito de aumentar a visibilidade da plateia, os CIEPS foram substituídos por atividades do Programa de Educação de Jovens e Adultos. Em 2019 o Fundo de Apoio as Escolas Técnicas Estaduais (FAETEC), em parceria com a LIESA, organizou o projeto Escola de Carnaval, onde criou um núcleo da FAETEC com cursos profissionalizantes voltados para a área do carnaval, com o objetivo de criar profissionais para esse setor. Assim, os desfiles das escolas garantiam também maior articulação com o mercado, através dos usos sociais daquele novo espaço

– Queremos levantar a necessidade de mão de obra e qualificar os profissionais que trabalham e fazem o Carnaval do Rio. É um projeto piloto que visa formar profissionais com a chancela do Governo do Estado, por meio da certificação da Faetec – avalia Romulo Massacesi (<http://www.faetec.rj.gov.br>)

A administração do Sambódromo foi passada do governo do estado para a prefeitura em função de um decreto anterior à construção da passarela, o Decreto-Lei Nº 224 de 18 de julho de 1975, que reconhecia todos os imóveis da região da Cidade Nova como da prefeitura do Rio de Janeiro e reforçado pelo pacto federativo definido pela Constituição de 1988, já que eles faziam parte do Estado da Guanabara anteriormente, passando para o controle da prefeitura municipal.

Em 2023, a Alerj aprovou o projeto de lei nº 57/23, de autoria do deputado estadual Rodrigo Amorim (PTB), que revogou o decreto-lei 224/75, passando assim os imóveis e terrenos de volta ao Estado. O governador Claudio Castro vetou a lei após declarações da Procuradoria Geral do Município de que a lei seria inconstitucional, ferindo o pacto federativo definido pela Constituição de 1988. A indefinição mantém o espaço sendo sub usado fora dos dias de momo

“A Procuradoria Geral do Município informa que o projeto de lei é inconstitucional. O artigo 13 da Lei Complementar Federal 20/74 regula a partilha de bens do antigo Estado da Guanabara, tendo o Decreto-Lei 224/75 destinado a área da Cidade Nova ao Município. Desta forma, se a lei for sancionada, não só o Sambódromo, como até mesmo a sede administrativa da prefeitura e outros imóveis municipais passariam a ser do estado. A aprovação viola o pacto federativo da Constituição Federal de 1988, além de não respeitar a autonomia municipal” ([Band \(uol.com.br\)](https://band.uol.com.br) de 13/12/23)

Na esfera do governo municipal, outro projeto foi importante para o carnaval da passarela, a construção de um complexo com estrutura de espaço de trabalho para as escolas de samba. A Cidade do Samba, como essa edificação foi chamada, está localizada em um terreno de quase 100 mil metro quadrados, equivalente a 10 campos de futebol, no bairro da Gamboa, Zona Portuária da cidade, tendo 14 barracões com 4 andares cada. o complexo foi inaugurado em 2006, durante a gestão do ex-prefeito Cesar Maia.

Dos 14 barracões, 2 são usados pela Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), que organiza os desfiles e apurações do Carnaval, e os outros 12 ficam para as escolas. Como a estrutura tem 4 andares, normalmente o primeiro andar é o local onde os carros alegóricos são montados e os andares superiores ficam para a confecção de fantasias, áreas administrativas e criativas das escolas do Grupo Especial. A Cidade do

Samba leva o nome do histórico carnavalesco Joãozinho Trinta, que revolucionou o Carnaval na Sapucaí e sofreu com censura do Estado e da Igreja.

O espaço da Cidade do Samba também é pensado para ter múltiplos usos, além de servir como centro de apoio logístico para as escolas de samba, sem que haja a necessidade de atravessar a cidade com grandes carros alegóricos, muitas vezes empurrados e sem motor. O local funciona como museu, centro cultural e espaço de apresentações culturais e musicais. Os desfiles das escolas de samba do grupo especial movimentam um importante setor da economia, inclusive fora da festa de carnaval.

Enquanto na década de 1970, as escolas foram obrigadas a silenciar tudo que fosse oposição aos militares, devido ao medo da repressão, inclusive com enredos que exaltavam conquistas do governo, como o enredo da Mangueira de 1971 sobre os Correios. Nos anos 80, com o crescimento da luta pelo fim da ditadura militar, já que o aparato repressor do governo federal não apresentava uma censura tão ativa quanto antes, aparecem desfiles com tom de rebeldia. Um ano após a criação da Constituição Cidadã de 1988, dois desfiles são emblemáticos na Avenida.

O desfile campeão da escola Imperatriz leopoldinense falava sobre os 100 anos da Proclamação da República, em 1889. Seu samba-enredo “Liberdade, Liberdade Abre as asas sobre nós” vinha com uma letra exaltando a igualdade, com tom de crítica à censura e ode à liberdade. Já o desfile vice-campeão, da escola Beija-Flor de Nilópolis, com o enredo “Ratos e Urubus, Larguem Minha Fantasia” se destaca por ser censurado a pedido da Igreja Católica. E assim víamos a contradição da Passarela, com a campeã do carnaval exaltando a liberdade e a vice-campeã sendo censurada. Apesar da censura à Beija-Flor não ter sido feita pelo Estado, é possível entender as nuances de uma sociedade que vinha de um período de repressão, que estava entrando em um momento de democracia, mas que era conservadora.

O carnaval das escolas de samba cresceu exponencialmente e foi elevado ao patamar de maior espetáculo da terra. Com tanta demanda da iniciativa privada e dos setores ligados à cultura, com tanto regramento que começou a ser estabelecido e com tantos foliões na rua, foi necessária uma força tarefa do poder público para gerir a festa e fazer com que tudo transcorresse sem grandes problemas. Nesse contexto surgem os funcionários da prefeitura e do governo do estado do Rio de Janeiro, responsáveis pela ordem urbana, pelo saneamento, pela saúde e pelos demais serviços públicos essenciais para a festa ser pulada de “forma ordeira” no carnaval.

A busca pelo carnaval de forma ordeira traz a concepção de disciplinarização dos blocos e das escolas de samba. O processo que começou com as escolas de samba e chegou aos blocos de rua, teve como possível foco a arrecadação da prefeitura e do governo do estado do Rio. A capacidade do Estado de recolher impostos e fazer a máquina pública funcionar com os recursos gerados pela festa popular foi potencializado.

Com movimentação financeira gerada pelos turistas que vinham para assistir as escolas de samba, a prefeitura investia na festa e buscava outras formas de arrecadar com o carnaval na cidade. A partir do início dos anos 2000 os blocos tomariam uma proporção maior do que nos anos anteriores, sendo alvo da disciplinarização do Estado, que buscava controlar e arrecadar com o turismo durante a festa.

Os investimentos em infraestrutura que mudaram a realidade do carnaval das escolas, com o Sambódromo e a Cidade do Samba, foram demandas dos grupos sociais envolvidos com os desfiles, trazendo profissionalização da indústria do carnaval. Já com os blocos, a postura da prefeitura foi mais ativa, construindo uma política pública regulatória que não havia sido demandada pelos envolvidos diretamente os desfiles. Os representantes de blocos pediam investimento, e a gestão do prefeito Eduardo Paes trouxe um decreto, criado sem a participação direta dos organizadores da festa de rua ou da população de maneira geral.

Com a promulgação do Decreto Municipal nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009, a prefeitura inaugurava um conjunto de ações que tinha como concepção uma política pública de modelo Top-Down para a disciplinarização do carnaval de rua, já que na Sapucaí a festa já estava controlada e organizada pelo/para o mercado, movimentando o setor turístico. No caso da prefeitura e do carnaval de rua, a política pública foi definida com o propósito de preparar a cidade para os grandes eventos que ocorreriam nos anos seguintes, como o retorno do Rock in Rio, a Jornada Mundial da Juventude, os Jogos Mundiais Militares, a Rio+20, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Os objetivos estavam relacionados à disciplinarização do carnaval de rua, que estava em crescimento e vinha gerando problemas na cidade, com engarrafamentos, disputas políticas em relação ao investimento público na festa e a falta de estrutura, como banheiros químicos, policiamento e soluções para a mobilidade urbana. Todos esses pontos seriam vitais para os grandes eventos que se avizinhavam, fazendo com que a prefeitura usasse o carnaval como uma espécie de “tubo de ensaio” para o que viria a

seguir. Diferente do Réveillon, inicialmente apenas em Copacabana, o carnaval dos blocos ocorria em muitas localidades, ainda que prioritariamente na zona sul.

Com um plano de longa duração, a prefeitura definiu o propósito daquela política pública, que era o de organizar de forma exitosa os grandes eventos, definiu seus objetivos de curto prazo para medir o sucesso da implementação dessa política pública, que seriam os carnavais dos anos que seguiram e como ferramenta inicial, gerou o primeiro decreto municipal que regulamentava o carnaval de rua. O decreto em si não define a política pública, mas é o meio com que a prefeitura iria definir os órgãos responsáveis, os monitoradores, os executores, o público e problema alvo da política pensada pela cúpula mais alta da gestão do prefeito Eduardo Paes.

2.2 Os Decretos Municipais responsáveis por normatizar o carnaval de rua

Ao pensarmos na disciplinarização do carnaval de rua do Rio de Janeiro, é necessário nos debruçarmos sobre o ano de 2009, que tem como marco o Decreto Municipal nº 30453 de 09 de fevereiro. Este é o primeiro de uma série de três decretos que irão definir a forma como o poder público, em especial a prefeitura do Rio de Janeiro, atuará para estabelecer licenças para que os blocos de rua possam desfilar pelas ruas da cidade durante a festa.

As normas surgem de um grupo de trabalho, também estabelecido por um decreto anterior, que visava estudar as alternativas para normatizar os desfiles de blocos de rua, que se tornavam cada vez maiores e traziam desafios para o trânsito, para a segurança pública e para a limpeza e conservação da cidade. O Decreto Nº 30393 de 8 de janeiro de 2009 criou um grupo de trabalho, com o objetivo de “elaboração de normas para a realização dos desfiles de bandas e blocos carnavalescos na Cidade do Rio de Janeiro, visando eficaz evolução dos cortejos no âmbito operacional e logístico.” (DECRETO Nº 30.393 DE 08 DE JANEIRO DE 2009.).

Esse grupo de trabalho teve o prazo de 30 dias para apresentar uma proposta ao prefeito Eduardo Paes, que coordenou o mesmo. Os demais participantes eram os representantes da Secretaria Especial de Turismo - SETUR, da Secretaria Especial da Ordem Pública - SEOP, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, da Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB e das Coordenadorias das Áreas de Planejamento - Subprefeituras.

Apesar da participação das subprefeituras, a coordenação do grupo de trabalho era do prefeito, que teria a palavra final no processo. Esse tipo de abordagem define o que é a política pública no modelo Top-Down, já que um pequeno grupo de trabalho, sem a representação dos grupos sociais que estão diretamente envolvidos com a festa e seriam diretamente afetados pela política ali definida, com a coordenação do chefe do poder executivo local.

Esse grupo de trabalho gerou um documento com um conjunto de regras a ser aplicado para normatizar a festa. Esse regramento foi materializado no decreto nº 30453. No texto, a Prefeitura coloca o carnaval como festa de importância para a cultura nacional e para o turismo da cidade e define a necessidade de organizar os desfiles, devido ao aumento do número de foliões pelas ruas da cidade. Buscando desenvolver o que o decreto chama de “forma ordeira de brincar” o carnaval na cidade, a prefeitura criaria uma rotina administrativa. O que a prefeitura define como forma ordeira, pode ser considerado um controle burocrático da festa e sua disciplinarização, dando aos governos municipais a possibilidade de preparar o aparato de serviços públicos para gerir a festa em seu ápice.

“O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO que os desfiles de bandas e blocos carnavalescos na Cidade do Rio de Janeiro vêm se fortalecendo a cada ano e atraindo um número cada vez maior de foliões;
 CONSIDERANDO a importância desses eventos no cenário cultural nacional, de grande interesse turístico para a Cidade do Rio de Janeiro;
 CONSIDERANDO a necessidade de implementação de normas visando à organização dos desfiles de modo que as **manifestações espontâneas se desenvolvam de forma ordeira...**” (Rio de Janeiro, decreto Nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009, grifo meu.)

Naquele momento, em fins da primeira década do século XXI, o executivo municipal percebia o aumento do fenômeno dos blocos de rua, reconhecendo a necessidade de atuar na gestão e organização dos desfiles, para que problemas, principalmente relacionados ao trânsito na cidade, fossem solucionados.

A preocupação com o trânsito fica clara no artigo segundo do decreto citado, que define as subprefeituras como as autorizadoras para a realização dos desfiles em suas regiões da cidade, porém condicionadas ao parecer positivo da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-RIO). Nesse momento, fica clara uma definição entre quem executa a política pública e quem monitora o processo. Com as subprefeituras sendo

as responsáveis por colocar o processo em prática, mas apenas após autorização da CET-RIO.

“Art. 2º As autorizações para a realização dos desfiles de blocos, bandas e ensaios de escolas de samba competem às Coordenadorias das Áreas de Planejamento - Subprefeituras, condicionadas ao parecer da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO.” (Rio de Janeiro, decreto Nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009.)

Neste instrumento normativo, a preocupação com o tráfego e a limpeza da cidade ficam claras ao longo de artigos pelo corpo do documento, para além de definir as subprefeituras como os órgãos responsáveis pelas liberações dos desfiles. A CET-RIO é citada em cinco dos quinze artigos do decreto, tendo destaque no artigo segundo e no sétimo, como a entidade cujo parecer condiciona diretamente a liberação ou não das autorizações para que os blocos possam desfilar pelas ruas da cidade.

Apesar das diversas aparições da CET-RIO pelo documento, o braço da administração pública que é protagonista neste processo são as Coordenadorias de Áreas de Planejamento – Subprefeituras. As Subprefeituras têm o papel de coordenar todo o processo neste primeiro decreto. São as responsáveis por informar à CET-RIO o trajeto dos blocos, para que o parecer deste órgão seja feito, por exemplo. Também era de responsabilidade das subprefeituras coordenar os desfiles e integrar os demais órgãos presentes neste processo de organização dos desfiles.

“Art. 8º Caberá às Coordenadorias das Áreas e Planejamento - Subprefeituras a coordenação da operação logística dos desfiles, bem como a integração dos órgãos públicos abaixo elencados, promovendo para tais encontros de trabalho: Secretaria Especial de Turismo - SETUR/Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR; Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO; Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB; e, Secretaria Especial da Ordem Pública - SEOP;” (Rio de Janeiro, Decreto Nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009).

Como mostra o artigo oitavo do decreto nº 30453, outras instituições e empresas públicas fazem parte da organização da festa, sendo elas responsáveis pela limpeza, organização do trânsito, ordem urbana, etc. Nesse primeiro momento, a Prefeitura dá uma série de responsabilidades para as subprefeituras, define uma data específica para a entrega de uma lista de documentos a serem levantados pelos requerentes para as licenças de desfile dos blocos e define as responsabilidades iniciais destes organizadores perante a CET-RIO.

Os responsáveis pelos blocos precisavam entrar com o pedido de autorização nas coordenadorias de Área de Planejamento das subprefeituras com os seguintes documentos: (1) Requerimento preenchido; (2) Cópias da carteira de identidade e CPF do responsável pela banda ou bloco e da documentação do bloco ou banda; (3) O recolhimento dos direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação, quando houver; (4) Ciência às autoridades de segurança pública e defesa civil do Governo do Estado, quando aplicável, através de correspondência protocolada; (5) Ciência à COMLURB, através de correspondência protocolada; (6) Ciência à Secretaria Especial da Ordem Pública, através de correspondência protocolada; e, (7) demais exigências inerentes às peculiaridades de bairros e ruas, sempre à critério das Coordenadorias de Áreas de Planejamento - Subprefeituras. (RIO DE JANEIRO, 2009, p.1)

Os organizadores dos blocos que conseguiam a licença, teriam de cooperar com a CET-RIO, disponibilizando reforço de pessoal, caso necessário, para afixação de faixas de interdição de logradouros e controle do trânsito. Essa equipe ficaria sob orientação da CET-RIO.

Neste primeiro decreto sobre os desfiles de blocos de rua no carnaval do Rio de Janeiro, o papel central de fiscalizar e impor as normas, ficaria a cargo das Subprefeituras, restando para a SETUR/RIOTUR apenas o papel de divulgar o calendário dos desfiles, porém essa realidade mudaria alguns meses depois, com a promulgação de um novo decreto.

O Carnaval de 2009 ocorreu no dia 24 de fevereiro, porém o decreto foi publicado no dia 09 de fevereiro, ou seja, as datas iniciais propostas já não puderam ser usadas no primeiro ano vigente do documento. Após o Carnaval, ocorreu uma mudança, provavelmente em função da avaliação da efetividade do próprio decreto, pois um novo órgão foi colocado como responsável pela organização e novas datas, com prazos alargados e maior tempo para os organizadores dos desfiles. Esta mudança pode ser um reflexo direto do primeiro ano de carnaval baseado no decreto que buscava trabalhar a festa de “forma ordeira”. É possível que a prefeitura tenha achado mais viável retirar das Subprefeituras essa responsabilidade e aumentar os prazos, para que o processo de cadastramento ocorresse da forma mais efetiva.

Meses após o primeiro decreto, que teve apenas um carnaval de vigência, surgiria um novo documento que mudaria uma série de responsabilidades em relação ao processo de normatização dos desfiles de blocos de rua. O Decreto Nº 30.659 de 07 de maio de

2009 revogando seu antecessor e trazendo novidades para a administração pública e o Carnaval.

A principal diferença entre os decretos é a mudança do órgão responsável por gerir as licenças e coordenar todo o processo de autorização para os desfiles. A partir da data citada, a Secretaria de Turismo (SETUR), por meio da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR), se tornaria a protagonista da organização institucional do carnaval de rua do Rio de Janeiro.

Uma série de obrigações que no decreto anterior eram ligadas às Subprefeituras ou aos organizadores dos blocos, passariam para a RIOTUR. Naquele momento, competia à RIOTUR, ainda condicionado ao parecer da CET-RIO, a liberação das autorizações para os desfiles de rua. O papel das Subprefeituras agora se restringiria à geração de um “Nada a Opor” para que os desfiles aconteçam e não mais da organização de todos os trâmites burocráticos.

O rebaixamento da participação das Subprefeituras e a transferência dos poderes organizacionais para a RIOTUR em um período tão pequeno, pode indicar que a estrutura das Coordenadorias de Áreas de Planejamento possuía, não foi capaz de suprir as demandas geradas pelo carnaval de rua naquele momento. Já a RIOTUR, uma empresa pública ligada à Secretaria de Turismo, já tinha expertise e estrutura burocrática estabelecida por organizar outras festas de grandes proporções na cidade, como o Réveillon de Copacabana e a atuação da prefeitura do Rio de Janeiro com os desfiles das Escolas de Samba.

Quando as subprefeituras perdem o protagonismo inicial que tinham no primeiro decreto, a RIOTUR se torna a centralizadora da política, sendo a executora, com ligação direta ao gabinete do prefeito. É possível que a ideia inicial já fosse ter a RIOTUR nesse papel, já que a política pública visava os grandes eventos que ocorreriam na cidade e a RIOTUR já era a responsável por organizá-los. A centralização maior dos processos apenas confirma o uso do modelo de política pública Top-Down para disciplinar o carnaval carioca, ao mesmo tempo que visa dar conforto aos foliões.

Algo que chama a atenção também é a mudança do prazo para que os organizadores dos blocos possam dar entrada no pedido para a licença do desfile. No decreto anterior, o responsável pelo bloco deveria entregar, até o dia 10 de janeiro do ano que se pretendia desfilar, uma extensa lista de documentos. Apesar do primeiro decreto

ter sido publicado em fevereiro, fazendo com que a data de 10 de janeiro não valesse para esse primeiro ano, o prazo curto até o carnaval e a lista extensa de documentos, criaram uma receita que não poderia dar certo, fazendo com que a prefeitura mudasse os termos antes mesmo do carnaval do ano seguinte.

“Art. 7º Os representantes das bandas e blocos carnavalescos deverão entrar com os pedidos de autorização nas Coordenadorias de Áreas de Planejamento

- Subprefeituras até o dia 10 de janeiro do ano em curso, munidos da seguinte documentação:

I - requerimento a ser preenchido conforme modelo do Anexo Único;

II - cópias da carteira de identidade e CPF do responsável pela banda ou bloco e da documentação do bloco ou banda, quando houver;

III - caberá ao bloco a responsabilidade pelo recolhimento dos direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação - ECAD, quando houver;

IV - ciência às autoridades de segurança pública e defesa civil do Governo do Estado, quando aplicável, através de correspondência protocolada;

V - ciência à COMLURB, através de correspondência protocolada;

VI - ciência à Secretaria Especial da Ordem Pública, através de correspondência protocolada; e,

VII - demais exigências inerentes às peculiaridades de bairros e ruas, sempre à critério das Coordenadorias de Áreas de Planejamento - Subprefeituras.” (Rio de Janeiro, decreto Nº 30453 de 09 de fevereiro de 2009).

Já no decreto de 07 de maio daquele mesmo ano, o prazo e a lista de documentos foram modificados, trazendo um tempo maior para os órgãos analisarem os pedidos e uma lista mais curta e organizada da documentação a ser entregue.

Nesse segundo momento, o organizador dos blocos tinha até dia 30 de agosto do ano anterior ao que se pretendia desfilar para entregar o requerimento de autorização preenchido e cópias da carteira de identidade e do CPF. Caso a Subprefeitura local liberasse o documento de Nada a Opor e a CET-RIO concedesse o parecer aprovando, uma autorização preliminar era liberada.

Com a autorização preliminar em mãos, o organizador do bloco tinha até o dia 30 de outubro para dar ciência, mediante carta protocolada, à Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, à COMLURB, à Secretaria Especial de Ordem Urbana da prefeitura da cidade e juntar qualquer outra exigência feita pela Subprefeitura local de acordo com as especificidades da região.

Após a juntada destas exigências, a RIOTUR ficava responsável por coordenar as operações logísticas dos desfiles e não mais as Subprefeituras. No primeiro decreto, para além da RIOTUR e das Subprefeituras, que naquele momento organizavam o processo, apenas a COMLURB, a CET-RIO e a SEOP (Secretaria Especial de Ordem Pública) participavam dos encontros de trabalho para ordenar os desfiles. Já após o segundo

decreto e sob a batuta da RIOTUR, além dos órgãos que já participavam destes encontros de trabalho, o Batalhão de Polícia Militar da área, a Guarda Municipal e a Coordenação de Controle Urbano, passam a fazer parte deste grupo.

Apesar de não ser um órgão da prefeitura, a Polícia Militar é a instituição responsável por controlar multidões e tem a expertise necessária para o trabalho, tendo a experiência de atuar em jogos de futebol entre torcidas locais no Maracanã e controlar multidões em diversas situações atípicas. Mesmo que a prefeitura fosse a responsável pela organização da festa, é inviável deixar de fora o Governo do Estado, já que a Polícia Militar está sob comando do Estado. Foi necessário que prefeitura e governo do Estado trabalhassem em conjunto para que a festa mantivesse a segurança adequada e os blocos pudessem desfilar sem que houvesse riscos à segurança dos participantes locais.

Com a adição de três órgãos de controle e segurança nos encontros de trabalho, fica claro a mudança de perspectiva e preocupação da prefeitura da cidade em relação aos blocos e a festa na rua. No primeiro decreto, feito muito próximo do carnaval, os órgãos mais ativos na autorização para o desfile e no acompanhamento do processo, eram instituições de serviços básicos, como limpeza de ruas e controle de tráfego. Já nesta segunda etapa, órgãos voltados para a segurança pública são adicionados, ação claramente motivada buscando a salvaguarda da ordem urbana e controle das multidões que eram levadas para a festa nas ruas da cidade.

Se para pular/brincar o carnaval de “forma ordeira”, era necessário que os órgãos de repressão do Estado estivessem presentes em sua organização, com a participação da PM, a prefeitura obtinha o apoio da força de segurança ostensiva, caso fosse necessário para dar segurança ao espaço público e da festa.

Fica claro que uma mudança em relação aos prazos e à desburocratização do processo foram os focos do novo decreto, que revoga o primeiro e passa a responsabilidade do processo de autorização de desfiles para a RIOTUR, retirando esse trabalho das Subprefeituras que não teriam a estrutura necessária, segundo os prazos determinados no primeiro decreto, que eram demasiado próximos da festa para que o desenvolvimento do trabalho fosse feito de forma eficiente. A maior participação dos órgãos voltados para segurança também chama a atenção, já que neste momento os blocos já arrastavam multidões pela cidade. O receio de confusões, arrastões e furtos pode ter gerado a necessidade da prefeitura de adicionar as instituições de segurança do Estado

para ajudar o poder municipal a manter a ordem social que a prefeitura do Rio de Janeiro julgava necessária para a atração de turistas e manutenção de uma festa sustentável.

O último diferencial deste novo decreto de 2009 era o artigo décimo primeiro, que definia como responsabilidade da RIOTUR informar à Secretaria Municipal de Saúde sobre a realização dos desfiles de bandas ou blocos que tivessem a previsão de um público maior do que cinco mil pessoas, para que um hospital de referência ficasse de prontidão para possível aumento da demanda de atendimentos devido à festa.

Mais uma vez, a preocupação com a segurança e a integridade do folião e da festa, se mostrava presente neste novo decreto. Não só a defesa dos bens materiais dos que estão “pulando” o Carnaval, mas também a organização de um atendimento médico direcionado em casos de acidentes, confusões geradas por multidões e excessos individuais.

Após mais um carnaval, outro decreto surgiria. O Decreto nº 32.664 de 11 de agosto de 2010 aparece como um terceiro documento para a gestão da festa, revogando seu antecessor na administração dos desfiles.

Os decretos materializam uma preocupação com a gestão do carnaval, mais especificamente com os blocos. As grandes mudanças ocorrem no primeiro decreto, com normas e procedimentos definidos pela prefeitura, com licenças e autorizações. Já no segundo decreto, modificações importantes ocorrem na gestão da festa, com mudanças de responsabilidade e a inserção de órgãos de segurança e saúde pública na organização dos desfiles. O terceiro foca nos prazos

Uma dificuldade apresentada nos dois decretos anteriores era em relação aos prazos. O primeiro documento traz um prazo muito curto e demasiado próximo da festa, inviabilizando a organização das entidades públicas para a confecção das autorizações e licenças demandadas pela própria prefeitura. Já o segundo decreto, traz um prazo longo demais e exageradamente distante da festa, dificultando aos organizadores dos blocos terem uma previsibilidade do que poderia ocorrer, já que possivelmente em 30 de agosto do ano anterior, poucas ações já estariam definidas, fazendo com que os responsáveis buscassem a autorização mesmo sem ter a certeza da viabilidade do desfile no ano seguinte.

Uma direção tomada pelos gestores da prefeitura no terceiro decreto relativo à normatização do carnaval de rua e dos desfiles de blocos e bandas, foi não pré-definir

uma data no próprio documento, deixando para a RIOTUR a responsabilidade de determinar os termos para a entrega do pedido de autorização mediante portaria divulgada no ano anterior à festa que se pretende organizar, trazendo uma maior maleabilidade destes prazos, facilitando que os mesmos sejam ajustados sem a necessidade de um novo decreto. A definição dos limites de entrega dos documentos foi a única mudança entre o Decreto nº 30.659 de 07 de maio de 2009 e o Decreto nº 32.664 de 11 de agosto de 2010.

Esses três documentos mostram um processo de criação e evolução na visão da prefeitura em relação ao controle e organização da festa, que também cresceu e demandou um posicionamento importante da prefeitura. Algo que fica claro é que a cada evento, havia uma avaliação e um estudo para gerar uma gestão da festa mais eficiente para o ano seguinte, até que se encontrasse a fórmula correta para a organização do evento.

Entre janeiro de 2009 e agosto de 2010, é possível notar um movimento no caminho de normatizar os desfiles dos blocos de rua, facilitando para os organizadores, já que entre a primeira fase e a segunda, houve um processo de desburocratização do pedido de licença, gerando uma previsibilidade para a prefeitura e os serviços que são de obrigação da administração pública, como a limpeza e preservação das ruas e bens públicos e a garantia da segurança e da integridade física dos cidadãos da cidade.

Em um processo quase de tentativa, erro e correção de rota, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foi moldando suas normas, carnaval após carnaval, até que em agosto de 2010 a gestão do aparato legal e burocrático para a organização dos desfiles e a criação de uma festa sustentável mesmo contando com o crescimento e controle apresentou-se eficiente.

É possível também que o processo não tenha sido apenas de tentativa e erro e que a prefeitura já tivesse o formato que ela considerava ideal, com a RIOTUR como organizadora do processo e a PM participando mais ativamente, desde o início, optando apenas por ir implementando a política pública por etapas, testando a receptividade do nicho social afetado e suavizando as possíveis críticas, adaptando sua ação em um movimento político estrategicamente pensado.

É preciso lembrar que o ano de 2009 foi o primeiro do governo Eduardo Paes, prefeito que teve como objetivo internacionalizar a cidade do Rio de Janeiro e aproveitar- se de uma série de eventos internacionais que teriam sede no Rio de Janeiro nos anos seguintes. A cidade já havia organizado os jogos Pan-americanos de 2007 e ainda iria

sediar os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de Verão de 2016, além do retorno do Rock in Rio em sua quarta edição, dez anos após a terceira, e ainda a organização do congresso Rio mais Vinte, importante evento das Nações Unidas para o clima, que comemorava vinte anos da Eco 92.

Esses grandes eventos que se seguiram foram considerados um sucesso a nível de organização, tendo poucos incidentes e recebendo elogios da mídia e de outras instituições internacionais. O então Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon proferiu palavras de congratulação em relação ao evento Rio mais Vinte: “Permita-me ser claro. A Rio+20 foi um sucesso”, disse o secretário-geral. “No Rio, vimos a evolução de um movimento global inegável pela mudança”. (G1 de 28/06/2012 20h53 - Atualizado em 28/06/2012 20h53)

Para o prefeito do Rio de Janeiro naquele momento, era necessário demonstrar a sua capacidade de organizar um grande evento na cidade, com turistas vindo de todo o mundo e infraestrutura tanto de segurança quanto de saúde. Devido a isso, a administração municipal uniu forças com o governo do Estado, para provar inicialmente que poderia normatizar o carnaval da cidade, trazendo tranquilidade para o turista e previsibilidade para o carioca, gerando assim, os três decretos que sistematizam o processo de autorização e licenciamento dos desfiles de blocos de carnaval de rua. O terceiro decreto citado está em vigor e é o principal aparato legislativo sobre a gestão da festa.

Sem conseguir eleger seu sucessor e tendo perdido o pleito para o governo do estado do Rio, Eduardo Paes volta para a prefeitura em 2021, com boa parte de sua organização voltada para o carnaval e aos grandes eventos intacta, tendo sido descontinuada pelo prefeito seguinte, Marcelo Crivella.

Possivelmente para ter conhecimento do interregno de sua gestão, Eduardo Paes, em seu primeiro ano do novo governo, gera, via parceria com a Fundação João Goulart, um relatório com uma série de dados sobre o Carnaval, comparando resultados econômicos com os da gestão de seu antecessor. Além de um recado político, Eduardo Paes apresenta um comunicado para o mercado financeiro. O carnaval dá lucro e o investimento privado é bem-vindo em sua gestão.

2.3 O Carnaval de Dados

Uma série de recursos da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro é empregado para organizar o Carnaval. Mas para que possamos compreender melhor a magnitude desses recursos empreendidos e a importância econômica do Carnaval para a cidade do Rio de Janeiro, nos debruçaremos a partir de agora no relatório intitulado Carnaval de Dados, organizado pela prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a Fundação João Goulart.

O relatório é aberto com uma série de cartas dos secretários responsáveis pelo estudo, do prefeito Eduardo Paes e da presidente da Fundação João Goulart, Rafaela Bastos. Para que possamos entender a importância do estudo feito e a necessidade vista pela atual gestão da prefeitura do Rio de Janeiro, ressaltamos o último parágrafo da Carta do Prefeito, escrita por Eduardo Paes na qual ele ratifica a importância cultural e econômica do Carnaval para a cidade. No documento o prefeito diz: “Carnaval é a celebração da cultura, da alegria, da vida. Carnaval é cultura, é história, é turismo e é desenvolvimento econômico! Isso é o que nos mostra o “Carnaval de Dados”. (Rio de Janeiro, 2021, p 7). Com essa abertura, o documento segue informando a importância da festa para a economia carioca e a forma como os recursos da prefeitura são usados para fomentar, organizar e definir a festa.

Em seu item 2.2, o relatório cita uma série de números que demonstram como o Carnaval está inerente na cultura carioca. Segundo o estudo, 91,8% dos cariocas se consideram amantes da festa, sendo que desses, 86,4% gostam de assistir aos desfiles das escolas de samba e 39% dizem gostar dos blocos de Carnaval de Rua. Dentre os dados apresentados, apenas 8,2% dos habitantes da cidade não gostam do Carnaval, mas destes, 63% afirmam mudar de ideia caso descobrissem que a festa poderia mudar vidas.

Com uma movimentação financeira pujante, com cerca de 4 bilhões de reais circulando pela economia carioca durante o período da festa, o carnaval tem a capacidade de transformar setores, gerar renda para a população e empregos formais e informais que podem fazer a diferença na vida de milhares de cariocas.

Esse trecho é importante para entendermos, de forma crítica, como a gestão da prefeitura pretende apresentar o Carnaval do Rio de Janeiro para o leitor do relatório. O Carnaval é apresentado em formato de mercadoria, com suas vantagens expostas e sua possibilidade de mudar realidades. O Carnaval é um produto e a prefeitura pretende vendê-lo para que se possa aumentar a arrecadação da cidade. Para qualquer análise de dados, precisamos compreender de onde esses dados foram coletados, como isso ocorreu, qual o tratamento que foi feito a esses dados e qual o objetivo do expositor em apresentá-

los, ou seja, o que se deseja provar com esses números. Com o olhar crítico, podemos avançar no relatório e compreender os números apresentados pelo discurso oficial da prefeitura do Rio de Janeiro sobre Carnaval.

Oficialmente, a prefeitura computa 7 dias de folia, com 6 dias de desfiles de escolas, sendo eles divididos entre o Sambódromo, a Intendente Magalhães e a Avenida Chile, a depender da divisão ou grupo em que a escola está inserida. No Rio de Janeiro existem mais de 120 escolas de samba cadastradas e mais de 500 blocos oficializados na RioTur, tendo uma expectativa de mais de 600 desfiles de blocos pela cidade nesse período, excetuando os blocos não cadastrados ou de fato clandestinos. Todos esses dados constam no item 2.2 do relatório Carnaval de Dados da Prefeitura do Rio de Janeiro e na Fundação João Goulart.

Além dos blocos de rua e das escolas de samba, um fenômeno alternativo vem se expandindo na cidade desde 2015. Os Megablocos aparecem no período que antecede o carnaval da cidade, trespassam a folia e fecham a festa após o período de sete dias de festa oficial. Esses Megablocos arrastam centenas de milhares de pessoas, podendo chegar a mais de um milhão de foliões e mistura eventos tradicionalíssimos da cidade como o Cordão do Bola Preta, que, segundo a Polícia Militar do Rio de Janeiro, chegou a levar 2,2 milhões de foliões pela Avenida Rio Branco em 2012, com blocos novos e ligados a ritmos do pop como o Monobloco, Bloco da Anitta e o Fervo da Lud.

Por levarem muitas pessoas à rua, a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2020, organizou esses blocos em 3 grupos. Os blocos Pré-Carnaval, os blocos de Carnaval e os blocos Pós-Carnaval. Tal organização previa um alto comparecimento de foliões aos blocos e buscava uma atenção especial das autoridades para que incidentes que colocassem em risco a segurança ou a saúde de quem pulava o carnaval nesses blocos fossem minimizados e tudo transcorresse bem. Na lista de Megablocos da cidade não consta o Bloco Sargento Pimenta que, segundo a Polícia Militar do Rio de Janeiro, levou cerca de 340 mil pessoas ao Aterro do Flamengo em 2020.

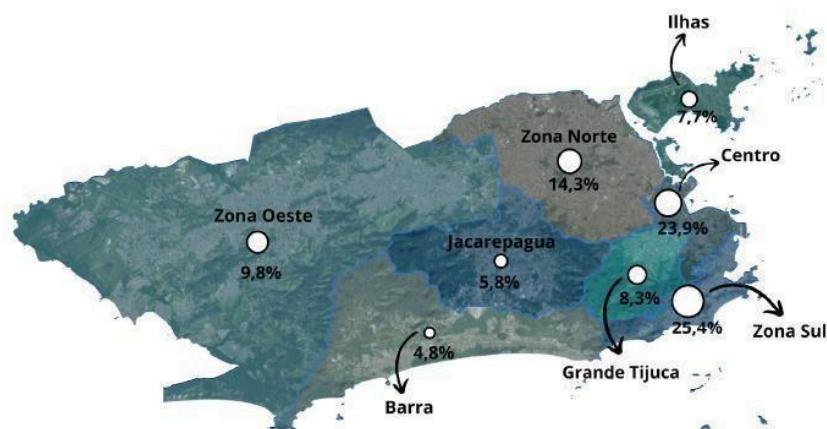
Quadro .1 Agenda dos Megablocos 2020 e 2024

Período	Megabloco	Período (2024)	Megabloco
Pré-carnaval	Carnaval Square (Cláudia Leite)	120.000	20/jan Carrossel de Emoções
	Chora Me Liga	110.000	21/jan Bloco Chá do Alice com Daniela Mercury
	Bloco da Preta	320.000	27/jan Bloco da Gold
Carnaval	Cordão da Bola Preta	630.000	28/jan Bloco da Lexa
	Fervo da Lud	1.000.000	03/fev Bloco Choro Me Liga
Pós-carnaval	Bloco da Anitta	370.000	04/fev Bloco da Faavorita Homenagem a Preta Gil
	Monobloco	145.000	10/fev Cordão da Bola Preta Fervo da Lud
			13/fev Fervo da Lud
			17/fev Bloco da Anitta
			18/fev Monobloco

Fonte: Rio de Janeiro, Carnaval de Dados, 2021 e site Blocos de Rua. Disponível em: <https://www.blocosderua.com/rio-de-janeiro/programacao-carnaval-blocos-de-rua>. Acesso em: 22 jul. 2024.

No mesmo item do relatório, um estudo sobre a regionalização da festa aparece, dividindo percentualmente o número de foliões pelas zonas da cidade. Segundo a prefeitura, cerca de 10 milhões de foliões participam de alguma forma dos desfiles das escolas de samba e/ou dos blocos de Carnaval de rua. Desse contingente, 2,1 milhões são turistas e cerca de 300 mil pessoas assistem os desfiles no Sambódromo. Os 10 milhões de foliões estão divididos pela cidade da seguinte forma: Zona Sul com 25,4%; Centro com 23,9%; Zona Norte com 22,6%; Zona Oeste com 20,4% e as Ilhas da cidade com 7,7% do contingente de foliões.

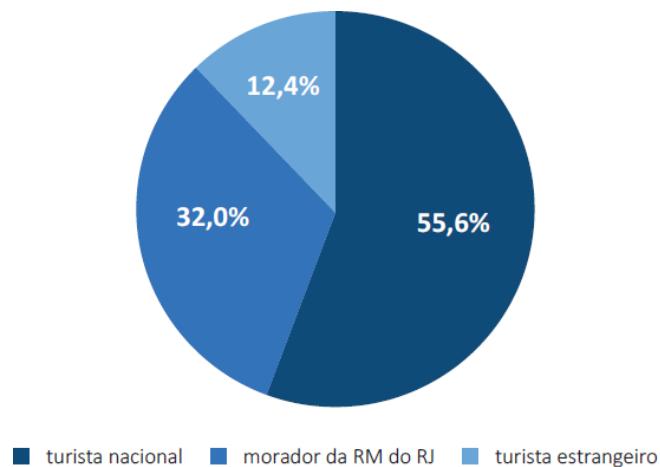
Fig 23. Mapa da distribuição geográfica dos desfiles de blocos por subprefeituras.



Fonte: Rio de Janeiro, Carnaval de dados, 2021, p. 23

Quanto ao espaço do Sambódromo, temos os dados da prefeitura em relação a origem de quem frequenta as arquibancadas e demais setores durante os desfiles. A imensa maioria dos expectadores presentes no Sambódromo são turistas, sendo 55,6% turistas nacionais, 12,4% turistas estrangeiros e apenas 32% moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Gráfico 1 Características do Público no Sambódromo (% do total)



Fonte: Rio de Janeiro, Carnaval de Dados, p. 22

Este dado apresenta uma informação que difere do senso comum, visto que o carnaval das Escolas de Samba do Rio de Janeiro é feito para o público nacional. Apenas 12,4% das pessoas que estão vendo os desfiles de dentro do Sambódromo são estrangeiras, enquanto 87,6% são brasileiros. O mais expressivo é saber que a maioria não é carioca, logo é turismo interno. O Carnaval do Rio de Janeiro é uma expressão da cultura brasileira e traduz essa cultura em seus enredos, fantasias, alegorias e adereços. O foco dos enredos e das músicas e demais representações culturais do carnaval é voltada para o público interno, com muita regionalização e ações identitárias.

Neste gráfico e nos números, não estão computados os expectadores televisivos, que acompanham os desfiles de suas casas por todo território nacional, visto que não estão sob a gestão da prefeitura. O maior espetáculo da terra é feito no Rio de Janeiro e conta a história do Brasil para o seu povo, país à dentro. Dentre tantos dados, esse por si só mostra a importância do carnaval carioca para o país e sua cultura. Eleva a importância do Rio de Janeiro como embaixador do Brasil para a sua própria nação. O Rio de Janeiro ainda tem o poder de ser o grande representante das realidades do país, com suas contradições e belezas, sua riqueza e a luta do cidadão comum para sobreviver. Como no samba de Moacyr Luz “Brasil, tua cara ainda é o Rio de Janeiro. Três por quatro da foto e o teu corpo inteiro” (Moacyr Luz, Saudades da Guanabara, 1994)

Quando falamos de carnaval no Rio de Janeiro, por muitas vezes nos deparamos com uma dicotomia em relação ao investimento da prefeitura na festa. Em 2016, por

exemplo o ex-prefeito Marcelo Crivella angariou apoio das escolas de samba da cidade para sua campanha, prometendo verba para o carnaval, enquanto **os blocos apoiavam o candidato Marcelo Freixo**. Crivella havia prometido manter a verba das escolas de samba e fazer com que o carnaval se expandisse em sua gestão.

“— O Crivella foi o que apresentou as melhores propostas. Foi o que mais se aproximou. Disse que vai cumprir com o que já temos, não vai retirar direitos das escolas e pretende sentar com a Liga para buscar soluções —” afirmou Rodrigo Pacheco, vice-presidente da Mocidade Independente de Padre Miguel (EXTRA online 23/10/2016)

Após a eleição, houve um período de distanciamento entre prefeitura e escolas de samba e o carnaval. Os blocos, de uma maneira geral, não tinham apoiado o prefeito, não receberam apoio durante sua gestão, já as escolas que o havia apoiado, receberam um suporte mínimo até o ano de 2019.

No ano 2019, o então prefeito Marcelo Crivella, em entrevista a Band News, anuncia que não iria mais investir no carnaval da cidade, realocando esse investimento para a criação de escolas municipais. A prefeitura chegou a pagar propagandas em televisão aberta para anunciar, em tom eleitoreiro, que o investimento em educação seria prioritário e que quem de fato lucra com a festa, que a pagasse, no caso a LIESA e as empresas de comunicação que transmitem os desfiles. Na mesma entrevista, o ex-prefeito ainda cita que a cidade não tem lucro e sim prejuízo com a festa.

“A prefeitura vive de dois principais recursos: o IPTU e o ISS. Quem fatura com o Carnaval é a Liesa, a Globo, os hotéis, os vendedores de cerveja... Eles, sim, fazem muito dinheiro. Mas a prefeitura tem R\$ 70 milhões de despesa. Segundo estudos da Secretaria de Fazenda, o que vem para nós de ICMS é pouco mais de 3 ou 4 milhões de reais”, afirma Crivella.

(<https://setor1.band.uol.com.br/crivella-avisa-nao-quer-dar-dinheiro-para-escolas-de-samba-em-2020/amp/>)

A RioTur, empresa de turismo do município e responsável por promover a cidade para o turismo interno e internacional, mesmo fazendo parte da gestão do então prefeito, discordou e apresentou dados que mostram como a economia da cidade crescia com a festa. À mesma reportagem, a RioTur afirmava que a festa movimentou cerca de 3,78 bilhões de reais durante o período em 2019.

A Fundação Getúlio Vargas, em estudo encomendado pelo Ministério da Cultura, citado no relatório Carnaval de Dados e denominado “RIO de Janeiro a Janeiro”, traz uma comparação entre o Réveillon e o Carnaval de 2018, onde na virada do ano a cidade

movimentou 1,94 bilhão de reais enquanto no Carnaval tinha movimentado mais de 3 bilhões de reais. (Barbosa, 2018)

O estudo “Rio de Janeiro a Janeiro” foi encomendado pelo projeto que tem o mesmo nome, criado em 2018, e que, com uma parceria entre Governo Federal e Governo Estadual, tinha o objetivo de ampliar o calendário de eventos na cidade Rio de Janeiro ao longo do ano, visando identificar e dar visibilidade aos projetos de um cunho socioeconômico, buscando ampliar renda e aumentar as vagas de emprego na cidade, por meio de eventos culturais. Três estudos foram divulgados em 2018. O primeiro deles foi o “Reveillón Rio de Janeiro”, apresentando resultados socioeconômicos da festa de fim de ano, divulgado em 03/01/2018. O segundo foi chamado de Carnaval Rio, com dados voltados para o período da celebração do carnaval e o mais focado neste texto. O terceiro e último é apenas uma divulgação, exibida no jornal O Globo em 25/05/2018 com o montante total de dinheiro movimentado por eventos na cidade até aquela data, chegando à 6 bilhões de reais.

De 2018 para cá esse valor foi aumentando, chegando a 4 bilhões de reais em 2020, apenas no carnaval. Um dos fatores que se mostram a favor dos investimentos na festa é que os gastos e a movimentação econômica durante o período são diversificadas e afetam uma série de setores diferentes, como o setor de serviços, com hospedagens, passeios, setores de alimentação e bebida e setores de compras e indústria, já que há uma demanda por matéria-prima para diversas atividades e as compras feitas pelos turistas e pelos locais.

Gráfico 2 Movimentação da economia do Rio de Janeiro durante o carnaval em Bilhões



Preços de 2020, deflacionado pelo IPCA-RJ.
Fonte: Rio de Janeiro, Carnaval de Dados, 2021, p.31

Durante o Carnaval, a prefeitura atua em um sistema especial, com um número elevado de funcionários de diversos setores. Em 2020, último ano de análise do relatório “Carnaval de Dados”, foram 18,4 mil servidores da prefeitura trabalhando diretamente no carnaval. Desses, 7,7 mil são servidores da COMLURB e estão divididos entre o Sambódromo, a limpeza das ruas durante os blocos e coretos de bairro e a Intendente Magalhães. Apenas no Sambódromo foram 4,8 mil servidores, enquanto na Intendente Magalhães foram cerca de 300. O restante do contingente, pouco mais de 1500 servidores, ficou acompanhando os blocos e coretos para a limpeza dos bairros e das ruas durante a folia. (Carnaval de Dados, 2021, p. 34)

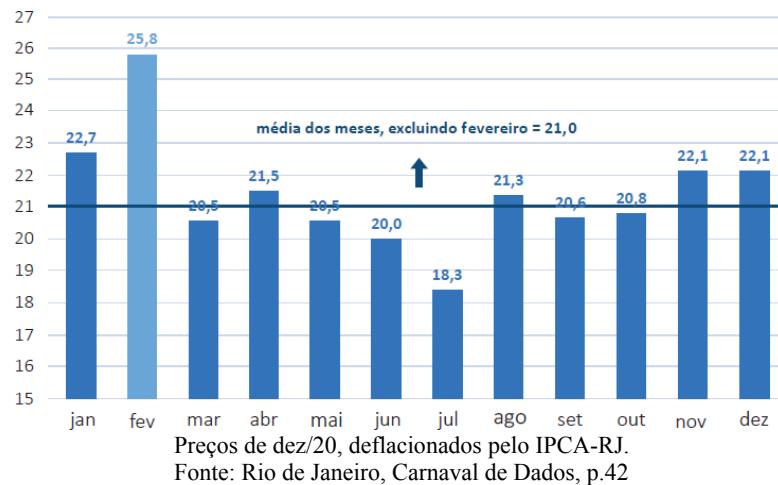
Ainda segundo dados da prefeitura, cerca de 10 mil ambulantes foram licenciados e registrados para a venda de produtos durante o carnaval. Entre servidores públicos, ambulantes licenciados e trabalhadores regularizados no Sambódromo, são cerca de 45 mil postos de trabalho. É seguro dizer que esse número está bem abaixo da real quantidade de empregos gerados pela indústria do carnaval no Rio de Janeiro. Nesses dados não estão os ambulantes não cadastrados e os cargos gerados pela iniciativa privada de maneira geral, fora do Sambódromo.

Entre os desfilantes nas Escolas de Samba do Grupo Ouro e do Grupo Especial, são mais de 70 mil pessoas. A média de integrantes de uma escola no Grupo Especial é de 3,2 mil por Escola e no grupo Ouro de 1,9 mil pessoas. A expressividade dos números do Carnaval é tamanha que em apenas um dia de desfiles, cerca de 100 mil pessoas são envolvidas diretamente, seja artista, trabalhador ou expectador. Esse número é maior que a população de 94% dos municípios brasileiros.

Com todos esses números, a questão relacionada à viabilidade do carnaval como motor econômico e gerador de renda fica respondida. A festa, seja ela de rua ou da

avenida, tem em si um potencial cultural enorme, um verdadeiro evento social que define a identidade de uma nação, que move uma população inteira e que transforma vidas pela arte e pela cultura. Porém se pensarmos estritamente na arrecadação da prefeitura em ISS, podemos afirmar que o carnaval é lucrativo? A resposta pode ser encontrada no relatório Carnaval de Dados, e a resposta é sim.

Gráfico 3 Arrecadação de ISS de Serviços Relativos à Hospedagem, Turismo, Lazer e Arte – Média de Cada Mês no Período 2011 – 2019 (milhões de R\$)



No gráfico apresentado acima, podemos ver que o mês de fevereiro é o de maior arrecadação da prefeitura com ISS, se considerarmos os setores de hotelaria, turismo, lazer e arte. Este gráfico mostra apenas uma média do período entre 2011 e 2019, quando o Carnaval arrecadava menos do que hoje, como já averiguamos acima. O ano de 2011 o Carnaval movimentou cerca de 2 bilhões de reais, em 2020 já movimentava cerca de 4 bilhões, dobrando seu montante durante a década citada, em valores corrigidos pela inflação.

Se compararmos o mês do Carnaval, o mês do Réveillon, temos um aumento de arrecadação de 16,8%. Fazendo o mesmo exercício entre o Carnaval e os outros meses do ano, excetuando o Réveillon, o aumento é de 23,7%. Mesmo com números robustos e pungente crescimento econômico, o Carnaval não é imune às crises. Durante o ano de 2021, a festa foi cancelada devido à pandemia, resultando numa queda de quase 60% na arrecadação da cidade para aquele mês. (Rio de Janeiro, Carnaval de dados, 2021, p. 43)

Outro grande problema enfrentado pelos órgãos públicos é a geração de resíduos que a festa promove. Um grande esforço é empreendido pela COMLURB para manter a

cidade minimamente limpa durante os eventos. Não à toa, esse é o setor que emprega o maior contingente de servidores no Carnaval. Durante a festa, 400 equipamentos da COMLURB são colocados em ação, como viaturas, caminhões -pipa, mini-varredeiras, sopradores, compactadores, entre outros.

Segundo o relatório Carnaval de Dados, mais de mil toneladas de resíduos são recolhidas durante a festa em média, sendo sua maioria em blocos de rua. Durante os desfiles dos blocos, mais de 700 toneladas de lixo são recolhidas, enquanto no Sambódromo, são mais de 300 toneladas.

O investimento da prefeitura não é só nas escolas ou nos blocos, mas em infraestrutura para a festa. Durante o Carnaval, mais de 30 mil banheiros públicos são posicionados pela cidade. A CET-Rio, apesar de não alocar tantos servidores quanto a COMLURB, também trabalha incessantemente. No Carnaval, mais de 2,8 mil semáforos sofrem cerca de 1,5 mil programações distintas. Uma força tarefa com 600 câmeras e equipes operacionais espalhadas pela cidade, realizam por volta de 550 ajustes semafóricos devido a condição do trânsito em tempo real. Apenas para o escoamento dos turistas que chegam ao Terminal Rodoviário Novo Rio, segundo levantamento da prefeitura, cerca de 18 mil veículos de linha fixa, com um aporte de mais 5,5 mil ônibus extras são colocados, pela iniciativa privada, para facilitar a movimentação dos passageiros, afora taxis, motoristas de aplicativos e veículos particulares.

Passando para a área da saúde, no ano de 2020 foram colocadas 130 ambulâncias, com UTI móvel, apenas para atender os blocos de rua diariamente. Na Marquês de Sapucaí eram 96 ambulâncias e 7 postos com leitos para hidratação a cada dia de evento. No Sambódromo foram feitos 1812 atendimentos e 791 remoções neste ano, enquanto nos blocos foram 841 atendimentos e 120 remoções.

Após tantos dados, estatísticas, gráficos e números, podemos ver cristalizada uma série de ações empreendidas pela prefeitura quando nos debruçamos nos decretos feitos pelo prefeito Eduardo Paes em seus primeiros anos do primeiro mandato. A ação da prefeitura para organizar a “brincadeira ordeira”, que atraia o público de fora da cidade e aumente a arrecadação e a movimentação financeira no período, se mostra efetiva, com as atuações das mais diversas secretarias e órgãos públicos, em conjunto, buscando um controle e trazendo a sensação de segurança para o turista que deseja vir ao Rio de Janeiro nesse momento do ano. Para exemplificarmos esse controle, no ano de 2020, mais de 10 mil apreensões de ambulantes irregulares foram feitas pela Coordenadoria de Controle

Urbano. A quantidade de dados que foram fornecidos pelos dois relatórios citados, seja o “Carnaval de Dados”, feito pela prefeitura em parceria com a FJG ou o “RIO de Janeiro a Janeiro”, organizado pelo MinC com o apoio técnico da FGV, mostram como o poder público organiza, coordena e disciplina as ações no carnaval carioca.

O uso desses dados é importante para que as políticas públicas sejam organizadas baseadas em estudos, com respaldo estatístico e assertividade, porém não podemos cair numa postura tecnicista, já que o Carnaval não se determina apenas pela arrecadação em ISS ou a movimentação financeira do período. A festa, como também ficou demonstrado nos relatórios, tem importância cultural para o país inteiro. Os principais expectadores são brasileiros, o maior contingente de turistas vem do nosso país e as histórias contadas, seja na Sapucaí, seja nas demais ruas da cidade com os blocos, é a história da nação brasileira.

O Relatório “Carnaval de Dados” cita 11 órgãos públicos ligados diretamente na organização da festa. A RIOTUR fica responsável pela promoção e o acompanhamento do processo que visa a ampliação do turismo na cidade, incluindo a organização de grandes eventos e o licenciamento dos blocos de rua.

A COMLURB traz o maior contingente de servidores para a folia, com um trabalho importantíssimo, com o uso de centenas de equipamentos e 7,7 mil servidores em 2020, cerca de 42% dos funcionários empregados pela prefeitura na estrutura do Carnaval. As ações da COMLURB estão espalhadas por toda a cidade e recolhem mais de mil toneladas de resíduos no Carnaval, seja no Sambódromo, no Terreirão do Samba, na Intendente Magalhães ou seguindo os blocos pela cidade.

A CET-Rio fica responsável por todo o tráfego e por dar o parecer para que os blocos possam desfilar, sem o documento de liberação da CET-Rio, um bloco não pode se cadastrar na RIOTUR. A CET-Rio executa operações para liberar o trânsito por toda a cidade durante a festa, com centenas de câmeras e equipes distribuídas pela cidade, milhares de placas de sinalização especiais para a festa e mais de 1,5 mil programações distintas para os semáforos no decorrer do Carnaval.

A RIOLUZ é a responsável por verificar a iluminação local e ter a certeza de que os pontos turísticos da cidade não estejam no escuro durante a festa. A verificação de lâmpadas, reatores e circuitos integrados é essencial para que a cidade esteja iluminada e a sensação de segurança seja mantida. A manutenção e a apresentação dos pontos

turísticos são fundamentais para o fomento da atividade turística, que é um dos focos da política pública de carnaval da cidade.

A Secretaria Municipal de Cultura, com seus equipamentos culturais, realiza intervenções temáticas que interagem com o Carnaval e apoia os eventos com suas estruturas. Há exposições nos principais centros culturais da cidade, como o Museu do Amanhã e os espaços públicos onde estão esses equipamentos culturais, são usados para desfiles e ensaios, como o jardim do Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo.

A Secretaria Municipal de Educação tem escolas dentro do Sambódromo e gera projetos relacionados ao tema, com destaque para o “Projeto Escola e Bamba”. O projeto “Escola e Bamba” é uma iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Educação, que visa aproximar os alunos das escolas públicas municipais da cultura do samba e das escolas de samba da cidade. Este projeto tem como objetivo integrar a educação formal com atividades culturais e artísticas, promovendo o conhecimento sobre a história do samba, sua importância cultural e social, e estimulando o interesse e a participação dos alunos nas tradições carnavalescas. Dentre as atividades do projeto, estão visitas às quadras das escolas de samba próximas das escolas municipais, além de parcerias e aulas temáticas.

Neste ano, há uma negociação entre prefeitura e governo do Estado para que os espaços sejam transformados em uma Faetec com cursos técnicos voltados para a festa. Desde a sua inauguração em 1984, o Sambódromo abrigava mais de 150 salas divididas entre 3 CIEPS e uma creche. Em 2011 esses locais foram desativados, com a promessa de se abrir um grupo de Faetec. Em 2019 começaram as negociações entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal para a abertura das escolas técnicas em tempo integral a partir de 2020, porém as negociações se arrastaram e nesse ano ainda há algumas questões a serem resolvidas, porém o processo está bem adiantado.

A Secretaria Municipal de Assistência Social operacionaliza uma série de ações ligados à defesa dos direitos da criança e do adolescente e promove, em parceria com a Guarda Municipal, a distribuição de pulseiras identificadoras para crianças nos blocos e ventarolas com informações esclarecedoras sobre campanhas da Prefeitura.

A Secretaria Municipal de Saúde atua tanto no Sambódromo quanto nos blocos de rua. Com milhares de atendimentos e centenas de remoções, sua frota de ambulâncias com UTI Móvel e seus postos de hidratação e atendimento básico estão distribuídos pela

cidade e pela Marquês de Sapucaí durante todos os dias da folia. Além desse atendimento direto, a Vigilância Sanitária, ligada à SMS, realiza fiscalizações em ambientes de serviços de alimentação, saúde e beleza.

A Secretaria Municipal de Ordem Pública, atua com uma gama de serviços e agentes diferentes no Carnaval. Com o papel de fiscalizar e manter a festa em seu padrão ordeiro, a SEOP utiliza a Subsecretaria de Operações, Guarda Municipal (GM), Coordenação de Fiscalização de Estacionamentos e Reboques (CFER), Coordenadoria de Controle Urbano (CCU) e Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (CLF) para esses fins.

Já o Centro de Operações e Resiliência, operou no ano de 2020 com drones e câmeras para monitorar e dar rápida resposta a qualquer necessidade que aparecesse durante a folia, com o Comitê de Operações do Carnaval responsável por fazer a ligação entre os demais órgãos, levando as imagens das câmeras e drones para os gabinetes e celulares dos demais responsáveis pela festa.

Esses 11 órgãos e suas ramificações participam diretamente da organização do carnaval para que seja brincado de forma ordeira, tal como previsto nos decretos estudados neste capítulo. Com essa visão da organização prática, somada ao estudo dos dados, decretos e documentos que foram gerados, podemos compreender o esforço da prefeitura do Rio de Janeiro para conhecer e manter o Carnaval como um produto que possa ser vendável para o turista, em especial o turista interno, trazendo maior estrutura para a festa de rua e de Escola de Samba e criando a sensação de segurança que faltou ao Rio de Janeiro e sua principal festa por muitos anos.

A ideia por trás de todo esse aparato público pode ser a de garantir um controle social pela prefeitura, gerindo e contabilizando toda a festa. Com esses dados, fica mais fácil para a prefeitura comprovar a eficácia de sua gestão e atrair turistas e investidores financeiros para a festa. Em contrapartida, a relação entre a prefeitura e os blocos de carnaval fica abalada, já que uma série de regras foi criada sem a participação direta dos representantes dos blocos que são os grandes responsáveis pela festa de rua.

Nem mesmo os representantes mais influentes e ativos, que em 2009 eram basicamente os membros da SEBASTIANA e de outros blocos como o Bola Preta e a Banda de Ipanema, foram convidados a discutir a política pública criada pela prefeitura para o carnaval de rua.

CAPÍTULO 3

A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO E A SEBASTIANA (2009- 2024)

No primeiro capítulo foi realizado um estudo sobre a história dos blocos fundadores da SEBASTIANA, no segundo capítulo foi analisado como a prefeitura do Rio de Janeiro organizou o carnaval de rua a partir de decretos e ações diretas, neste terceiro, o foco será o contexto social que levou à criação da Liga, apresentar o histórico da SEBASTIANA nos seus mais de vinte anos de organização da festa e compreender a relação entre a Liga e a prefeitura da cidade. Desta forma o capítulo será dividido em três partes. A primeira parte, apresentará uma breve descrição sobre a SEBASTIANA, sua nova expansão, com a entrada de alguns blocos a partir de 2023, as ações que levaram ao surgimento da Liga e as principais ações políticas que o grupo tomou ao longo de sua história. O segundo tópico traz a relação entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a SEBASTIANA, com algumas crises institucionais e debates políticos sobre o tema carnaval. Já o último item do capítulo trata sobre o motivo da SEBASTIANA ter se tornado uma voz dos blocos, mesmo daqueles que não são seus membros, e por que os blocos fizerem parte da Liga.

3.1 O que é a Sebastiana

Fundada no ano 2000, a SEBASTIANA fará 25 anos no carnaval de 2025 e até 2022 era formada por um grupo restrito de blocos, não aceitando novos membros. Para o Carnaval de 2023, a Liga, que já tinha perdido alguns blocos, pois foram extintos, aceitou a entrada de cinco blocos para a sua lista de associados. São eles: Monobloco, o bloco Fogo & Paixão, Bloco 442, Superbacana, “Tá Pirando, Pirado, Pirou” que ingressaram após a fundação da SEBASTIANA, há quase 25 anos atrás.

A criação da SEBASTIANA foi resultado da existência de um conjunto de problemas na cidade durante os dias de momo. Engarrafamentos, caos no trânsito e muita sujeira acabavam por gerar dificuldades de mobilidade durante o período de carnaval. Parte da população que ficava na rota dos desfiles reclamava, visto que os pequenos blocos fechavam ruas e impediam a movimentação pela cidade. Jornais da época noticiavam os chamados nós no trânsito e casos de furto e depredação em vias públicas durante a festa.

A edição 295 de 1994 do Jornal do Brasil traz na capa a manchete intitulada “A empolgação ataca em Bloco”, escrito pelos jornalistas Sérgio Garcia e Sofia Cerqueira, em que retratam o crescimento do carnaval de rua da cidade que vinha de um momento de pouca visibilidade da mídia e começava a ganhar força, atraindo cerca de 600 mil foliões para 150 blocos independentes pela cidade. Seis anos antes da criação da Liga, os problemas apontados exigiam solução

Com o crescimento de blocos, especialmente na zona sul da cidade, já com problemas de trânsito há décadas, no carnaval isto se agudizava, os blocos precisavam de lideranças que pudessem agir em prol de uma organização coletiva para estruturar a saída dos blocos durante a festa, promovendo a manutenção da folia, sem prejudicar o direito de ir e vir do cidadão carioca.

O carnaval de rua tinha virado coisa de meia dúzia de pessoas. Hoje a comunidade voltou a aderir aos desfiles”, comemora João Pato, fundador e presidente da Banda do Leblon. “Nesses últimos anos, os blocos revigoraram o carnaval de rua do Rio”, analisa Nelson Rodrigues Filho, fundador do bloco Barbas, que no dia 12 faz seu 10º desfile pelo bairro de Botafogo.” (JB de 30/01/1994, p 81)

Na mesma reportagem, já existia a informação sobre uma possível liga de blocos de rua que seria chamada de Cinta Liga e teria como objetivo ser uma espécie de LIESA (Liga Independente de Escolas de Samba) do carnaval de rua, realizando os desfiles dos membros e gravando um CD com as músicas dos blocos de rua anualmente. A Cinta Liga acabou não sendo criada, porém a ideia era uma semente para o que iria acontecer anos mais tarde. Uma outra reportagem do Jornal do Brasil com presidentes de blocos de carnaval de rua da zona sul do Rio, confirma a intenção de uma associação que coletivamente cuidaria da festa de rua ao informar a fundação da Liga SEBASTIANA.

No ano de 1996, podemos perceber outro grande acontecimento neste processo de institucionalização de uma liga para os blocos de carnaval de rua que seria a futura SEBASTIANA. O Bloco Escravos da Mauá, fundado pelos irmãos Eliana Costa e Ricardo Costa em 1992 teve seu primeiro carnaval de grande porte e apareceu nos jornais com grande destaque. O Escravos da Mauá foi fundado na região da praça Mauá, Gamboa, Saúde e Santo Cristo e com um claro objetivo, o de reverenciar o passado do samba que, como movimento cultural e musical, nasceu naquela região da cidade, mesmo local que surgiram os primeiros afoxés e as primeiras rodas de capoeira, com africanos escravizados e seus descendentes. Eliana Costa era analista de sistema do Instituto Nacional de Tecnologia, localizado ali, região conhecida por muito tempo como Pequena

África, por ter sido o porto que recebeu mais seres humanos escravizados no país e que nos anos seguintes abrigaria seus descendentes marginalizados pela sociedade aristocrática da época.

O Escravos da Mauá foi um dos principais fundadores da Liga SEBASTIANA e durante 30 anos de história foi um bloco muito ativo com pautas raciais e seus desfiles eram artísticos e cheios de significados para as comunidades afrodescendentes do Rio de Janeiro. O bloco encerrou suas atividades em 17 de setembro de 2022, com um desfile fora de época que, segundo os fundadores, encerrava um ciclo.

"Não é que tenha terminado, a gente sentiu que era o momento oportuno para fechar esse ciclo, porque quando um se fecha, abre-se outro. É um momento de celebrar a trajetória de 30 anos e, quando a gente lembra de tudo, de alguma forma, temos a sensação de termos cumprido um papel e agora é o momento para dar espaço", explicou o presidente do bloco Escravos da Mauá, Ricardo Sarmento Costa, de 63 anos. Ele disse que o sentimento é de missão cumprida. "Eu trabalho naquela região portuária desde os anos 80. Era um lugar muito abandonado e a gente via a história ali latente, era incrível. De alguma forma, ao longo desses anos conseguimos trabalhar com a autoestima do lugar e, fazendo uma retrospectiva, de alguma forma contribuímos para o que a Praça Mauá é hoje", completou. ([O Dia \(ig.com.br](http://O Dia (ig.com.br)), 31/08/2022, acessado em 02/04/2024)

A edição de sexta-feira, 25 de fevereiro de 2000 do Jornal do Brasil (RJ) chegou a noticiar caos no trânsito em Laranjeiras, bairro da zona sul carioca, devido a um bloco de carnaval de professores em greve, que decidiu, via Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE) suspender a greve e montar um bloco de carnaval chamado Panela Vazia, adiando o início da greve para o dia 1 de março do mesmo ano (JB, 25/02/2000, p. 26). Para o que cabe aqui, é importante ressaltar que as ruas durante o carnaval estavam abertas a todo tipo de aglomeração.

Uma das marcas registradas do carnaval de rua do Rio de Janeiro é o protesto, com o uso de rimas poéticas e sarcásticas para tecer críticas ao panorama que se apresenta na sociedade brasileira em diversas esferas da realidade. Sendo um evento que atrai a atenção da imprensa e de milhões de espectadores, o carnaval tem o potencial necessário para ser uma ferramenta política para muitos grupos sociais. Em sua versão nas ruas, o Carnaval não recebe as amarras da Marquês de Sapucaí com seu esquema de pontuação competitiva e suas regras restritivas.

No carnaval de 2001 a festa já mostrava crescimento no número de foliões nas ruas e com isso, os problemas urbanos como engarrafamentos, geração de lixo, dificuldade com banheiros públicos para a festa, entre outras questões logísticas. Esse foi

o contexto do primeiro carnaval da liga SEBASTIANA, fundada após a festa de 2000, que pretendia cooperar e ajudar a organizar os blocos de rua do Rio de Janeiro, diminuindo lixo gerado pelos desfiles, aumentando a sensação de segurança e contribuindo para a fluidez do trânsito pela cidade na época da festa.

A SEBASTIANA, como associação dedicada à organização de alguns blocos do carnaval de rua do Rio de Janeiro, formada inicialmente pelos diretores dos blocos Simpatia É Quase Amor, Imprensa Que Eu Gamo, Bloco do Barbas, Escravos da Mauá, Bloco de Segunda, Suvaco do Cristo, Carmelitas, Meu Bem Volto Já, Bip Bip e Clube do Samba, implementou várias estratégias para abordar os problemas de trânsito e segurança. Uma das principais abordagens foi a colaboração com as autoridades de trânsito para desenvolver planos de mobilidade urbana, que incluíam rotas alternativas e restrições de tráfego durante os eventos. Além disso, a SEBASTIANA trabalhou para aumentar a conscientização sobre a importância da segurança entre os participantes, promovendo campanhas educativas e distribuindo informações sobre as melhores práticas durante as festividades. Para lidar com a segurança pública, a associação coordenou com a polícia local e serviços de emergência para garantir uma presença adequada e respostas rápidas a qualquer incidente. Essas medidas ajudaram a reduzir congestionamentos e melhorar a segurança geral, contribuindo para a sustentabilidade e o sucesso contínuo do carnaval de rua.

A SEBASTIANA tomou diversas ações específicas para melhorar o carnaval de rua. Além das iniciativas de trânsito e segurança, a associação criou projetos pioneiros como o "Carnaval Limpo", que foca no recolhimento e reciclagem do lixo deixado nas ruas após os desfiles. Para resgatar os antigos carnavais de salão, a SEBASTIANA também organizou um baile à fantasia anual, sem um local fixo, tendo ocorrido no clube Monte Libano, no Fluminense Football Club e em outros locais a depender do ano, reunindo bandas e blocos tradicionais da cidade.

Outra ação importante é o "Grito da Sebastiana", um evento anual, em janeiro, que serve como pré-carnaval e homenageia São Sebastião, o padroeiro da cidade do Rio de Janeiro. A associação ainda promove o seminário "Desenrolando a Serpentina", que incentiva o debate sobre temas relacionados ao carnaval de rua. Essas ações refletem seu compromisso de preservar a tradição da festa, ou aquilo que a associação considera como tradição, enquanto aborda questões contemporâneas de sustentabilidade e inclusão social.

A crítica política esteve presente nos desfiles da SEBASTIANA. No ano de 2005, por exemplo, blocos da Liga, como o “Imprensa que eu Gamo”, “Que Merda é Essa” e “Meu bem Volto Já” usaram como inspiração de seus enredos o escândalo do Mensalão, criticando a corrupção em Brasília. Até máscaras de personagens envolvidos nas intrigas políticas foram distribuídas pelos integrantes dos blocos. O escultor espanhol Armando Valles Castanhe, chegou a produzir mil máscaras de fibra de vidro, gesso e argila por dia para a venda naquele carnaval

“Desde que as denúncias vieram à tona, dois campeões de encomendas despontaram: O deputado Severino Cavalcanti e o empresário Marcos Valério, seguidos de perto por Roberto Jefferson (com e sem o olho roxo). Os três, no entanto, estão longe de desbancar Paulo Cesar Farias, Tancredo Neves e Bin Laden, os mais vendidos nos últimos 20 anos.

Já foram encomendadas mais de 5 mil peças do Severino e do Valério, mas o PC Farias vendeu muito na época do escândalo do Collor – calcula o escultor, que moldou o primeiro rosto de político em 1961, logo depois que o presidente Jânio Quadros renunciou.” (JB de 18/09/2005, p.24)

Esse carnaval de máscaras de políticos na rua quase não aconteceu, devido à falta de infraestrutura (como carro de som, instrumentos, pagamento dos músicos, seguranças para o equipamento e qualquer outra necessidade que venha a aparecer no desfile de cada bloco). Devido ao crescimento da folia nas ruas, os 12 blocos fundadores da SEBASTIANA precisaram aumentar sua infraestrutura, para garantir maior segurança e alcance de seu som nas multidões. Não havia verba para essa necessidade e os associados poderiam acabar não desfilando. Nos últimos instantes, porém, a cervejaria CINTRA apareceu como patrocinadora da Liga, possibilitando que os blocos desfilassem com tudo o que tinham planejado, salvando os membros da SEBASTIANA de um ano sem carnaval.

Seria uma lástima se o Barbas, que desfila há 23 anos, ficasse de fora do carnaval. Os blocos cresceram muito nos últimos 5 anos. Cariocas passaram a trocar viagens para a Região dos Lagos pelo carnaval de rua. Passamos a precisar de mais infraestrutura, segurança, um carro de som melhor. Não queríamos que a prefeitura bancasse o carnaval. Queríamos uma ajuda e a CINTRA vai nos dar isso – conta Rita Fernandes, presidente da SEBASTIANA. (JB de 04/02/2006, p.14)

O carnaval daquele ano ainda foi marcado pela falta de banheiros químicos que havia sido prometido pela prefeitura em reunião com os líderes da SEBASTIANA, em função de denúncias feitas pela Liga e por associações de moradores, que geraram pressão da imprensa em cima da prefeitura, devido à falta de banheiros nos anos anteriores, que fizeram com que muitos foliões, em sua maioria homens, urinassem pelos muros das ruas de passagem dos blocos. O presidente da associação de moradores do Jardim Botânico,

em entrevista para o Jornal do Brasil, afirmou que o carnaval do Rio de Janeiro crescia e a prefeitura deveria sair da improvisação e partir para algo mais definitivo, concreto e planejado. Naquele ano o carnaval começou sem nenhum banheiro químico dos que haviam sido prometidos pela prefeitura, chegando apenas 440 banheiros para Copacabana, permanecendo para serem usados durante o show dos Rolling Stones em fevereiro daquele ano.

O ano de 2008 também foi marcado por embates entre a Liga e a prefeitura do então prefeito Cesar Maia. A prefeitura optou por dar a maior parte do patrocínio para as escolas de samba e não para os blocos, com a contrapartida de escolher o tema dos desfiles. Com enredos que deveriam falar sobre a chegada da família real ao Brasil, apenas duas escolas aceitaram a verba e o desafio. A São Clemente, que acabou sendo rebaixada e a Mocidade que ficou apenas em oitavo lugar, mostrando que a verba direcionada para as escolas de samba surtiu pouco efeito na competição entre as escolas organizada pela LIESA, que poderia ser melhor aproveitada pelos blocos, visto que entre 2001 e 2004 chegaram a receber algum apoio financeiro da prefeitura, mas após esse período, não recebeu nada. Enquanto a escola de samba São Clemente recebeu 2 milhões de reais naquele ano, toda a SEBASTIANA não havia recebido nada, pois a última verba foi em 2004 de apenas 36 mil reais para ser dividido por todos os blocos da Liga.

Após 2004, sem verba, a Liga teve que prover, por conta própria, duas cooperativas para cuidar da organização do trânsito durante os desfiles, o que é obrigação da Guarda Municipal e da CET-Rio. Se em 2004 a soma do repasse da prefeitura aos 12 blocos foi de 36 mil reais, quatro anos depois, o custo de cada desfile dos membros da Liga era entre 15 e 35 mil reais cada, sem receber nenhum auxílio do poder público, contando apenas dos próprios cofres e tendo de contratar empresas privadas para atuar naquilo que é dever do poder público.

“O efetivo escalado pela prefeitura para nos ajudar nunca é suficiente – reclama Rita Fernandes, presidente da SEBASTIANA. - Não acho justo que façamos com a cidade o que temos feito graças à ausência do poder público. Não podem nos chamar para discutir as interdições do trânsito apenas duas semanas antes da saída dos blocos.” (JB 08/02/2008, p.13)

O ano de 2009 teve mudanças, visto que era o início da gestão Eduardo Paes e um “choque de ordem” era proposto pelo novo gestor. O novo prefeito do Rio, começava a ordenar blocos, incluindo a colocação de banheiros químicos e pagamento de taxas. A

presidente da SEBASTIANA foi contra a cobrança de taxa, chegando a afirmar em reportagem ao Jornal do Brasil que os grandes blocos do Rio de Janeiro não geravam lucro para si e que toda a verba era gasta nos desfiles, sendo impossível o pagamento de taxas para desfilar. Apesar de tudo, a prefeitura ampliou a infraestrutura do carnaval naquele ano, com 900 banheiros químicos nas ruas, 120 a mais que em 2008, apenas 3 anos após o caos gerado pela falta de banheiros químicos no carnaval de 2006. (JB, de 10/01/2009, p. 11).

Após os desfiles, e apesar de discordar da cobrança de taxas e de uma maior burocratização do processo, a avaliação da organização dos desfiles do ano de 2009 foi positiva, segundo a presidente da Liga, com uma melhora visível em relação a 2008. A presidente do bloco Imprensa que eu Gamo e da SEBASTIANA, Rita Fernandes, disse em entrevista que nunca tinha presenciado um carnaval tão organizado.

“O desfile desse ano do Imprensa que eu Gamo, no sábado foi o mais organizado que eu já vi. Os ambulantes não atrapalharam e havia mais banheiros químicos que nos anos anteriores. Além da polícia que fazia a segurança e a presença dos bombeiros – avaliou Rita.” (JB de 09/02/2009, A2, p1).

Apesar da burocracia que era imposta e da tentativa da prefeitura de cobrar pela licença para liberar os desfiles, havia dentro da SEBASTIANA um grupo de lideranças que pensava que uma parceria com a prefeitura poderia ser viável. As demandas por maior segurança e banheiros químicos foram superadas, o que gerou nos diretores dos blocos da Liga, um sentimento de esperança por uma festa com mais estruturada, sanando os problemas anteriores de falta de verba, de banheiros químicos, entre outros serviços básicos para os desfiles.

Aquele era o ano em que a prefeitura começava a organizar o carnaval com normas, decretos e ações voltadas para brincar de “forma ordeira”. Apesar da boa organização, notada pelos líderes dos blocos, as críticas também vieram. A burocracia era complexa naquele momento e todo o processo era novo, o que gerou problemas com o licenciamento dos blocos. Os anos que se seguiram foram de decretos e ações com vista a “domesticar” o carnaval de rua.

Após o Carnaval de 2009, novas regras de cadastramento para os blocos foram impostas pela prefeitura e a SEBASTIANA se posicionou parcialmente contra, sendo a favor do cadastramento, mas apenas para blocos maiores, com faturamento mais alto, patrocínio privado e um número maior de frequentadores, liberando pequenos blocos da

burocracia. Uma série de negociações entre SEBASTIANA e a prefeitura se seguiram dali em diante.

Após aquele ano, muitas mudanças nas regras do carnaval foram implementadas no arcabouço burocrático da prefeitura, como já citado no capítulo anterior. A SEBASTIANA manteve uma certa posição de apoio, porém sendo contrária que essas regras também fossem direcionadas aos blocos menores, com o argumento de que as exigências impossibilitariam os desfiles dos blocos com menos estrutura. Com seu discurso de apoio ao carnaval carioca tradicional, a posição da SEBASTIANA em defender uma isenção aos blocos menores é uma forma política de manter sua imagem como a representante do carnaval de rua tradicional, mesmo para os blocos que não são membros da Liga.

Em 2016, Marcelo Crivella assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro e o carnaval foi colocado de lado durante seu mandato, se tornando um assunto menor, com menos holofotes e menos investimentos da prefeitura. Há poucas notícias referentes à SEBASTIANA e seus membros durante esse período. A estrutura burocrática criada durante o governo Eduardo Paes permaneceu, porém com menos efetivo da prefeitura e menos verba, o que ajudou acelerar ou desestabilizar os blocos menores, como os membros da Liga haviam ressaltado anos antes, que ficaram desamparados pelo poder público naquele período. A SEBASTIANA vê o Carnaval do Rio de Janeiro como um bem cultural imaterial da cidade e o fim de blocos tradicionais, mesmo que pequenos, é considerado pelas lideranças da Liga como algo trágico.

A gestão Crivella (2016/20) foi marcada por muitos ataques ao carnaval do Rio de Janeiro, desde a retirada da verba pública dos blocos e das escolas de samba e até denúncias sobre interferência no resultado dos desfiles das escolas de samba do grupo especial. Esta última envolveu a subvenção paga pela prefeitura para cada escola no carnaval. No ano de 2017 foi de 2 milhões de reais, no ano seguinte essa verba foi cortada para 500 mil reais, um quarto do valor anterior. Já 2018, uma investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro apurou um suposto esquema de corrupção que interferiu no resultado dos desfiles do carnaval daquele ano. Rafael Alves, irmão do então presidente da RIOTUR, Marcelo Alves, mesmo sem cargo na prefeitura, teria sido delatado pelo doleiro Sérgio Mizrahy por agir para que duas escolas de samba rebaixadas permanecessem no grupo especial.

O irmão do presidente da RIOTUR durante a gestão Crivella tinha uma série de pedidos atendidos pelo então prefeito, que segundo a delação de Sério Mizrahy havia pedido ao prefeito para intervir no resultado do carnaval. Crivella teria escrito uma carta endereçada a LIESA, demonstrando um “Nada a Opor” da prefeitura em relação a permanência das escolas de samba Grande Rio e Império Serrano na elite do carnaval. No ano seguinte, ambas as escolas desfilaram no grupo especial, mesmo tendo sido rebaixadas no carnaval anterior.

“Os promotores afirmam que “inexiste dúvida que os reiterados pleitos de Rafael Alves, pessoa absolutamente estranha aos quadros da administração municipal, são prontamente atendidos por Marcelo Crivella, ainda que isso implique na revisão de atos legitimamente praticados por servidores municipais atuando em defesa do interesse público.” (G1 online, 12/09/2020, acessado em 02/04/2024)

O ex-prefeito Marcelo Crivella negou que algum ilícito tenha ocorrido naquele episódio, chegando a afirmar em entrevista para o portal G1 que nada foi encontrado em sua residência ou seu celular, tendo “sido acusado de tudo e se tornando réu em nada. (G1 online, 12/09/2020, acessado em 02/04/2024)

Esse caso é um dos exemplos que aparecem como resultado da política dispersa e que deu pouca importância para o carnaval tradicional do Rio de Janeiro durante o governo Crivella. O ex-prefeito havia sido eleito com o apoio das escolas de samba, prometendo manter o nível de investimento e verba para elas, tal como dito no capítulo anterior, embora já naquela época, discursar contra o carnaval de rua da cidade.

Em relação aos blocos, houve uma mudança na forma como os patrocínios eram distribuídos. Entre o período de 2009 a 2016, o patrocínio era arrecadado mediante licitação e repassado diretamente aos blocos em troca de exposição das marcas. Em 2017, a prefeitura mudou o fluxo do recurso, que agora iria aos cofres da prefeitura para depois ser distribuído. Muitas reclamações em relação à transparência do processo foram feitas pelos investidores e pelos blocos nas mídias. O resultado da mudança foi um esvaziamento de investidores, com uma reunião marcada pela RioTur no dia 25 de julho totalmente vazia, sem o aparecimento de nenhum investidor. Assim, o carnaval de rua no formato proposto pela gestão Crivella não encontrava patrocínio (Veja online 27/07/2017)

Em 2020, o carnaval bateu recordes, segundo a prefeitura da cidade do Rio, mesmo com a gestão Crivella. O maior número de navios internacionais chegando na

cidade em vinte anos e mais de 10 milhões de pessoas circulando pelas ruas cariocas fizeram daquele ano, um carnaval de sucesso. (prefeitura rio online, 02/03/2020)

O Carnaval de 2021 não ocorreu em função da pandemia da COVID 19 e muitos eventos foram cancelados ou proibidos pela prefeitura. O ano de 2022 começa com preocupações em relação ao SARS-Cov-2. O carnaval, a princípio, foi cancelado, porém o prefeito Eduardo Paes definiu uma nova data, com os desfiles das escolas de samba em abril em um período diferente para a folia. Ao serem pegos de surpresa com a nova data, os blocos da SEBASTIANA optaram por não participarem do carnaval fora de época, não consideravam seguro para a população e por não haver tempo hábil para a organização dos desfiles.

“A Sebastiana, Associação Independente dos Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro do Rio, anunciou que não vai colocar os 11 blocos que representa na rua este ano.

Diante da possibilidade de realizar as festas em abril, quando irão ocorrer os desfiles na Sapucaí, a liga prefere se preparar para o Carnaval de 2023.

Segundo a presidente da associação, Rita Fernandes, a cidade não teria estrutura para receber todos os 600 blocos oficiais durante os 4 dias do feriado de Tiradentes.

A liga representa 11 blocos, mas pensando nos 600 que temos na cidade, me parece inviável realizar todos em apenas 4 dias. Até porque em condições normais eles são distribuídos por 45, até 60 dias", afirma a presidente da Sebastiana.”(G1 online de 09/03/2022 acessado em 04/02/2024)

Após anos de dificuldade financeira no início dos anos 2000 e de adaptação ao “choque de ordem” do governo Eduardo Paes, a SEBASTIANA passaria por uma gestão pouco ativa de Marcelo Crivella, com corte de verbas, e no fim, uma pandemia mundial com um sem-número de mortes. Alguns blocos fundadores, como o Escravos da Mauá, acabaram encerrando atividades, fazendo com que a Liga buscasse novos membros. Em 2023 blocos que arrastaram multidões passaram a integrar a liga em um novo momento de abertura e associativismo. “O Monobloco”, o bloco “Fogo & Paixão”, Bloco “442”, “Superbacana” e o bloco “Tá Pirando, Pirado, Pirou” integram o quadro da SEBASTIANA para o Carnaval de 2024, aumentando o poder político e trazendo mais visibilidade para o grupo, que durante os governos de Cesar Maia, no início dos anos 2000, e de Eduardo Paes, puderam ter voz na imprensa e apoio de patrocinadores privados.

Mas ainda fica a pergunta o que leva alguns blocos a se unirem à SEBASTIANA?

3.2 Uma Liga de bloco e a Prefeitura

No Rio de Janeiro, muitos grupos lutam pelos espaços políticos que tratam do carnaval carioca, além é claro, da ocupação dos espaços públicos urbanos na cidade. A associação mais antiga a juntar blocos de carnaval de rua no Rio de Janeiro foi a SEBASTIANA, criada em 2001. O discurso oficial da SEBASTIANA incluía atuação de luta pela manutenção e o resgate da cultura de carnaval de rua considerada tradicional pelo grupo.

A SEBASTIANA considera como de suma importância manter as características de ocupação artística territorial descentralizada, que seria a expressão artística de cada bloco individualmente em sua região e usando de seus artifícios artísticos, além da liberdade de expressão, democracia para todos os foliões e valorização da cultura popular. Em seu site oficial e nas entrevistas de suas lideranças, esses pontos são cruciais e sempre citados. Os blocos da associação são originários do fim dos anos 1980, com a redemocratização do país e mantiveram o espírito democrático.

O ano de 2024 traz uma série de marcos para a associação que celebra datas importantes: os 40 anos do bloco Simpatia é Quase Amor e os 30 anos do bloco Meu Bem, Volto Já. Além disso, a SEBASTIANA se prepara para comemorar seus próprios 25 anos no próximo ano.

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, como vimos anteriormente neste trabalho, tem papel de fornecer apoio logístico e financeiro, além de regulamentar a passagem dos blocos de carnaval pelas ruas na cidade, seja com seus próprios recursos e servidores, seja abrindo um canal de comunicação com diversas instituições do governo estadual, como a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A relação financeira entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a SEBASTIANA é um aspecto presente e importante para a efetivação do carnaval carioca de rua, embora não haja um financiamento direto da prefeitura para a SEBASTIANA como uma associação que engloba diversos blocos, existem mecanismos de apoio que beneficiam os blocos ligados a ela.

A prefeitura do Rio de Janeiro concede uma subvenção para os blocos de carnaval. Essa subvenção é destinada a cobrir despesas operacionais, como aluguel de equipamentos, segurança, infraestrutura e logística. No entanto, é importante ressaltar que a distribuição desses recursos é regulamentada e segue critérios específicos. Os contratos estabelecidos dessa forma obedecem ao formato imposto pela Lei 13.303/2016 e pelo

Decreto Municipal nº 44.698/2018, que definem o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do município do Rio de Janeiro. Estes dois aparatos jurídicos servem para indicar a forma como os órgãos da prefeitura podem estabelecer contratos com quem está fora da prefeitura.

Essa forma de financiamento é focada nas escolas de samba e nos blocos de carnaval de rua que desfilam na Estrada Intendente Magalhães, prioritariamente. Além da definição territorial, uma série de regras sobre como a marca dos patrocinadores deve aparecer e qual itinerário os blocos devem realizar estão definidas nesse decreto.

Outro mecanismo de auxílio, além da subvenção, são os incentivos. A prefeitura apoia a cultura e o turismo por meio de incentivos fiscais. Empresas que investem em projetos culturais, como o carnaval, podem obter benefícios fiscais. Os blocos se beneficiam indiretamente desses incentivos quando atraem patrocinadores interessados em aproveitar essas vantagens, nos moldes da Lei Rouanet de incentivo à cultura (organizada pelo governo federal).

Além dos incentivos, há editais. A prefeitura, no ano de 2021, via Secretaria de Cultura, anunciou o edital “Cultura do Carnaval Carioca”, que investiu um total de 3 milhões de reais, divididos entre 125 projetos de 3 categorias distintas, como reparação pelo cancelamento do carnaval, sendo esse dinheiro destinado a projetos que os blocos poderiam fazer nesse período sem desfiles. O edital teve como característica uma espécie de cota territorial, garantindo a descentralização dos recursos e a seleção teve como objetivo valorizar os projetos que abrangessem o maior número de beneficiários, fazendo com que essa verba beneficiasse o maior número possível de pessoas que vivem do carnaval em diversos locais da cidade. Assim, editais também são vistos como forma de apoio da prefeitura ao carnaval que podem beneficiar os blocos associados à SEBASTIANA.

Os representantes de blocos independentes e incluindo a SEBASTIANA, foram convidados a participar do encontro de lançamento do projeto, que contou com o apoio de Rita Fernandes, presidente da SEBASTIANA.

Quero agradecer em nome de todos os blocos, todas as ligas do Rio de Janeiro, não só a dedicação ao carnaval de rua, mas também por ouvir nossos pleitos. Antes de tudo, viemos trabalhando muito nos últimos quatro anos, independentemente do poder público, por nossa conta – disse Rita. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - prefeitura.rio notícias, de 04/02/2021, acessado em 26/02/2024)

Somando ao incentivo e ao lançamento de editais para projetos culturais voltados ao carnaval, existe a subvenção. A distribuição da subvenção municipal para os blocos de carnaval no Rio de Janeiro segue critérios estabelecidos pela Prefeitura. Ao buscar dados e material específico sobre a subvenção na cidade do Rio de Janeiro, foi encontrada a Lei Nº 1.276 de 07 de julho de 1988, que definia o papel da prefeitura no carnaval do Rio de Janeiro. Essa lei foi atualizada pela Lei Nº 3.409, de 12 de junho de 2002. Desde 2004, o tema da subvenção foi pouco abordado academicamente e a RIOTUR não disponibiliza a informação dos valores repassados. (FERREIRA, 2018, p 2.)

Alguns valores puderam ser encontrados em recortes de jornal e blogs de notícia, mas sem fonte oficial da prefeitura do Rio para confirmar. Em outras cidades do estado do Rio, porém, foi encontrado material abundante e atualizado sobre a subvenção para blocos de rua e escolas. Os critérios se repetiam para seu repasse. Assim, é possível que também seja para a cidade do Rio. O regramento visa garantir a transparência, a diversidade cultural e a eficiência na utilização dos recursos. Alguns dos principais critérios incluem:

- Regularidade e Histórico: Os blocos devem comprovar sua regularidade e participação constante nos desfiles de Carnaval. O histórico de participação e contribuição para a cultura carnavalesca é levado em consideração.
- Impacto Social e Cultural: A relevância cultural e social do bloco é avaliada. Blocos que promovem a diversidade, a inclusão e a tradição têm maior chance de receber a subvenção.
- Número de Integrantes: O tamanho do bloco e o número de integrantes influenciam na distribuição dos recursos. Blocos maiores podem receber uma parcela maior da subvenção.
- Estrutura e Organização: A capacidade de organização do bloco, sua infraestrutura e logística também são consideradas. Blocos bem estruturados têm mais chances de receber apoio financeiro.
- Aderência às Normas e Regulamentos: Os blocos devem cumprir as normas estabelecidas pela prefeitura, como horários de desfile, segurança, limpeza e respeito ao patrimônio público.

- Avaliação Artística: A qualidade artística do bloco, incluindo criatividade, originalidade e impacto visual, também é avaliada.

Quadro 2 Subvenções em municípios do estado do Rio de Janeiro nos anos 2022/2024

Município	Valor da subvenção	Ano (se forem anos diferentes)	Alguma observação
Maricá	5 milhões de reais	2024	Apenas para a União de Maricá
Niterói	8 milhões de reais	2024	5 Milhões para Viradouro, 2 milhões para Acadêmicos de Niterói e 1 Milhão para Unidos do Cubango.
São Gonçalo	700 mil reais	2022	Apenas para a Porto da Pedra.
São João da Barra	910 mil reais	2024	70 mil reais para o bloco Os Indianos, 70 mil reais para a escola Vila Imperial, 385 mil para a escola Chinês e 385 mil para a escola Congos.
Saquarema	7 mil reais para cada bloco	2024	7 mil reais para cada bloco que cumprir os requisitos e requerer a subvenção.

Fonte: páginas das prefeituras de Marica, Saquarema, São Gonçalo e São João da Barra

O quadro acima busca exemplificar os gastos das cidades com a subvenção de carnaval e a forma como é distribuído. Esse tipo de gasto é focado nas escolas de samba como agremiação e não nos blocos de maneira geral, porém algumas cidades também disponibilizam uma parte da verba para blocos. Outro exemplo encontrado é o município de Carmo, no Rio de Janeiro, que mesmo tendo menos de 20 mil habitantes investe em escola de samba e em blocos. No Carnaval de 2013 a subvenção da cidade foi distribuída para um bloco de carnaval, uma escola de samba e três grêmios recreativos. Na própria lei, a subvenção tem como objetivo “estimular lazer, bem como atividades educativas e culturais através do carnaval”. (lei 1499 de 22 de janeiro de 2013)

É importante ressaltar que a distribuição da subvenção é um processo complexo e envolve análise detalhada de cada bloco. A SEBASTIANA, como entidade representativa, atua como intermediária entre os blocos e a prefeitura. Apesar de não haver o investimento direto da prefeitura na SEBASTIANA, seus blocos fazem parte de

diversos mecanismos da prefeitura que visam apoiar financeiramente os blocos de rua da cidade, como editais e financiamentos diretos da prefeitura.

Além da importância do financiamento de alguns blocos da Liga pelos mecanismos descritos acima, criados da prefeitura, a gestão do prefeito Eduardo Paes usa o carnaval de rua para ressignificar projetos urbanísticos de sua administração pela cidade. O Porto Maravilha, é um projeto urbanístico de expansão da cidade para as áreas da zona portuária, com a ideia de trazer comércio, moradia e área empresarial para uma região que estava deteriorada há anos. Apesar de ser uma região histórica, ponto onde surgiu o samba, principal símbolo musical da cidade, a área tinha o estigma de ser um local deserto, perigoso e com uma grande população em situação de rua. A região que compreendia a Gamboa, a Saúde e o Santo Cristo foram alvo de um projeto de renovação de significado urbanístico pela gestão Eduardo Paes em seu primeiro mandato, no ano de 2009. (AMICO, 2021 p. 2)

O uso do carnaval como um chamariz para que os projetos e investimentos privados fossem levados até a região, além de uso desta área da cidade é algo intencional no governo de Eduardo Paes, que utiliza o carnaval tradicionalmente “pulado” nas regiões do Centro e da Zona Sul da cidade como uma espécie de potência para alavancar a economia e o interesse da iniciativa privada na região, tornando o projeto do Porto Maravilha realizável, trazendo parcerias e transformando o local que até então era decadente, abandonado e estigmatizado.

A reestruturação espacial em curso no porto carioca acarretou novos processos e fenômenos espaciais na área. A “nova” forma de produção do espaço urbano na Zona Portuária da cidade está diretamente relacionada às novas territorialidades do Carnaval de Rua da área central. A ressignificação simbólica do Carnaval de Rua da capital fluminense (principalmente no eixo Centro-Zona Sul) está explicitada no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) de 2009-2012 que coloca a popular folia carioca como um grande vetor da promoção econômica da cidade a nível mundial. (AMICO, 2021 p. 3)

Alguns dos mais importantes blocos da região da zona portuária foram membros fundadores da SEBASTIANA, como o Escravos da Mauá. Já outros blocos da Liga estão próximos da região do Centro, como o Carmelitas em Santa Tereza e o Imprensa que eu Gamo, no Catete. Juntando a relevância desses blocos com os demais que aparecem a cada ano, a gestão da prefeitura tem o potencial para explorar e criar argumentos para justificar seus projetos de ressignificação territorial e mudança urbanística para o mercado financeiro.

Fig. 24. Localização da área de estudo: Projeto Porto Maravilha 2019



Fonte: base google, 2024,

A Prefeitura do Rio e SEBASTIANA exercem papéis que se complementam nos interesses de ambas as entidades, já que a Liga age com os blocos, ajudando na organização e na profissionalização, mantendo traços que são considerados pelos seus líderes como símbolos tradicionais do Carnaval Carioca, enquanto a prefeitura do Rio de Janeiro financia parte desses blocos e usa o discurso cultural, tradicional e artístico para promover os blocos, o carnaval da cidade e a própria cidade para o turista, no intuito de aumentar sua arrecadação e a sua economia no período da festa.

A SEBASTIANA trabalha colaborando com a prefeitura do Rio de Janeiro para obter licenças, autorizações e apoio logístico para os desfiles. Isso inclui questões como fechamento de ruas, segurança, limpeza e infraestrutura. A associação atua como intermediária entre os blocos ligados a ela e as autoridades municipais, garantindo que os eventos ocorram sem problemas.

Apesar do distanciamento entre os discursos de ambas as entidades e as disputas no campo político que esses discursos representam, há um objetivo comum, que obriga a prefeitura do Rio de Janeiro, como representante do poder do Estado e a Liga SEBASTIANA, como representante da sociedade civil organizada a colaborarem para que o Carnaval possa ser um sucesso nas ruas da cidade.

A colaboração entre os membros da SEBASTIANA e a adesão ao regramento imposto pela prefeitura são fatores cruciais para a coordenação e logística bem-sucedida da festa e desfiles de blocos de rua no Rio de Janeiro. Essa cooperação permite que a Liga ajude aos blocos a participarem de editais de fomento, recebam verbas e patrocínios, e contribuam para a vitalidade cultural da cidade. Embora outras associações e blocos possam seguir diferentes caminhos administrativos, o foco desta pesquisa na SEBASTIANA destaca a sua relevância como uma das principais forças por trás da animada cena de carnaval na cidade, principalmente porque atua em nome de um coletivo, tornando mais ágil as ações da prefeitura, visto que qualquer negociação com a liga significa acertar com 12 ou mais blocos.

A SEBASTIANA age para tentar manter uma identidade cultural do carnaval de rua do Rio de Janeiro, ou pelo menos aquilo que considera como tradicional e verdadeiro, com ações diretas, como ser contrária as áreas vips em blocos ou a venda de espaços reservados diferenciados para pessoas em desfiles, com a intenção de preservar a característica de um carnaval que seja de livre acesso a todos. Já a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, usa o discurso identitário, cultural e artístico como um diferencial para atrair turistas para a cidade e fortalecer uma imagem de um carnaval único e diferenciado em relação aos demais festejos do país, como o carnaval de Salvador, que apresenta características de venda de abadás, áreas vips e camarotes para os trios elétricos. Ambas as posturas somadas, trazem a imagem de que a prefeitura da cidade quer fortalecer e ajudar a SEBASTIANA a manter sua luta pela preservação de uma identidade única para a festa na cidade. Com a legitimação do discurso da Associação, e com a atuação direta da prefeitura, a cidade oferece carnaval para todo os perfis, o tal carnaval de todos

O carnaval é um grande impulsionador econômico para a cidade, graças às características descritas acima. Com isso, a prefeitura investe cada vez mais na estrutura e no crescimento da festa, para que assim, possa fazer a economia da cidade crescer nesse momento do ano. Os blocos da SEBASTIANA, por sua vez, se beneficiam desses investimentos, podendo participar de editais de fomento e outras formas de investimento fornecidos pela prefeitura.

O principal auxílio feito pelo poder público não é necessariamente com editais de fomento, mas com a infraestrutura para os desfiles. Os recursos alocados em segurança pública, saúde e limpeza, fazem com que o turista e o carioca tenham uma experiência positiva nos blocos, aumentando as chances que ele volte e o indique para outros. Uma

experiência ruim pode trazer resultados inversos e negativos para a economia da cidade e para a festa e seus blocos de rua.

A SEBASTIANA, por ter uma série de blocos participantes, exerce força política e representa seus membros em discussões, eventos e reuniões com a prefeitura, agindo como uma ponte entre os blocos-membros e seus interesses (que são heterogêneos) e o poder público. Com essa forma de representação pressionando o poder público, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental no evento, fornecendo apoio logístico e regulamentando as atividades dos blocos. Essa colaboração é vital para manter a ordem e a segurança durante o carnaval, já que a prefeitura não tem poder coercitivo de polícia, como o governo do estado possui, necessitando da colaboração dos blocos em seguirem seus ordenamentos.

Apesar de haver uma clara diferença no discurso entre os entes, com a SEBASTIANA preocupada com a manutenção da identidade cultural da festa e a prefeitura lidando com questões orçamentárias próprias da máquina pública, a colaboração entre eles também oferece oportunidades. Juntos, eles podem explorar projetos de ressignificação territorial, revitalização de áreas urbanas e promoção do turismo na cidade.

A SEBASTIANA colabora com a prefeitura do Rio de Janeiro para a obtenção de licenças, autorizações e apoio logístico para os desfiles. Isso inclui questões como fechamento de ruas, segurança, limpeza e infraestrutura. A organização profissional dos desfiles contribui para a credibilidade e a sustentabilidade do carnaval, mantendo-o como um evento cultural relevante.

O carnaval é uma parte essencial da identidade carioca. A SEBASTIANA trabalha para que essa identidade seja celebrada e valorizada. Ao manter a tradição dos desfiles de rua, a Liga reforça o orgulho e a conexão dos cariocas com sua cidade e sua cultura, ao mesmo tempo em que a prefeitura se apropria deste imaginário para dar suporte à economia do carnaval.

Graças à influência de suas lideranças, a SEBASTIANA tem uma penetração nos órgãos públicos que a faz ser ouvida. Seus membros são parte das elites sociais, culturais e artísticas da sociedade carioca e seus blocos desfilam nas ruas da zona sul do Rio de Janeiro, local considerado nobre na cidade e que atrai mídia por ser muito turístico. Esses fatores se somam ao histórico dos blocos que apareceram durante o período de

redemocratização do país, sendo blocos muito ativos politicamente. Por terem acesso à mídia, os gestores dos blocos da Liga, conseguem pressionar, via jornais e revistas, os gestores públicos locais, fazendo com que precisem ser ouvidos para que suas reivindicações não gerem propaganda negativa para políticos que precisam de votos para se eleger. Devido a isso, a SEBASTIANA consegue implementar o seu próprio discurso sobre como o carnaval de rua tradicional deve ser, e quais os pontos o tornam patrimônio cultural imaterial da cidade.

3.3 Por que a Sebastiana?

Ao estudarmos brevemente a história dos últimos anos de alguns carnavais na cidade do Rio, conseguimos compreender a importância e o papel de uma liga de blocos que interage com os entes públicos e atua como parceira ou como reivindicadora das demandas de seus associados. Essa ação da SEBASTIANA a tornou influente e beneficiou seus membros.

Devido à capacidade de seus membros em pressionar a mídia e o local privilegiado que seus blocos desfilam, a SEBASTIANA demonstra ser uma potência midiática, com capacidade de interferir no debate público. Os membros da Liga, ao se associarem, somam forças que são capazes de fazer pender para o seu lado determinadas discussões e disputas políticas envolvendo o carnaval.

Entretanto, existem outros grupos organizados de blocos de carnaval no Rio de Janeiro, inclusive mais antigos que a SEBASTIANA, como a Federação de Blocos Carnavalescos do Estado do Rio de Janeiro (FBCERJ), fundada em 1965 e hoje presidida por Luiz Cajá, ex-presidente do bloco de enredo Unidos da Laureano, de Duque de Caxias.

A FBCERJ é considerada a associação mais antiga do estado do Rio de Janeiro e responsável por organizar os desfiles de 22 blocos de enredo, sendo um de Nova Iguaçu, um de Mesquita, cinco de Duque de Caxias e quinze do Rio de Janeiro. Uma parceria importante para a manutenção da Federação foi com a Associação Carnavalesca de Duque de Caxias (ACDUC), que apoiou formalmente a chapa Luiz Cajá para o quadriênio de 2021-2025. (O dia online, 16/06/2021). É uma associação, cujos blocos são da região metropolitana, mas que desfilam no Rio.

Apesar de ter sido fundada em 1965 e ter blocos de carnaval em sua organização, a FBCERJ é uma instituição focada nos blocos de enredo, que diferem dos blocos de carnaval de rua por terem um samba-enredo definido e fantasias e alegorias que seguem um tema e uma história, mais próximos das escolas de samba que desfilam na Sapucaí e na Intendente Magalhães do que os blocos de rua como os da SEBASTIANA, que tem uma maior liberdade de participação e são livres para que qualquer pessoa possa participar com (ou sem) sua fantasia. É importante ressaltar que não há necessariamente um conflito territorial ou de interesse entre a FBCERJ, a ADCUC e a SEBASTIANA. A ACDUC age apenas na cidade de Duque de Caxias e a FBCERJ é uma federação estadual, que apesar de ter 15 blocos na cidade do Rio de Janeiro, é focada em outro tipo de movimento cultural, que difere do tipo de bloco celebrado pela SEBASTIANA.

Os blocos da FBCERJ não são uma ferramenta para atrair turistas, principalmente devido a territorialização do desfile de seus blocos. A Federação lida com um produto que compete diretamente com as escolas de samba, que tem verbas maiores e maior acesso à imprensa, enquanto os blocos de enredo da FBCERJ estão localizados em regiões com menor atratividade dos turistas e apelo midiático, mas que organiza uma festa mais popular. Há uma segmentação dos desfiles e brincadeiras no/do carnaval, em grande parte com atuação da prefeitura e apoio das associações

Outro coletivo de blocos de carnaval que tem sua importância cultural e política na festa do Rio de Janeiro é a Desliga dos Blocos. Devido sua natureza de autogestão mais anárquica que as demais associações, é difícil definir os participantes ou a data de fundação oficial dessa Associação. Segundo reportagem do jornal Extra, “A Desliga dos Blocos foi fundada em 2009, com o objetivo de reunir foliões contrários às normas da Prefeitura.” (Jornal Extra online de 22/02/18)

A prefeitura por sua vez, acusou os blocos desta Liga, que ela chamava de piratas, de serem um dos principais problemas enfrentados no carnaval de 2018, ainda na gestão do prefeito Crivella. Por meio de nota em sua rede social, a Desliga se pronunciou afirmando que a prefeitura mostrava “total desconhecimento do que era o carnaval” e rechaçava o rótulo de pirata.

“Mais uma vez a prefeitura mostra ter um total desconhecimento do que é o carnaval de rua. O que ele chama de blocos piratas, nós chamamos de cidadãos cariocas que se encontram na rua para fazer a sua cultura popular. Isso acontece há mais de 200 anos e é a essência da festa. Em qualquer vídeo mostrando o carnaval do Rio de outrora, você não verá blocos pré-autorizados e sim uma multidão que se fantasia e segue para a região central da cidade, onde se

confraterniza com outros foliões e é entrecortada por cordões errantes similares ao que hoje são chamados de piratas. A autenticidade da experiência cultural é evidenciada pelo fato de ninguém estar ali no espaço público de forma remunerada ou buscando autopromoção. O que ocorre é uma festa legítima do povo, onde os foliões anônimos são os protagonistas. Não existe a figura burocrática ou jurídica de um organizador. A afirmação da prefeitura mostra que ela não conhece o que é a folia carioca e sem se conhecer algo, pouco se pode fazer para contribuir para que a cidade funcione bem nesse período que não pode ser considerado de forma alguma como um problema para a cidade e sim como a festa popular que mais caracteriza a identidade do carioca e uma oportunidade especial de exposição positiva do Rio de Janeiro.” (Jornal Extra online de 22/02/18)

Esse foi um dos episódios em que a gestão Crivella entrou em embate com grupos envolvidos com o carnaval de rua da cidade. A gestão, como já foi dito, combatia de forma velada a manifestação cultural, com retirada de verba para a festa, brigas com as escolas de samba, entre outros. Assim, a Desliga ganha apoio popular se projeta informalmente

A principal ferramenta de comunicação da Desliga são as redes sociais, e a postagem mais antiga encontrada até o momento, feita pela Desliga foi em sua conta do Facebook, em 16 de fevereiro de 2016, com o lançamento do “1º Bailão Pró Carnavalesco da Cidade do Rio de Janeiro”, evento que, segundo sua descrição, focava na liberdade criativa da festa, retirando os limites do que poderia ser tradicional ou não.

Fig. 25 Baile pré-carnavalesco da Cidade do Rio de Janeiro



1.º Bailão Pró Carnavalesco da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: facebook, Desliga

Além desta notícia, a Desliga participou de dois protestos políticos naquele ano. O primeiro foi em 21 de fevereiro, chamado de “LIBERDADE, FOLIA E LUTA! 2º Ato carnavalesco em repúdio à violência diária do Estado”, localizado no largo de São Francisco da Prainha, organizado pelo Movimento Ocupa Carnaval e pela Desliga. A ação se caracterizava por ser “um ato carnavalesco contra a privatização dos espaços públicos

e a militarização da vida urbana.” (<https://www.facebook.com/events/940018559407231/?ref=newsfeed>) a atividade foi composta de uma “ala dos machucados”, pessoas que teriam sido agredidas pela Guarda Municipal ou pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. O protesto era direcionado à prefeitura (lembrando que a gestão era do prefeito que nunca entregou as chaves da cidade ao rei momo em função de sua Igreja), em específico à Guarda Municipal que teria abusado da força para reprimir ambulantes sem licença na prefeitura ou que, possivelmente, estivessem vendendo mercadoria de procedência duvidosa durante os blocos. Devido a essa fiscalização mais rigorosa aos ambulantes, sendo obrigatório tirar um registro perante a prefeitura para comercializar bebidas e com bares e restaurantes proibindo o acesso de foliões que não fossem clientes aos banheiros dos estabelecimentos, a ideia de privatização do espaço da cidade foi levantada nesse protesto.

A segunda ação foi denominada de “Carnaval Contra o Golpe: A saída é pela ESQUERDA”. Essa ação visava demonstrar a preocupação dos membros da Desliga em relação à situação política do país naquele momento, no meio do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que se iniciou no fim de 2015 e se arrastou até agosto de 2016. O ato foi organizado em forma de plenária em espaço público, com a participação de todos que quisessem estar presentes. Essa forma de plenária em ambiente público no centro da cidade é a forma com que a Desliga normalmente toma decisões.

A Desliga tem uma postura combativa e participativa, com membros não fixos e ações coletivas, com a participação fluida, a partir de cada causa, com uma postura libertária, de esquerda política e sem hierarquia entre os que desejarem se aproximar. Desde sua fundação, em 2009, participou de vários atos em defesa dos ideais já citados.

A estrutura da Desliga difere da SEBASTIANA por ser menos institucional, com uma pauta que conjuga a luta pela liberdade e a desburocratização do carnaval da cidade. Participando de ações afirmativas e construções coletivas, a Desliga dos Blocos se define como um movimento e não como uma Associação em si. Com um cunho político de protesto e trabalhando como um coletivo não hierárquico, a Desliga se pronuncia através de comunicados públicos que podem ser assinados por qualquer bloco independente que concordar com o pronunciamento, chegando a lançar em suas redes sociais uma “Carta Coletiva dos Blocos Livres 2024” com 76 blocos assinantes, em 5 de janeiro de 2024.

“O que é a Desliga de Blocos?

Movimento em defesa da liberdade criativa e contra a burocratização e a mercantilização do carnaval de rua do Rio de Janeiro. Entende a folia de rua

como um direito do povo garantido pela constituição. Organizado pela base, não possui estrutura hierárquica e se comunica com a sociedade e autoridades de forma pública, não participando de reuniões em gabinetes.

Respeita todas as formas de organização de blocos, mas repele qualquer iniciativa de privatizar o espaço público.

Reúne aqueles que amam e cuidam da cidade e seus espaços, sua cultura e sua identidade.” (Facebook desliga dos blocos)

Em sua carta coletiva, feita em 5 de janeiro de 2024, cujo título foi “carnavais ameaçados” a Desliga faz um apelo para que o policiamento seja efetivo, sem o abuso de autoridade ou do uso da força, porém coibindo arrastões e furtos, clama por uma estruturação de banheiros que possam ser usados pelo público em geral, sendo os banheiros químicos apenas uma alternativa paliativa e não uma solução real, roga pela liberação dos espaços públicos, como praças e espaços culturais, para os ensaios e desfiles sem que haja burocracia envolvida e exige maior apoio do poder público aos blocos independentes, sem que o aparato estatal cerceie a liberdade de qualquer forma, seja por meio do uso da força, seja por meio de normas ou exigências burocráticas.

Fig 26 Capa da carta da Desliga



Fonte: facebook, Desliga

A carta coletiva feita pela Desliga juntou um grupo de 75 blocos, sem compor necessariamente uma Associação, mas que compactuavam com o texto publicado. Os blocos que assinam a carta devem ser independentes e constituir uma espécie de oposição ao modelo implementado pelo prefeito Eduardo Paes de gestão do carnaval. Na lista dos que assinaram a Carta Coletiva dos Blocos Livres estão blocos como o Boi Tolo, Mulheres Rodadas, Prata Preta, Céu na Terra, Grupo Tá na Rua, blocos que são famosos pelo seu posicionamento político.

Com um perfil não hierárquico e de autogestão, a Desliga, apesar de ter conseguido juntar 76 blocos independentes para assinar a sua carta, acaba sendo menos pragmática que a SEBASTIANA, que por ter uma estrutura institucional definida e participar efetivamente de reuniões e discussões com os órgãos públicos, acaba sendo mais efetiva em resolver as demandas e trabalhar as pautas de seus blocos. O número de blocos que participam da Desliga é fluido embora tenham um perfil de proximidade, tanto política quanto geográfica. Quase metade dos 76 blocos que assinaram a carta, estão entre a região da Lapa e Botafogo, passando por Glória, Catete, Laranjeira e outros bairros próximos. Esta área da cidade tem menos de 9 quilômetros quadrados, com cerca de 5

quilômetros de extensão e média de 1,75 quilômetros de largura. A mesma região que concentra os da SEBASTIANA.

Ambas as ligas compartilham algumas pautas, como a defesa ao carnaval de rua, o aumento de banheiros, maior policiamento o aumento da participação popular nas decisões da prefeitura em relação ao carnaval, porém as visões diferem quanto a forma de alcançar esses objetivos.

Enquanto a SEBASTIANA exige o aumento do número de banheiros químicos durante o carnaval, a Desliga sugere a criação de uma rede de banheiros públicos permanentes, incluindo os lavabos de restaurantes e demais estabelecimentos privados nessa lista, pleiteando acesso irrestrito aos foliões. Ambas compreendem que o aumento no efetivo de policiamento urge, porém a Desliga, em sua carta aberta, sugere que o policiamento deva ser voltado para a defesa também contra atos homofóbicos ou racistas, prioritariamente. A SEBASTIANA entende que representa os interesses de seus membros em reuniões para discutir questões relacionadas ao carnaval, já a Desliga não aceita qualquer tipo de encontro fechado, se pronunciando apenas por intermédio de suas redes sociais abertas.

Além das ligas de blocos considerados tradicionais, há um outro movimento de blocos na cidade do Rio que cresceu nos últimos anos. Os blocos que levam multidões pela cidade, com mais de 100 mil participantes em um desfile, são chamados pela prefeitura de megablocos. Esses blocos exigem atenção especial, graças à um número muito maior de foliões participando e por terem uma estrutura de som, divulgação e atrações muito maiores que um bloco de bairro ou tradicionais.

Em 2020, a prefeitura da cidade fez uma apresentação para uma coletiva de imprensa chamada de “Coletiva Carnaval Rio 2020, O Melhor da História”. Nesta apresentação em slides, a prefeitura, por intermédio da RIOTUR, da Prefeitura do Rio e da UNESCO, apontou uma série de dados sobre o Carnaval do Rio daquele ano, em comparação com o ano de 2019, e outros números referentes aos chamados megablocos.

Dos blocos que haviam ultrapassado os 100 mil foliões, um deles é membro fundador da SEBASTIANA, o Simpatia é Quase Amor, e outro ingressou no ano de 2024 para a Liga, o Monobloco.

Fig 27. Principais Megablocos

PRINCIPAIS BLOCOS

Fervo da LUD: 1 MILHÃO

Bola Preta: 630 mil	Simpatia: 320 mil
Bangaladumenga: 500 mil	Monobloco: 145 mil
Areia do Leblon: 385 mil	Banda de Ipanema: 130 mil
Bloco da Anitta: 370 mil	Carnaval Square: 120 mil
Sargento Pimenta: 340 mil	Carrossel de Emoções: 115 mil
Bloco da Preta: 320 mil	Chora Me Liga: 110 mil

Fonte: notícias prefeitura, PCRJ, 02/03/2020

Para organizar um evento tão populoso, se faz necessária uma força tarefa para garantir a segurança dos presentes. Essa coletiva de imprensa também apresentou dados importantes em relação as ações de segurança pública e ordem urbana nos megablocos de 2020 em relação aos desfiles de 2019. Com resultados expressivos na diminuição de vítimas lesionadas por materiais perfurocortantes, as barricadas da prefeitura, para o acesso a esses blocos, se mostraram uma ação eficaz.

Fig. 28 Ação Especial MegaBlocos



Fonte: notícias prefeitura, PCRJ, 02/03/2020

Entre a prefeitura e os megablocos, há uma interação direta de cooperação. Como os eventos são na proporção de centenas de milhares de foliões, podendo chegar a milhões, é necessário ação ativa da prefeitura para que tudo ocorra como previsto. Devido a isso, os megablocos, que também contam com maior investimento e estruturas como trio-elétricos e maior número de músicos e patrocínios, precisam do apoio da prefeitura para poderem desfilar, caso não houvesse ruas fechadas, segurança ostensiva e apoio de saúde, os desfiles teriam muitos problemas gerados pela multidão, com assaltos, acidentes etc. O que poderia acabar afastando os foliões no ano seguinte.

Entre os blocos definidos como mega pela prefeitura, dois participam da SEBASTIANA. O Simpatia é Quase Amor é fundador da SEBASTIANA e se comunica através da liga com a prefeitura, já o Monobloco é um dos novos integrantes da SEBASTIANA, tendo participado de seu primeiro carnaval em 2024.

O Simpatia estava na primeira reunião da SEBASTIANA no bar Bip Bip. O bloco cresceu junto com a SEBASTIANA, tendo sido um dos grandes responsáveis pelo fortalecimento da Liga no carnaval. Já o Monobloco tem um cenário diferente. O bloco atuava diretamente com a prefeitura, tornou-se um megabloco, sua entrada na Liga pode indicar um motivo relacionado à facilidade de comunicação que a SEBASTIANA tem com a mídia, patrocinadores e órgãos públicos, ou o que a Liga representa.

A SEBASTIANA se destaca das demais ligas na cidade por ser a mais organizada institucionalmente, por ser a mais antiga liga de blocos de carnaval de rua, e por ter um histórico de realizações, como a assinatura de patrocínios, o acesso à mídia tradicional, a cooperação com os órgãos públicos, facilitando a comunicação e sua força política por ter em seus membros-chave, pessoas inseridas em grupos sociais políticos importantes, e principalmente com visibilidade na mídia. Talvez, buscando o acesso a esse potencial social, o Monobloco tenha buscado participar da SEBASTIANA como membro.

Essas características aliadas ao seu discurso em defesa do carnaval como patrimônio cultural imaterial da cidade a legitima como a grande porta-voz de blocos de rua da cidade do Rio de Janeiro, defendendo pautas importantes para o carnaval de modo geral e levando para a mídia e para o poder público as demandas de seus membros.

A presidente da Liga, Rita Fernandes é jornalista, tem acesso aos meios de comunicação e se faz presente para representar os interesses da SEBASTIANA na mídia tradicional. Por vezes ela age como porta-voz da Liga em entrevistas as quais ela faz exigências ou se posiciona em prol dos membros da SEBASTIANA, tendo sua opinião publicada e divulgada pelas principais revistas e jornais da cidade.

A sua organização institucional e a capacidade de penetração nos grupos mais influentes da sociedade carioca e na mídia, tornam os membros da Liga muito ativos quando se fala em organização do carnaval e da importância para investimentos privados e vitorias em editais públicos.

Quando se fala em legitimidade, muitos fatores podem ser destacados para defender a capacidade de uma pessoa ou grupo de ser detentora de uma espécie de liderança na área social em que está inserida. A pergunta mais direta é por que a SEBASTIANA é a liga mais importante do carnaval do Rio de Janeiro?

A legitimidade e a dominância de um grupo sobre determinado tema podem ser pautadas em diversos fatores internos e externos, que corroboram e o alçam ao papel de liderança ou de hegemonia naquele tema. A situação da SEBASTIANA é complexa e muitos fatores podem determinar essa importância que foi investida na Liga. Alguns desses fatores podem ser melhor definidos aqui.

A questão territorial é sem dúvida um fator que ajuda a SEBASTIANA a se projetar. Por ter seus associados localizados na zona sul e no centro da cidade, áreas com maior poder aquisitivo e maior visibilidade midiática, suas ações e sua voz se destacam

nos meios de comunicação. Durante este estudo, uma série de recortes de jornais foram citados, contando com entrevistas da presidente da Liga ou apresentando ações da SEBASTIANA. A capacidade de seus blocos de atraírem turistas também é um motivo importante para sua relevância. Hoje, dois dos considerados Megablocos são parte da Liga, o Simpatia é Quase Amor e o Monobloco. Os blocos atraem turistas para seus eventos e isso se soma aos pontos que fazem a SEBASTIANA ganhar importância midiática.

Outro fator que chama atenção é exatamente a presidente da Liga. Rita Fernandes é jornalista, com mestrado em Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. Além de trabalhar diretamente em revistas ligadas ao setor da cultura, escrevendo uma coluna na VEJA RIO sobre Cultura e Carnaval, teve uma produção acadêmica sobre o tema, gerando maior engajamento em suas pautas.

Dentro da construção de legitimidade da SEBASTIANA, o papel de especialista de sua presidente é fundamental para chancelar as ações da Associação com discurso acadêmico e metodológico. Para um discurso de patrimônio robusto e aceito pelos pares, uma ancoragem em especialistas e acadêmicos da área é essencial e traz uma visão mais séria e embasada.

Ao falar do discurso de patrimônio, não podemos deixar de lado o discurso político da Liga, que a alçou ao papel de representante de uma classe ou grupo. A maioria dos blocos da SEBASTIANA teve início durante a Redemocratização, com uma postura ativa para a reabertura do país. Esse engajamento não diminuiu, fazendo com que a Liga pautasse discussões sobre o tema do carnaval durante seus anos de atividade. Os embates com o prefeito Cesar Maia em relação aos banheiros químicos, as ações da presidente Rita Fernandes sobre às exigências de documentação do prefeito Eduardo Paes e as demais atitudes políticas da SEBASTIANA ao longo dos anos, a coloca como um “sujeito ativo” das discussões políticas sobre carnaval e patrimônio imaterial da cidade.

A sua estrutura organizacional ajuda nas disputas e discussões com o poder público. A SEBASTIANA tem um nível institucional maior do que as outras ligas, como a Desliga por exemplo. A Desliga acaba agregando mais blocos, porém esses têm menos voz ativa e não estão integrados, diminuindo sua força ao pleitear com o poder público.

A SEBASTIANA também age de forma política ao tentar colaborar com as medidas da prefeitura, se tornando parceira em algumas ações e assim estando mais perto

dos gabinetes para ser ouvida e atuar como representante de seus membros. A Desliga, por outro lado, se recusa a participar de reuniões em gabinetes ou eventos para convidados. Essa atitude traz mais transparência, porém dificulta a participação da Desliga em grupos de trabalho ou reuniões da prefeitura que definam diretrizes para a festa.

Por fim, a SEBASTIANA tem em seu quadro de membros, uma série de pessoas influentes, como jornalistas, artistas, professores e demais membros com poder aquisitivo e influência em diversas camadas da sociedade. Sua presidente é colunista da VEJA, o bloco do Barbas foi fundado pelo filho do escritor Nelson Rodrigues, outro bloco teve a atriz Elke Maravilha como porta-bandeira, entre outros membros famosos da sociedade carioca.

Assim é vantajoso para um bloco ser membro da SEBASTIANA graças a sua capacidade política e penetração na sociedade da zona sul carioca. A Liga tem voz ativa e seus membros são representados na mídia tradicional, o que faz com que suas demandas sejam ouvidas prioritariamente em relação aos blocos independentes.

É possível compreender também que essa penetração social e força política vem de seus membros já presentes e que a localização territorial é fundamental para essa exposição, por ter seus blocos desfilando na zona sul da cidade, local mais midiático da capital fluminense. A importância da SEBASTIANA está ancorada em sua regionalidade, no seu discurso político e cultural e na influência de seus membros ativos.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, foi analisada a gestão do carnaval de rua do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2024, destacando-se a atuação da Prefeitura com a Liga SEBASTIANA, e vice versa, bem como as implicações territoriais e culturais que emergem desse processo. A pesquisa revelou tensões entre o controle burocrático estatal e as formas de brincar o carnaval que coexistem no mesmo território, evidenciando que o carnaval de rua é não apenas uma manifestação cultural, mas também um espaço de disputa por poder, pertencimento e direito à cidade.

Partindo do referencial teórico de Max Weber (1999) sobre dominação racional-legal, é possível pensar que a normatização do carnaval, implementada por meio de decretos municipais, reflete a tentativa do poder público de organizar e disciplinar a festa. O Decreto Municipal nº 30.453, de 2009, por exemplo, buscava transformar o carnaval em um evento mais controlado e previsível, adequando-se aos interesses turísticos e econômicos da cidade. Ao criar regras e limites para os desfiles de blocos, o Estado se esforça para impor uma racionalidade administrativa sobre uma festa que, por natureza, escapa ao controle. Esse movimento de normatização pode ser entendido como uma forma de dominação burocrática que, nas palavras de Weber, visa garantir previsibilidade, ordem e eficiência no gerenciamento da vida social, neste caso no carnaval.

A abordagem teórica de Weber é essencial para entender como o Estado, por meio de suas ações burocráticas, utiliza-se de um sistema formal de dominação que visa garantir a previsibilidade e o controle das manifestações populares. A Sebastiania, ao atuar como uma instituição legitimada dentro dessa estrutura, adota uma lógica de ação formal e racional-legal, mas enfrenta dificuldades em alinhar essa racionalidade com a espontaneidade cultural dos blocos, cujo *ethos* está ancorado na flexibilidade e na autonomia. Ao adotar uma postura de resistência frente a propostas que buscam mercantilizar o carnaval, como a introdução de abadás e áreas VIP, a Sebastiania opõe-se à "baianização" do evento, reivindicando a preservação das tradições culturais como um direito inerente à manifestação popular, construindo legitimidade para falar por um conjunto de blocos.

No entanto, como observado nos capítulos sobre a história e as intervenções no carnaval, essa dominação enfrenta desafios, sobretudo porque o carnaval de rua, em sua essência, é marcado pela espontaneidade e pela subversão das normas sociais cotidianas.

Como argumenta Roberto DaMatta em "Carnavais, Malandros e Heróis", o carnaval é um espaço ritual de inversão de hierarquias, onde as classes populares podem, temporariamente, tomar o centro da cena e subverter a ordem imposta. As escolas de samba localizadas em áreas periféricas é que estrelam a Marquês de Sapucaí e protagonizam o carnaval de desfiles, apesar de negociarem a venda de espaços e fantasias para os grupos sociais que estão na elite econômica. Ao longo do século XX, os blocos de carnaval tornaram-se símbolos dessa subversão, expressando, de maneira lúdica, as tensões sociais e territoriais que permeiam o cotidiano da cidade.

Ao longo desta dissertação, ficou claro que, enquanto os blocos organizados pela Liga SEBASTIANA, principalmente aqueles localizados na zona sul e centro, conseguiram se institucionalizar e negociar com o poder público, os blocos de outras áreas, como zona norte e oeste, enfrentam um cenário de exclusão. O conceito de "direito à cidade", desenvolvido por Henri Lefebvre, é fundamental para compreender essa desigualdade na distribuição do espaço urbano durante o carnaval. Segundo Lefebvre, o direito à cidade envolve a participação de todos os cidadãos, especialmente os marginalizados, na construção e vivência do espaço urbano. No caso do carnaval de rua, a gestão pública parece privilegiar os blocos das áreas centrais, onde há maior visibilidade e retorno financeiro, enquanto os blocos periféricos são relegados a uma condição de invisibilidade, com menor apoio logístico e reconhecimento.

Essa organização não traz apenas vantagens para os blocos da SEBASTIANA e prejuízos para os blocos que estão fora da zona de maior influência da prefeitura. A liga SEBASTIANA recebe uma atenção maior em relação à fiscalização do que os blocos de outras regiões afastadas da cidade. Os movimentos carnavalescos de áreas menos centrais acabam se beneficiando da falta de fiscalização e não seguem todos os ritos burocráticos necessários, agindo de forma mais espontânea e orgânica, apesar de não receberem apoio estrutural e nem financeiro do poder público.

Esse contexto reforça a ideia de que a normatização do carnaval, além de buscar controlar o evento, tem implicações diretas sobre o território. David Harvey, ao discutir as dinâmicas de exclusão e apropriação do espaço urbano, aponta que as elites econômicas moldam as cidades para atender a seus interesses, frequentemente marginalizando as populações mais pobres. No caso do Rio de Janeiro, o processo de regulamentação do carnaval reflete essa lógica: ao tornar o evento um ativo mercadológico, a prefeitura exclui os blocos populares e transforma a festa em um

produto mais atraente para investidores e turistas, desconsiderando as manifestações espontâneas e de menor visibilidade econômica.

Essa tensão territorial é evidente na análise dos blocos de carnaval organizados pela Liga SEBASTIANA e nos que operam de forma mais autônoma nas periferias. A SEBASTIANA, formada por blocos tradicionais da zona sul, tem conseguido mediar suas relações com a prefeitura e adaptar-se à burocratização do evento. A teoria de Pierre Bourdieu sobre o capital social e cultural nos ajuda a entender essa dinâmica: a liderança da SEBASTIANA, representada por figuras influentes como Rita Fernandes, utiliza seu capital social e simbólico para negociar com o poder público e garantir a continuidade dos blocos em um cenário de crescente controle estatal. Por outro lado, os blocos não ligados à SEBASTIANA e que buscam uma lógica avessa à prefeitura, sem a mesma capacidade de articulação, acabam sendo marginalizados ou invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para o carnaval.

No decorrer da análise, ficou claro que a Liga SEBASTIANA, ao organizar blocos tradicionais na zona sul e centro, ocupa uma posição hegemônica, capaz de negociar diretamente com a prefeitura. No entanto, a disputa por formas de brincar o carnaval não ocorre apenas entre os blocos da SEBASTIANA e o poder público, mas também dentro do próprio território em que a Liga atua. Nesse contexto, a Desliga, que reúne blocos que optam por uma organização autônoma e contestadora, também é parte fundamental dessas disputas. Embora a Prefeitura prefira lidar com a SEBASTIANA, em parte porque essa liga adota códigos políticos mais próximos da racionalidade burocrática, a Desliga representa uma resistência que desafia os limites da normatização, evidenciando que o controle do carnaval de rua não pode ser completamente domesticado.

A transformação do carnaval em um produto vendável para o turismo e a economia local, conforme analisado no segundo capítulo, é um exemplo claro da tentativa do Estado de racionalizar a festa. A prefeitura, em parceria com instituições como a RIOTUR, busca transformar o evento em um espetáculo seguro e controlado, capaz de atrair grandes investidores e gerar empregos temporários. No entanto, esse movimento de mercantilização tem seus limites, como visto nos relatórios econômicos discutidos ao longo da dissertação, a arrecadação direta proveniente do carnaval é apenas uma parte dos benefícios econômicos, sendo grande parte do capital gerado pela festa é informal e difícil de mensurar.

Ao pensar o carnaval dentro da lógica weberiana, observa-se que a dominação racional-legal, embora eficaz para controlar certos aspectos do evento, falha em capturar sua essência mais profunda, que reside na subversão, na inversão simbólica e na espontaneidade. O próprio fato de os blocos periféricos continuarem desfilando, muitas vezes sem registro formal ou cumprimento das normas estabelecidas pela prefeitura, demonstra que o controle estatal tem suas limitações. Essas manifestações espontâneas desafiam a racionalização burocrática, revelando que, em determinadas áreas da cidade, o carnaval continua sendo uma expressão genuína de resistência cultural e territorial.

Dessa forma, a dissertação demonstra como a lógica burocrática se choca com as práticas culturais espontâneas, revelando uma disputa constante entre a racionalização do espaço urbano e as demandas por expressão cultural das camadas populares. O estudo da relação entre a prefeitura e a Liga Sebastian, bem como os conflitos os blocos da Desliga e demais blocos não alinhados à lógica organizacional da prefeitura, evidenciam essa luta pelo direito de ocupar a cidade e moldar suas festividades. Ao impor uma ordem burocrática sobre o carnaval, o Estado não só transforma a festa em um ativo mercadológico, mas também redefine quem tem o direito de participar plenamente dessa manifestação cultural.

A partir da análise de diferentes territórios da cidade do Rio de Janeiro, como o centro, a zona sul e as zonas periféricas, percebe-se que o carnaval de rua funciona como um microcosmo das desigualdades e tensões sociais que caracterizam a cidade. As regiões mais centrais, onde o Estado se faz mais presente, veem no carnaval uma oportunidade para consolidar seu poder simbólico e econômico, enquanto as regiões periféricas utilizam a festa como um espaço de contestação e resistência à marginalização urbana. A ausência do aparato fiscalizador da prefeitura em certas áreas da cidade permite que os blocos que desfilam nestes territórios criem suas próprias regras de convívio, desafiando as normas impostas pelo poder público.

Por fim, é importante ressaltar que esta dissertação não busca apenas entender o carnaval de rua como um fenômeno cultural, mas também como um campo de disputas por poder, território e identidade. A gestão pública do carnaval, ao tentar disciplinar a festa, revela os limites da racionalização burocrática em um contexto de profunda desigualdade social e territorial. O carnaval, como evento cultural, continua sendo um espaço privilegiado para a manifestação das tensões sociais e para a resistência simbólica das populações marginalizadas.

A normatização do carnaval de rua, ao mesmo tempo em que transforma a festa em um produto vendável e previsível, também gera resistências e conflitos. O embate entre a SEBASTIANA e a prefeitura, bem como as dificuldades enfrentadas pelos blocos com menor investimento privado ou apoio público, refletem a complexidade de um evento que, longe de ser apenas uma celebração, funciona como um espelho das relações sociais e políticas que moldam o Rio de Janeiro. Nesse sentido, o estudo da gestão do carnaval de rua é também um estudo sobre o papel do Estado, das elites econômicas e das populações marginalizadas na construção e disputa pelo espaço urbano.

Uma pesquisa sobre o discurso autorizado de patrimônio cultural imaterial, no qual se possa entender as relações sobre quem, de fato, define o que é ou não carnaval e patrimônio, com toda a complexidade e divergência de pontos que esse tema pode gerar, é uma possível continuação para esta pesquisa, podendo levar ao projeto de doutorado futuramente, com mais tempo para trabalhar temas voltados ao campo do simbólico.

Em síntese, o carnaval de rua do Rio de Janeiro, apesar das tentativas de normatização, continua sendo um espaço de resistência cultural, onde as classes populares encontram formas de expressar sua identidade e contestar as estruturas de poder que as marginalizam. A tensão entre o controle burocrático e a espontaneidade popular é o que torna o carnaval um fenômeno tão rico e dinâmico, capaz de revelar as contradições e complexidades da sociedade carioca. Assim, o carnaval de rua do Rio de Janeiro segue sendo um campo de estudo relevante para entender as interações entre cultura, política e território, e continuará a desafiar as tentativas de controle estatal enquanto permanecer uma expressão viva das lutas sociais e territoriais da cidade.

BIBLIOGRAFIA

Agencia Brasil. **Escolas de samba foram espaço de resistência à repressão da ditadura.** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/escolas-de-samba-foram-espaco-de-resistencia-a-repressao-da-ditadura>

Albin, Ricardo Cravo. **Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular Brasileira – Criação e Supervisão Geral Ricardo Cravo Albin.** Edição: Instituto Antônio Houaiss, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, 2006, RJ.

BARROSO, Flávia Magalhães; GONÇALVES, Juliana. **Subversão e purpurina: Um estudo sobre o carnaval de rua não-oficial do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 36, n. 2, p. 267-289, 2013.

Barbosa, Maiara. **Cacique de Ramos além do carnaval: Conheça a história do tradicional bloco do RJ.** In Meu Destino é logo ali, 2020. Disponível em: <https://meudestinoelogoali.com.br/cacique-de-ramos/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BIRKLAND, Thomas A. **An introduction to the policy process.** 4. ed. New York: Routledge, 2015.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico. Rio de Janeiro:** Bertrand Brasil, 2000.

CAETANO, Giuliana. **Carnaval carioca em tempos de ditadura: o bloco Chave de Ouro - é proibido proibir!** Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei n.º 6219, de 1997. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/619209fb0d773ac6032576ac0073895f?OpenDocument>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei n.º 6612, de 2000. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/df1ece8a819b5b1b032576ac0072e929?OpenDocument>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Lei n.º 6765, de 2001. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/3f7d30f8ff5451ba03257712004e03e1/911ac520011dc6fd032577060054d822?OpenDocument>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Análise de Políticas Públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 59-75, 2015

Catracalivre (site). Disponível em: https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2014/01/carmelitas_foto1.jpg.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.** (Original publicado em 1979).

Diário do Rio online. 40 anos de Sambódromo – A política, as obras e os desfiles: o início de tudo na Marquês de Sapucaí disponível em 40 anos de Sambódromo - A política, as obras e os desfiles: o início de tudo na Marquês de Sapucaí - Diário do Rio de Janeiro (diariodorio.com) acesso em 26 de junho de 2024

Extra online. Cordão da Bola Preta despejado de sua sede. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/cordao-da-bola-preta-despejado-de-sua-sede-450144.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Fernandes, Rita. Escravos da Mauá: fim de um ciclo do Carnaval. In: Revista Veja, 09 set. 2022. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/coluna/rita-fernandes/escravos-da-maua-fim-de-um-ciclo-do-carnaval>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERNANDES, Rita. **Meu bloco na rua: Barbas, Simpatia e Suvaco na retomada do Carnaval de rua da Zona Sul do Rio de Janeiro. 2017.** Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – [FGV CPDOC], Rio de Janeiro, 2017.

Fernandes, Rita. Sambando pelo Brasil. In: Revista Veja, 29 set. 2020. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/coluna/rita-fernandes/homenagem-joao-nogueira>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Ferreira, Julio Cesar. Financiamento público e carnaval: o caso dos blocos de enredo do carnaval carioca. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Julio-Cesar-Ferreira/publication/349660310_FINANCIAMENTO_PUBLICO_E_CARNAVAL_O_CASO DOS BLOCOS DE ENREDO DO CARNAVAL CARIOCA/links/63c013c53fcb6855ce7dcc6c/FINANCIAMENTO-PUBLICO-E-CARNAVAL-O-CASO-DOS-BLOCOS-DE-ENREDO-DO-CARNAVAL-CARIOCA.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

Frydberg, Marina Bay, EIRAS, Rebeca Eler de Carvalho. “**O abre alas, que eu quero passar**”: Contribuições para pensar a economia da festa através do carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO, Flávia Lages de, TELLES, Mário F. De Pragmácia. Dimensões econômicas da cultura: Experiências no campo da Economia Criativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

FRYDBERG, Marina Bay; VEGA MARTINEZ VERAS FERREIRA, Ana Clara; DIAS, Emily Cardoso. “**Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso**”: **O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade**. Ponto Urbe, [s.l.], v. 27, p. 1-20, 2020. Disponível em: [\[https://journals.openedition.org/pontourbe/9327\]](https://journals.openedition.org/pontourbe/9327). Acesso em: 22 jul. 2024

FRYDBERG, Marina Bay. **Novos agentes e novas configurações no carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro**. Ponto Urbe, [s.l.], v. 20, p. 1-20, 2017. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: [\[https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/220587\]](https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/220587). Acesso em: 22 jul. 2024.

Frydberg, Marina Bay; Kossak, Alex; Machado, Gustavo Portella. **O Bloco Produto e o Produto no Bloco: Tensões e Relações entre Economia e Cultura no Carnaval dos Blocos de Rua do Rio de Janeiro**. In: VIII Encontro Nacional de Estudos de Consumo, Anais, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 9-11 nov. 2016.

Frydberg, Marina Bay; Kossak, Alex; Machado, Gustavo Portella. **O Bloco Produto e o Produto no Bloco: Tensões e Relações entre Economia e Cultura no Carnaval dos Blocos de Rua do Rio de Janeiro**. In: VIII Encontro Nacional de Estudos de Consumo, Anais, Universidade Federal Fluminense

G1 (site). Prefeitura do Rio lança caderno de exigências para o carnaval de rua, 22 set. 2010. Disponível em: [\[http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/prefeitura-do-rio-lancacaderno-de-exigencias-para-o-carnaval-de-rua.html\]](http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/09/prefeitura-do-rio-lancacaderno-de-exigencias-para-o-carnaval-de-rua.html). Acesso em: 10 out. 2021.

FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J. (Orgs.). **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics, and Methods**. Boca Raton: CRC Press, 2006.

Herschmann, Micael. **Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 36, n. 2, 2013, pp. 267-289.

Jesus, Diego Santos Vieira de. **Tirando o bloco da avenida: A crise nos blocos de carnaval de rua no Rio de Janeiro e em Salvador**. In: Castilho, Danila Barbosa de (org.). *Cultura e Sociedade*. Ponta Grossa: Atena, 2020.

Leal, Luciana Nunes. Carnaval de rua do Rio está ‘no limite’, diz Eduardo Paes. O Estado de São Paulo, 07 mar. 2021. Disponível em: [\[https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,carnaval-de-rua-do-rio-esta-no-limite-diz-eduardo-paes688978\]](https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,carnaval-de-rua-do-rio-esta-no-limite-diz-eduardo-paes688978). Acesso em: 10 out. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (Original publicado em 1968).

Martins, Suellen. O tradicional bloco Bafo da Onça completa 66 anos. In: CN1, 2022. Disponível em: [\[https://cn1brasil.com.br/rj-o-tradicional-bloco-bafo-da-onca-completa-66-anos\]](https://cn1brasil.com.br/rj-o-tradicional-bloco-bafo-da-onca-completa-66-anos). Acesso em: 16 ago. 2023.

Migão, Pedro. O bafo de Tião Carpinteiro e Álvaro Costa e Silva. In: Ouro de tolo, 2010. Disponível em: <http://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2010/01/o-bafo-de-tiao-carpinteiro-e-alvaro-costa-e-silva/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Migão, Pedro. O bafo de Tião Carpinteiro e Álvaro Costa e Silva. In: Ouro de tolo, 2010. Disponível em: <http://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2010/01/o-bafo-de-tiao-carpinteiro-e-alvaro-costa-e-silva/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

Nova Brasil (rádio). Sambódromo da Marques de Sapucaí história. Disponível em: <https://novabrasilfm.com.br/notas-musicais/brasilidade/sambodromo-da-marques-de-sapucai-historia/#:~:text=Antes%20disso%20recebeu%20nomes%20como,corrida%2C%20lugar%20para%20correr>. Acesso em: 16 ago. 2023.

O Dia. Bar Bip Bip faz 50 anos e ganha homenagem na Sala Baden Powell. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/2018/07/5554658-bar-bip-bip-faz-50-anos-e-ganha-homenagem-na-sala-baden-powell.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

O Globo. À espera de reforma, futura sede do Bola Preta põe pedestres em risco. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/eu-reporter/a-espera-de-reforma-futura-sede-do-bola-preta-poe-pedestres-em-risco-4496235>. Acesso em: 16 ago. 2023.

O Globo. Carnaval de rua: Número de blocos informais deve aumentar em 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/11/11/carnaval-de-rua-numero-de-blocos-informais-deve-aumentar-em-2024.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Ribeiro, Tiago Luiz dos Santos; Ferreira, Felipe. **O Blocódromo está na rua: a apropriação mercadológica e os blocos de carnaval da cidade do Rio de Janeiro.** Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 6, n. 2, 2019, pp. 69-88.

Sebastiana. Disponível em: <http://www.sebastiana.org.br>.

Secchi, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. (Original publicado em 1922).